

**Universidades Lusíada**

Costa, Filipe Ezequiel Magalhães da

**Um lugar, sítio de identidade e apropriação :  
Praça Maior - Largo da Oliveira, Guimarães**

<http://hdl.handle.net/11067/4385>

**Metadados**

**Data de Publicação**

2017

**Resumo**

A presente dissertação centra-se nos aspectos identitários, na pluralidade e no sentir do lugar, enquanto palco da sociedade, e local de reconhecimento e segurança. Fruto da imprudente velocidade actual, nesta globalização entendida por Sassen (1998:136) e Levy (1997:39) como “cidade global”, é fundamental “reivindicar o lugar”. Ele serve-nos de porto seguro, onde o acto de estar nos nutre da realidade simbólica que é a alma de um povo. No plano metodológico investigamos, reflectimos, confront...

This dissertation focuses on the identity aspects, the plurality and on the emotion of the place, as a social stage, place of recognition and safety. As a result of the reckless velocity of our days, in this globalization perceived by Sassen (1998:136) e Levy (1997:39) as the “global city”, it is fundamental to “claim for the place”. The place serves as a safe harbour, where the act of being nourishes us of the symbolic reality that makes the soul of a people. In the methodological plan we in...

**Palavras Chave**

Centros históricos, Praça, Lugar, Guimarães

**Tipo**

masterThesis

**Revisão de Pares**

no

**Coleções**

[ULF-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-04T16:23:36Z com  
informação proveniente do Repositório



Orientador: Prof Doutor Jorge Ferreira Barbosa

## UM LUGAR, SÍTIO DE IDENTIDADE E APROPRIAÇÃO

Praça Maior - Largo da Oliveira, Guimarães

**Filipe Ezequiel Magalhães da Costa**



Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitectura  
pela Universidade Lusíada Norte - Campus de Vila Nova de Famalicão

FAA - Faculdade de Arquitectura e Artes

Novembro 2017



**UNIVERSIDADE LUSÍADA – NORTE**  
**CAMPUS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO**

**UM LUGAR, SÍTIO DE IDENTIDADE E APROPRIAÇÃO**  
Praça Maior – Largo da Oliveira, Guimarães

**Filipe Ezequiel Magalhães da Costa**

Dissertação para obtenção do grau de Mestre  
Orientador: Prof. Doutor Jorge Ferreira Barbosa

Vila Nova de Famalicão

Novembro 2017

Esta página foi deixada em branco propositadamente.



“Poderia dizer-te de quantos degraus são as ruas em escadinhas, como são as aberturas dos arcos dos pórticos, de quantas lâminas de zinco são cobertos os telhados; mas já sei que seria o mesmo que não te dizer nada. Não é disto que é feito a cidade, mas sim das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado (...) É desta onda que reflui das recordações que a cidade se embebe como uma esponja e se dilata. (...) Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”

(ÍTALO CALVINO, *As Cidades Invisíveis*, 2002:14)



## **Agradecimentos**

Ao Professor Doutor Jorge Ferreira Barbosa pela elevada disponibilidade e inestimáveis conselhos durante todo o processo de investigação, norteando-me nesta dissertação agora finalizada.

Aos meus queridos avós, Maria Rosa Félix Morais e José de Magalhães...;

A ti Nuna, por toda a força, apoio e confiança...;

Aos meus queridos filhos Lia e Miguel pela paciência;

A todo o meu grupo de amigos, em especial ao arquitecto Tiago Correia, que tanto contribuiu para o avançar da dissertação com os constantes debates sobre o tema;

A todas as instituições que facultaram grande parte dos instrumentos de trabalho essenciais para a conclusão deste documento.

A todos, um Muito Obrigado!

## ÍNDICE GERAL:

Índice figuras: .....	VIII
Resumo:.....	XII
Abstract:.....	XIII
Palavras-chave: .....	XIV
Lista de abreviaturas: .....	XV
1 Introdução.....	16
2 O estado da arte .....	22
3 Da referência e da razão na identidade de um Lugar	
3.1 O Processo de criação de identidade - um entendimento.....	34
3.2 A importância da memória na formação de identidade .....	38
3.3 Lugar, sítio de vínculos e conteúdo .....	46
3.4 O espaço e os sentidos.....	51
3.4.1 A forma.....	52
3.4.2 Os sentidos e a arquitectura .....	55
3.5 A Praça .....	58
3.6 Breve síntese.....	61
4 O caso de estudo _ A PRAÇA MAIOR - Largo da Oliveira, Guimarães	
4.1 Suporte geográfico e social .....	62
4.1.1 Geografia .....	62
4.1.2 Demografia .....	63
4.1.3 Educação.....	63
4.1.4 Economia .....	64
4.1.5 O turismo e a reconversão do tecido económico de Guimarães .....	64
4.2 Evolução histórica da cidade (breve enquadramento) .....	65
4.2.1 A intervenção recente do centro histórico (método e resultados) .....	76
4.2.2 Momentos da Praça Maior, cidade de Guimarães .....	80
4.2.2.1 A Habitação.....	82
4.2.2.2 A igreja de Nossa Senhora da Oliveira .....	84
4.2.2.3 O Padrão do Salado .....	86
4.2.2.4 O antigo Paços do Concelho .....	87
4.2.2.5 A Lenda da Oliveira .....	90
4.3 Lugar de identidade comum (a Praça Maior de Guimarães).....	91
4.4 Praça de Santiago (a intervenção recente e a presença da Praça Maior) .....	96
4.5 Ensaio Projectual .....	99
5 Ensaio Conclusivo .....	106

<b>Bibliografia .....</b>	<b>108</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>CXIII</b>
<b>Anexo 1– Carta de Atenas .....</b>	<b>CXIII</b>
<b>Anexo 2– Carta de Vezena.....</b>	<b>CXV</b>
<b>Anexo 3– Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural.....</b>	<b>CXVII</b>
<b>Anexo 4– Carta Europeia do Património Arquitectónico.....</b>	<b>CXIX</b>
<b>Anexo 5– Resolução Relativa à Arquitectura Contemporânea .....</b>	<b>CXXI</b>
<b>Anexo 6– Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas .....</b>	<b>CXXII</b>
<b>Anexo 7– Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa .....</b>	<b>CXXIV</b>
<b>Anexo 8– Regulamento de intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães .....</b>	<b>CXXVI</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>CXXIX</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Pág. 23: **Figura 01** – Esquisso da Plaza Mayor vs Plaza del Arrabal

Suporte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Arrabal-Plaza\\_Mayor.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Arrabal-Plaza_Mayor.png)

[referência de 14 de Agosto de 2017]

Pág. 24: **Figura 02** – Foto da Plaza Mayor de Madrid

Suporte: [https://en.wikipedia.org/wiki/Plaza\\_Mayor,\\_Madrid](https://en.wikipedia.org/wiki/Plaza_Mayor,_Madrid)

[referência de 16 de Agosto de 2017]

Pág. 24: **Figura 03** – Foto aérea da Plaza Mayor de Madrid

Suporte: <http://4.bp.blogspot.com/n8uCiXcWw1o/TxXYvu1v9I/AAAAAAAAAEEEE/TfEvChIFOVw/s1600/madrid+plaza+ma.jpg>

[referência de 16 de Agosto de 2017]

Pág. 25: **Figura 04** – Plano de Salamanca 1858

Suporte: [https://www.todocoleccion.net/carteles/salamanca1858~x6314807#sobre\\_el\\_lote](https://www.todocoleccion.net/carteles/salamanca1858~x6314807#sobre_el_lote)

[referência de 16 de Agosto de 2017]

Pág. 26: **Figura 05** – Esquisso da Plaza Mayor de Salamanca

Suporte: <http://www.artehistoria.com/v2/obras/22252.htm>

[referência de 20 de Agosto de 2017]

Pág. 27: **Figura 06** – Plaza Mayor de Salamanca

Suporte: <http://followthecolours.com.br/wp-content/uploads/2015/07/salaf2.jpg>

[referência de 21 de Agosto de 2017]

Pág. 28: **Figura 07** – Imagem satélite da Piazza della Signoria

Suporte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=227424>

[referência de 03 de Setembro de 2017]

Pág. 29: **Figura 08** – Imagem da Piazza della Signoria, 1ª metade do século XVIII

Suporte: [http://www.museumsinflorence.com/musei/Palazzo\\_vecchio.html](http://www.museumsinflorence.com/musei/Palazzo_vecchio.html) Fig 09

[referência de 04 de Setembro de 2017]

Pág. 29: **Figura 09** – Piazza della Signoria

Suporte: <https://www.artandluxuryapartments.com/apartaments/with-piazza-della-signoria-view/>

[referência de 04 de Setembro de 2017]

Pág. 30: **Figura 10** – David, escultura de Michelangelo localizada na Piazza della Signoria

Suporte: [https://joaquimnery.files.wordpress.com/2013/09/dsc\\_0371.jpg](https://joaquimnery.files.wordpress.com/2013/09/dsc_0371.jpg)

[referência de 12 de Setembro de 2017]

Pág. 53: **Figura 11** – “Alegoria dos cinco sentidos”, óleo sobre tela, Pietro Paolini (1603-1681)

Suporte: <https://www.pinterest.com.mx/pin/448178600403205138/?autologin=true>

[referência de 12 de Setembro de 2017]

- Pág. 64: **Figura 12** – Bipolarização da cidade (950 a 1279)  
Suporte: Guimarães do passado e do presente (Arquivo GTL)
- Pág. 65: **Figura 13** – Planta das ruas da cidade de Guimarães (1498 a 1750)  
Fonte: SÁ, Alberto (2001) Sinais da Guimarães Urbana em 1498, pág. 161
- Pág. 66: **Figura 14** – Planta da cidade de Guimarães (1498 a 1750)  
Suporte: Guimarães do passado e do presente (Arquivo GTL)
- Pág. 68: **Figura 15** – Planta da cidade de Guimarães (1750 a 1863)  
Suporte: Guimarães do passado e do presente (Arquivo GTL)
- Pág. 69: **Figura 16** – Planta da cidade de Guimarães (1863 a 1924)  
Suporte: Guimarães do passado e do presente (Arquivo GTL)
- Pág. 71: **Figura 17** – Ampliação e Renovação Moderno-Monumental da cidade (1926 a 1974)  
Suporte: Guimarães do passado e do presente (Arquivo GTL)
- Pág. 78: **Figura 18** – A Praça da Oliveira - intervenção da DEGEMN (1983)  
Fonte: Ministério da Habitação, Obras Públicas e transportes, Igreja de Nossa Senhora da Oliveira; Boletim da Direcção-geral dos edifícios e Monumentos Nacionais nº 128
- Pág. 81: **Figura 19** – A Praça da Oliveira na planta de Guimarães (1569)  
Suporte: <http://araduca.blogspot.pt/2011/08/praca-da-oliveira-9.html>  
[referência de 12 de Setembro de 2017]
- Pág. 83: **Figura 20** – Igreja de Nossa Senhora da Oliveira  
Fonte: Produção Própria
- Pág. 84: **Figura 21** – O Padrão do Salado  
Fonte: (Professor Jorge Barbosa, alterada pelo autor)
- Pág. 86: **Figura 22** – Os arcos do antigo Paços do Concelho  
Fonte: (Professor Jorge Barbosa, alterada pelo autor)
- Pág. 87: **Figura 23** – A permeabilidade do antigo Paços do Concelho  
Fonte: Produção Própria
- Pág. 88: **Figura 24** – A Oliveira e a sua humanização  
Fonte: Produção Própria
- Pág. 89: **Figura 25** – A Praça da Oliveira vista da rua Alfredo Guimarães  
Fonte: (Professor Jorge Barbosa, alterada pelo autor)
- Pág. 90: **Figura 26** – A Praça da Oliveira vista das Arcadas  
Fonte: Produção Própria
- Pág. 91: **Figura 28** – O Comércio e a Praça  
Fonte: Produção Própria
- Pág. 92: **Figura 29** – As permanências e as relações  
Fonte: Produção Própria
- Pág. 93: **Figura 30** – O encanto da Praça Maior – Largo da Oliveira  
Fonte: (Professor Jorge Barbosa, arquivo pessoal)

Pág. 94: **Figura 31** – Planta da Praça de Santiago – intervenção do arquitecto Fernando Távora

Fonte: Fernando Távora- Lisboa 1993 – Editorial Blau

Pág. 95: **Figura 32** – Praça de Santiago e o comércio

Fonte: Produção Própria

Pág. 96: **Figura 33** – Praça de Santiago à noite

Fonte: (Professor Jorge Barbosa, arquivo pessoal)

Pág. 99: **Figura 35** – A apropriação da base da Oliveira

Fonte: Produção Própria



Esta página foi deixada em branco propositadamente.

## RESUMO:

A presente dissertação centra-se nos aspectos identitários, na pluralidade e no sentir do lugar, enquanto palco da sociedade, e local de reconhecimento e segurança.

Fruto da imprudente velocidade actual, nesta globalização entendida por Sassen (1998:136) e Levy (1997:39) como “cidade global”, é fundamental “reivindicar o lugar”. Ele serve-nos de porto seguro, onde o acto de estar nos nutre da realidade simbólica que é a alma de um povo.

No plano metodológico investigamos, reflectimos, confrontamos e propusemos acerca dum sítio concreto: a Praça Maior - Largo da Oliveira, Guimarães. A vontade de celebrar este palco de primordial importância, com origem medieval, porém vivo e actual, resulta na reapropriação de Mumadona Dias. Consequentemente surge a proposta de um Memorial que indica e espreita por entre as arcadas este sítio tão seu. Da intenção de valorizar as experiências e apropriações fortuitas e descomprometidas, emerge o banco que “rasga” o chão e “agarra” momentaneamente os actores que respiram este sítio único que é a Praça Maior de Guimarães, berço da Nação e Património Mundial da Humanidade.

Da convergência entre os símbolos existentes na praça e os outros dois adiante propostos, resulta o número “sete” (pág. 103/104): a sua simbologia remete para a perfeição, representativa dos conteúdos materiais e imateriais desta praça que se perpetua no tempo.

Este sítio actual e perfeito, apropriado pelo simples acto de estar desperto de sentidos nos encontros, nas experiências e nas relações envolvidas de história, de cultura e de identidade, serve sempre de referência a todos os vimaranenses.

## **ABSTRACT:**

This dissertation focuses on the identity aspects, the plurality and on the emotion of the place, as a social stage, place of recognition and safety.

As a result of the reckless velocity of our days, in this globalization perceived by Sassen (1998:136) e Levy (1997:39) as the “global city”, it is fundamental to “claim for the place”. The place serves as a safe harbour, where the act of being nourishes us of the symbolic reality that makes the soul of a people.

In the methodological plan we investigated, reflected upon, confronted and proposed about a specific place: the Praça Maior – Largo da Oliveira, Guimarães. The intention to celebrate this most important stage, of medieval origin, yet alive and contemporary, results in the re-appropriation of Mumadona Dias. Consequently, the proposal of a Memorial arises, which indicates and glimpses between the archways of this place of its own. From the intention to value the experiences and fortuitous and uncompromising appropriations, a bench emerges which “tears” the ground and momentarily “holds” the actors who breathe this unique place which is the Praça Maior of Guimarães, the nation’s crib and world heritage.

From the convergence between the plaza’s existing symbols and the other two proposed ahead, the number “seven” results (page 103/104): it is a symbol of perfection, representative of the material and immaterial contents of this plaza which eternalizes in time.

This contemporary and perfect place, appropriated by the simple act of being awake of senses in the encounters, the experiences and in the relationships, involved in history, culture and identity, serves as reference to all the peoples of Guimarães.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Lugar, Identidade, Apropriação, Praça, Centro Histórico

## **LISTA DE ABREVIATURAS:**

**CIAM** – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna

**DGEMN** – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

**GTL** – Gabinete Técnico Local

**ICOMOS** – International Council on Monuments and Sites

**INE** – Instituto Português de Estatística

**PDM** – Plano Director Municipal

**RECRIA** – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

**RICHU** – Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães

**UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Nota: Presentemente, a DGEMN associou-se ao IPPAR, designando-se agora de **IGESPAR** – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

## 1 Introdução

O presente trabalho insere-se no plano de estudos de Mestrado Integrado em Arquitectura pela Universidade Lusíada Norte, Campus de Vila Nova de Famalicão. Este centra-se nos aspectos identitários e de apropriação do espaço físico, entendido como lugar, palco revelador da cada sociedade, mas também de base ao seu quotidiano. Daí se procura entender a sua importância no reconhecimento do “eu” com o mundo, e de que forma pode contribuir para a afirmação, consolidação e crescimento integrado da cidade. Esta preocupação mostra-se já em 1951 com o oitavo CIAM, e reconhece-se desde então o valor da história, da cultura, da memória, nestes sítios que se “vestem” de vivências passadas e servem de ligação com o futuro. Chamaram-lhe *The Heart of the City*.

O centro histórico é, antes de mais, um local de fixação que, pelas mais variadas razões, os povos ocuparam, desenvolvendo infra-estruturas de sobrevivência, sejam elas habitação, comércio, muralhas, castelos, centros religiosos ou vias de circulação. Isso permitiu-lhes que subsistissem no tempo e que se apresentem como maior legado. Ele é o elemento caracterizador das sociedades, entendido como sítio de relações, sendo que, do ponto de vista urbanístico, é a praça que melhor proporciona a relação entre o “eu”, o outro e a sociedade. Ela serve de cenário a todas as vivências que o tempo se encarrega de realçar, tornando-a maior que o seu próprio espaço, e elevando-a a um quadro imaterial capaz de vincar em si a alma de um povo.

Esta praça, conhecida normalmente como Praça Maior, retrata a sociedade que a reside e mostra-se na sua génese diferente das outras que surgem na evolução do espaço urbano.

Em Guimarães, é impossível não olhar para a Praça da Oliveira. No passado com o nome de Praça Maior, ela é desde a sua origem sítio de lendas, mas também sítio de devoção religiosa, de poder administrativo, do povo e, nesta pluralidade de encontros e usos, ela mostra-se sempre singular, superior e majestosa. Ainda que de dimensão reduzida, é maior na sua grandiosidade simbólica, capaz de se manter no tempo e na memória de todos os vimaranenses.

A Praça da Oliveira é nos dias de hoje um exemplo de urbanidade. Apesar de medieval, mantém-se contemporânea: plena de encontros, de namoros, de experiências comuns. Envolvida em cada detalhe de madeira, em cada pedra que preenche este cenário, suporta o quotidiano e serve de referência à cidade, como sítio de conteúdos, de enraizamento e de apropriação, ela é o lugar colectivo de Guimarães.

“... a praça histórica caracteriza-se como um elemento primordial no desenho urbano e de interacção social muito ligada à actividade económica e ao poder político. A praça era o centro de troca de bens e informação, onde se fazia justiça ou celebrações. Neste tipo de praça a dimensão económica e social estavam sempre presentes. A mesma autora afirma que, ao contrário, a praça contemporânea apresenta cada vez mais um papel privado e individual.”

(ALMEIDA in PEREIRA, 2008: 2)

Hoje, vivemos num mundo de velocidades imprudentes, resultado da globalização, do desenvolvimento industrial e tecnológico, num mundo entendido por Sassen, (1998:136), e Levy (1997:39) como “cidade global”, onde as sociedades têm a necessidade de fazer, apenas com o objectivo efémero de se expor. É, por isso, fundamental olhar para a cidade como lugar de afectos, de relações e valores que se vincam no tempo, tornando-se imperativo “reivindicar o lugar”, optando por uma revitalização integrada <sup>(1)</sup>.

Importa-nos perceber e mostrar o real valor desse lugar, distinguindo-o pelas suas características singulares e inimitáveis. Importa-nos também perceber um outro paradigma da sociedade actual: as relações virtuais, pois num simples *click*, “visitamos” qualquer espaço do mundo, sem cheirar o sítio, sem sentir a textura dos materiais, ausente de ruído, usando apenas o sentido gerido pelo que nos surge no ecrã, como se de um retrato se tratasse, mas onde a experiência real completa pelo acumular de todos os sentidos se perde na imagem instantânea que se mostra a todos os turistas virtuais.

---

(1) O tema de abertura da Trienal de Lisboa, do presente ano, foi O Coração da Cidade. Homenageando o CIAM VIII, o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Nunes Correia afirmou que o conteúdo da Trienal (re) incide a “atenção nas problemáticas do crescimento da cidade, das relações entre centro e periferia, da requalificação urbana, do envolvimento dos cidadãos, da competitividade e cosmopolitismo a nível global, das relações de mudança e perenidade, da imagem e das representações urbanas”.

Esta experiência virtual de viajar pelo mundo, de conhecer apenas com o mero prazer de ver, isento de vida, isento da envolvimento espacial, da temperatura humana que tantas vezes aquece cada segundo de uma experiência normal e real, e apesar das inevitáveis diferenças nas apropriações, é a que nos molda e se afirma nesta mundialidade actual.

“A investigação, quando interpretada em moldes sérios e descomprometidos, se torna essencial para incutir nos centros urbanos antigos o espírito de insatisfação, de procura e de criação que são vitais à sua projecção no futuro.”

(MATA 1996: 111)

Superior a esta moda que o tempo irá resolver, a Praça da Oliveira mostra-se igual a ela mesma, pois nada de significativo se alterou com todas estas preocupações com que o mundo nos atormenta. Importa referir o trabalho feito pelo GTL, na sua experiência de reabilitação do centro histórico, também ela um exercício de integração social, e que resulta num sítio cheio de vida, onde as pessoas são integradas na própria reabilitação, vincando ainda mais a sua relação espacial.

Observando o trabalho feito pelo GTL, e analisados os resultados obtidos, percebe-se a importância da sua intervenção, mas também a coragem de experimentar e de fugir ao escrito nos livros. Ele resiste à tentação da museificação do lugar, que transformaria o lugar num não-lugar, num espaço impessoal de passagem, onde os “robots” produzem flashes automáticos no registo fotográfico permanente, com o objectivo do desconto instantâneo da revelação de mil fotos.

Sim, hoje vivemos neste mundo capitalista, de velocidades invisíveis, sem tempo para sentir, apenas para acumular um conjunto de nada, de vazios, onde são mais válidas mil fotografias que a experiência vivida de um espaço sensorial capaz de nos enraizar.

Assim sendo, importa olhar para o exemplo da Praça da Oliveira com o objectivo maior de entender o seu valor, enquanto sítio de identidade e apropriação, e o espírito material e imaterial desse lugar de convergência individual e colectiva, que serve de porto seguro perante o constante navegar desorientado promovido por um mundo feito de vazios.



“... tem que ter a capacidade para conservar, para se renovar, para crescer sempre; para se desenvolver com base no respeito pelo seu passado, um dos garantes de permanência de uma identidade cultural.”

(GONÇALVES 1996: 301)

Com a devida percepção do que antecede e procede à natural evolução das praças maiores, e à maneira como as mesmas são sentidas pela sociedade, facilmente se constata que as características permanentes definidoras das mesmas são elementares para que as mesmas mantenham a sua identidade e garantam a apropriação dos que delas se alimentam.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho assenta numa investigação de valores teóricos, aplicada no sítio concreto que é a Praça Maior de Guimarães. Ela reúne todos os pressupostos para uma análise inequívoca do problema da identidade e apropriação, e seja ela um bom ou mau exemplo, pretende-se apresentar uma síntese reveladora da sua importância e contributo para a cidade e sociedade que a acolhe.

Para compreender a Praça Maior como sítio de identidade e apropriação, tema central desta dissertação, foi necessário no segundo capítulo, intitulado por “Estado da arte”, fazer uma breve contextualização actual da cidade histórica e da praça maior, apresentando, por último, três casos de referência: a Plaza Mayor de Madrid; a Plaza Mayor de Salamanca e a Piazza della Signoria em Florença. Estas são intencionalmente diferentes, na forma como surgem, mas também no seu quotidiano, sendo que importa perceber nas suas diferenças o que as torna, dentro da sua individualidade, tão idênticas. Este exercício permite-nos perceber como a apropriação social, histórica e cultural se mostra elementar.

O terceiro capítulo destina-se a desenvolver a base científica que suporta toda a investigação. Ele procura explicar sucintamente algumas formas de identidade, mas também a importância da memória na sua formação e apropriação. Neste capítulo é também desenvolvida a investigação sobre o lugar, e a importância da sua percepção pela sociedade, onde os sentidos são determinantes nessa apropriação.

O quarto capítulo apresenta o caso de estudo desta investigação, a Praça Maior – Largo da Oliveira, Guimarães, mas também um ensaio de projecto, onde se atestam e se desenham propósitos que se mostram adequados a esta dissertação. É apresentada inicialmente uma resenha histórica muito sucinta da cidade, que permite compreender os

moldes em que a mesma surge e as mudanças que sofre com a constante evolução do território e da sociedade. São ainda apresentados os elementos de maior valor arquitectónico, religioso e cívico, que fazem da Praça Maior de Guimarães o lugar da cidade e que a tornam intemporal. Antes do ensaio de projecto é feito um enquadramento à Praça de Santiago e à intervenção feita pelo arquitecto Fernando Távora, uma vez que, como se irá verificar, ela integrará o estudo apresentado. O capítulo encerra com uma clara manifestação de celebração ao sítio Praça Maior – Largo da Oliveira, manifestando-se apenas a necessidade de gerir melhor as experiências e apropriações deste espaço tão vivo.

Por último, é apresentado um ensaio conclusivo sobre o tema desenvolvido, com o pressuposto de responder à problemática levantada nesta dissertação, e onde se demonstra o respeito e a ponderação em relação a intervir num espaço consolidado e humanizado, um sítio de relações maiores que o Tempo, um Lugar que se “veste” de memórias, de emoções, de batalhas e corações, este sítio que é a Praça Maior:

Centro Histórico de Guimarães;

Berço da Nação;

Património Mundial da Humanidade.

Esta página foi deixada em branco propositadamente

## 2 O estado da arte

Neste capítulo interessa perceber de uma maneira sucinta as principais áreas a desenvolver nesta dissertação.

“Por meio dos sonhos, as várias habitações da nossa vida se compenetraram e retêm os tesouros de dias passados e depois de estarmos na nova casa, quando as memórias de outros lugares em que vivemos retornam a nós, viajamos para a terra da infância imóvel como o são todas as coisas imemoráveis”

(HARVEY 1992: 200 - 201)

No espaço urbano e seu centro histórico, a praça, enquanto palco definidor do espaço vivido, é um espaço que prevalece no tempo, servindo-nos como sítio material que nos aquece, onde a memória conserva as nossas construções identitárias e apropriação dessa infância imóvel. Mostra-se importante apreender a realidade figurada em volta das praças maiores, hoje desgastadas por esta globalização virtual, e sofrendo profundas alterações que obrigam à sua “reinvenção”.

Que espaço é este que nos aquece a alma e sustenta a nossa caminhada no tempo?

“(…) um espaço, uma sociedade, e a organização do primeiro pelo segundo.”

(CORTÁZAR, 1985:11)

A citação de Cortazar resume, no seu todo, a maneira como devemos olhar para o espaço urbano. Sendo organizado por nós, torna-se ele próprio definidor da mesma sociedade, gerindo as suas relações e servindo de base no seu quotidiano, sendo certo que todas as sociedades se caracterizam por um lugar, seja ele o seu centro histórico ou uma praça, e que por ele são reconhecidas na sua riqueza física, vivencial e cultural.

A consciência de centro histórico da cidade é relativamente recente. Surgiu em França, na década de 60, a 4 de agosto de 1962, com a criação de um dos primeiros instrumentos urbanísticos de protecção do património urbano - a Lei Malraux <sup>(2)</sup>.

O futuro dos centros históricos era já discutido na década de 50: na Europa, depois

---

(2) A Lei Malraux - alusão a André Malraux, então ministro da Educação e Cultura da França - representou uma importante iniciativa estatal na preservação dos bairros deteriorados. A Lei Malraux inaugura uma nova política de preservação do património francês, introduzindo uma política de incentivos fiscais aos proprietários que se encarregassem da restauração dos imóveis.

da Segunda Guerra, por força da destruição massiva e consequente necessidade de reconstrução e revitalização de tecidos urbanos, já então com reconhecido cunho histórico e patrimonial; e nos Estados Unidos, pelo fenómeno progressivo da descentralização, directamente associado à construção de grandes centros comerciais nas periferias. Estes dois factores vieram evidenciar a crescente importância dos centros históricos para as cidades e a necessidade de reflectir e estudar formas de combater a degradação e abandono dos mesmos, apostando na sua salvaguarda e conservação.

Neste contexto, *The Heart of the City* constituiu o tema do Oitavo CIAM <sup>(3)</sup>, ocorrido em Julho de 1951 na pequena Cidade de Hoddesdon, perto de Londres, onde foi reconhecido o valor das pré-existências e do carácter do lugar, e resgatado o papel da história e do passado da cidade.

Apesar do âmbito dos projectos levados a cabo por este grupo se desenvolver no sentido da cidade moderna, dotada de um novo desenho urbano com mudanças no sistema de propriedade da terra e na organização funcional do território, a cidade antiga era, a par desta, alvo de debates e reflexões.

Importa destacar que o centro já não era sinónimo de centralidade mas, segundo Sert, um elemento caracterizador de uma comunidade, voltado aos seus habitantes; por Gropius, o repositório da memória da colectividade, e segundo Jacob Bakema <sup>(4)</sup> o local que possibilita entender o aspecto comunitário da vida humana, sendo que a reabilitação e animação dos centros históricos, de zonas monumentais e de praças públicas, constitui uma dimensão importante nas novas formas arquitectónicas e urbanísticas.

Em 16 de Novembro de 1972 foi realizada a primeira Convenção Internacional sobre Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, adoptado por iniciativa da UNESCO <sup>(5)</sup>, e em 1978 são inscritos os primeiros sítios na Lista do Património Mundial, onde reconhecem na cultura, no espírito do lugar e no património urbano, a singularidade.

---

(3) CIAM - Congresso Internacional de Arquitectura Moderna. Os CIAM constituíram uma organização e uma série de eventos organizados pelos principais nomes da arquitectura moderna europeia cujo objectivo era o debate do rumo.

(4) Citações de Sert, Gropius e Bakema durante o Oitavo CIAM.

(5) O tema de abertura da Trienal de Lisboa, do presente ano, foi “O Coração da Cidade”. Homenageando o CIAM VIII, o ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Nunes Correia afirmou que o conteúdo da Trienal (re)incide a “atenção nas problemáticas do crescimento da cidade, das relações entre centro e periferia, da requalificação urbana, do envolvimento dos cidadãos, da competitividade e cosmopolitismo a nível global, das relações de mudança e perenidade, da imagem e das representações urbanas”.

A praça, criação física do homem, é naturalmente o palco da vida da cidade, o sítio onde tudo acontece. Saldanha (1993:110) realça o carácter sociável e aberto da praça e salienta que ela detém a história pessoal e a do mundo.

As praças tiveram uma função de tal modo vital no contexto urbano, que eram consideradas, desde o seu início, o local mais importante, onde tudo se passava e onde todos se dirigiam dentro da cidade.

“A praça é o lugar público intencional de permanência, de encontro, de comércio e circulação, local onde ocorrem importantes acontecimentos festivos, comemorações e manifestações e onde a Arquitectura assume um lugar de destaque”

(LAMAS, 1993: 102)

A Plaza Mayor <sup>(6)</sup> é na sua génese elemento central da malha urbana, que como Goitia afirma:

“têm origem nas inúmeras praças medievais de espaço fechado.”

(GOITIA, 2006: 107)

Como refere Goita, a Praça Maior surge da praça medieval. Esta era normalmente a mais movimentada e tem o comércio como função primordial. No entanto, a noção de centralidade e a necessidade de criar actividades de âmbito social, tornam a praça num lugar participativo, palco de vivências e convivências, que amadurecem e enraízam a sociedade à agora chamada Praça Maior. A sua forma é também ela muito característica, regular e bem definida pelas quatro fachadas que a delimitam, fazendo realçar o seu sentido íntimo e envolvente que proporciona.

Por definição espaço público mais importante da cidade, servindo de palco para os mais variados acontecimentos, mostra-se como identitária de uma sociedade que a respira no seu quotidiano.

---

(6) Plaza Mayor (em português: Praça Maior) é a designação da praça mais importante de muitas cidades espanholas ou hispano-americanas. Às vezes são chamadas Plaza de Armas (Praça de Armas). Em Espanha, o Renascimento foi uma época em que várias praças foram regularizadas para dar origem às Plazas Mayores, como em Valholid, Madrid e, mais tardiamente, em Salamanca. Na América colonial espanhola, o urbanismo na maioria das cidades esteve subordinado à criação de uma Plaza Mayor no centro da povoação, ao redor da qual se desenvolvia uma malha urbana regular com forma de tabuleiro de xadrez. Ao redor desta praça eram dispostas a sede da municipalidade (como o Cabildo), a igreja principal ou catedral, e a casa dos moradores mais ilustres.

## Plaza Mayor de Madrid - Espanha

Considerada como o coração da cidade, surge no século XVI, sobre a medieval Plaza del Arrabal, posicionada no cruzamento do caminho de Atocha e Toledo, já fora da vila de Madrid, mas onde já se realizava o mercado principal da vila.

De modo a dotar a praça de maior unidade, e tendo em consideração a convergência das ruas que a tomam, foi criado um conjunto de arcadas que sobressaem da linha do edificado, funcionando de igual modo como elemento dinamizador social. A sua escala monumental, comparativamente com a medieval, era circundada por blocos de habitação com uma cêrcea de 6 pisos, servindo então de cenário não apenas ao comércio, mas também a vários actos públicos como corridas de touros e actos de fé. Ao longo da sua história, a praça sofreu várias alterações, decorrentes da natural evolução da sociedade, mas sobretudo devido aos incêndios de 1631, 1670 e de 1790, em que ficou quase totalmente destruída. Na sua reconstrução, a altura dos edifícios foi diminuída de 5 para 3 andares e foram encerrados os cantos com grandes arcadas, mantendo-se assim até hoje.

Localizada no meio de uma malha orgânica, resultado do tecido urbano medieval da própria cidade, surge como uma extracção de um pedaço desse mesmo tecido, como se de um puzzle se tratasse, conferindo-lhe um impacto emancipador. O seu carácter compacto e centralizado tem como princípio uma geometria regular, típica neste tipo de praças, que conjuntamente com a uniformidade dos edifícios lhe confere uma privacidade e

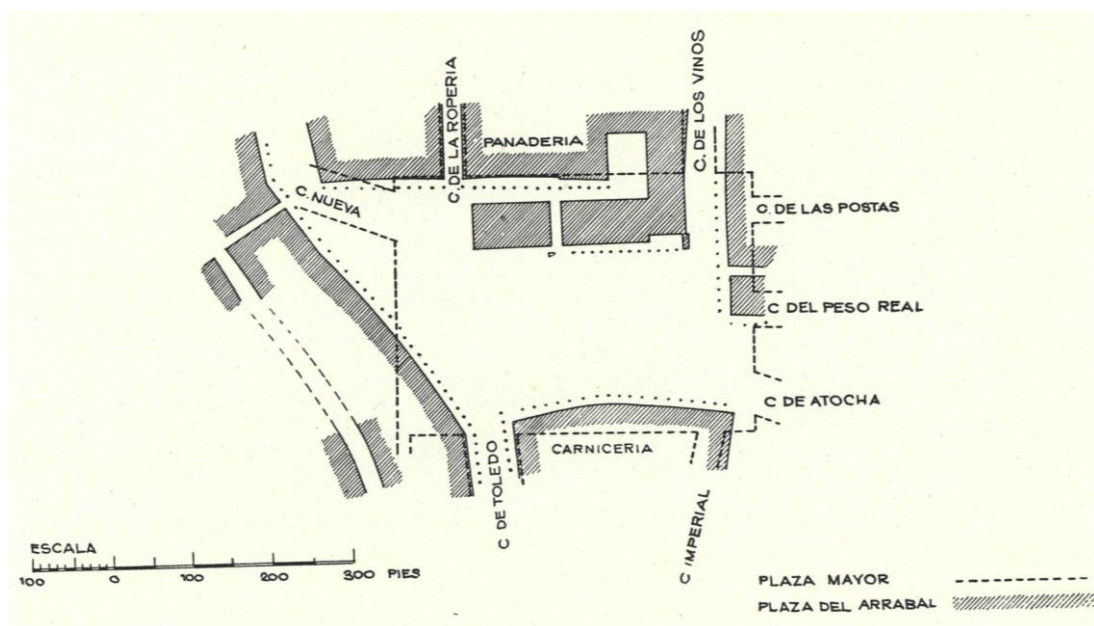


Fig.01 – Esquisto da Plaza Mayor vs Plaza del Arrabal



uma sublimidade quase intimidante. A relação simétrica entre a Casa de la Carniceria e a Casa de la Panadería, localizadas nos lados mais largos da praça, conjuntamente com os edifícios envolventes, residenciais nos pisos superiores e com as arcadas do rés-do-chão destinados ao comércio, proporcionam uma sensação de equilíbrio e unidade. A textura, o ritmo, as saliências, os elementos que envolvem as fachadas da praça, onde os próprios telhados reforçam um sentido de horizontalidade, interrompida apenas pela composição vertical também geometrizada e incorporada no todo, é apenas interrompida pelos grandes arcos que nela desembocam.

Hoje a praça é o espaço urbano mais importante da cidade, reunindo nela não só aqueles que a habitam, mas também um sem número de turistas que por lá passam nas suas diversas festividades, ou simplesmente para disfrutar do espírito acolhedor que transmite.



Fig.02 – Foto da Plaza Mayor de Madrid



Fig.03 – Foto aérea da Plaza Mayor de Madrid



## Plaza Mayor de Salamanca - Espanha

Ao contrário da normal evolução ocorrida nas praças medievais influentes no quotidiano urbano da altura, e que se transformavam também no centro da via social, a Praça Maior de Salamanca surge da necessidade de reposicionar a praça medieval em relação à Catedral e à Universidade existentes, com o principal intuito de suprimir o rebuliço e a frenética movimentação existentes na mesma, e que tanto perturbava os eclesiásticos e os estudantes.

Desenhada pelo arquitecto Alberto de Churriguera, a praça maior foi pensada sobre a medieval Plaza de San Martín, nome da igreja ainda existente. A sua intenção era criar uma praça harmoniosa e equilibrada, tendo como ponto de partida a Praça Maior de Madrid. Desta feita, optou por diminuir consideravelmente a sua dimensão sendo que o



Fig.04 – Plano de Salamanca, 1858

resultado foi uma praça ainda mais contida e envolvente que a de Madrid, não só pelas suas proporções e forma harmoniosa, entre as linhas rectas dos edifícios e as curvas dos arcos, numa galeria cerrada, mas também pelos materiais usados, onde se destaca a pedra de Villamayor, que lhe confere uma textura e cor que transcendem esta praça barroca elevando-a a um cenário urbano e arquitectónico, majestoso.

A sua forma é caracterizada por um quadrilátero irregular com medidas distintas em todos os 4 lados, envolvida por edifícios com três pisos, com a excepção do edifício do Ayuntamiento, composto por apenas dois pisos, e apesar do projecto inicial contemplar duas torres nas alas laterais estas nunca foram construídas.

Considerada Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 9 de Dezembro de 1988, a cidade de Salamanca é então reconhecida pelo seu valor arquitectónico, onde a essência construtiva da Praça Maior se mostra como um dos melhores exemplos do século XVIII, dando-se a conhecer ao mundo pela sua beleza, quer material quer imaterial.

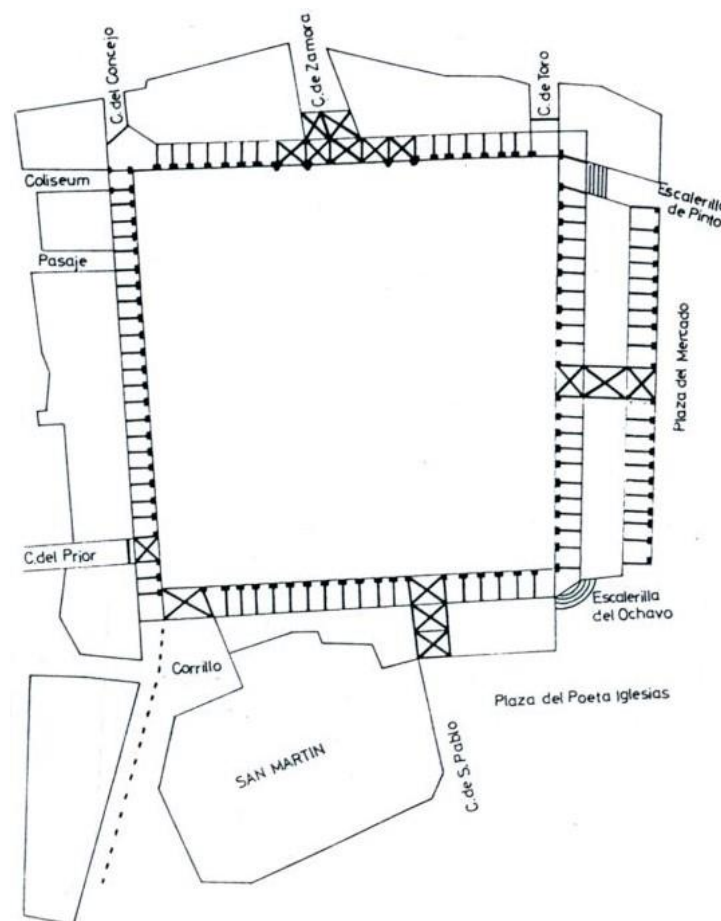


Fig.05 – Esquema da Plaza Mayor de Salamanca

“La Plaza Mayor de Salamanca es el deseo donde tantas generaciones se han visto reflejadas y han pasado. Como tambien nosotros lo haremos, en esta nuestra efémera escala humana. La suma de todas las descendências; la ilacion del passado com el presente, se mantiene gracias al nexo de su presencia como espácio monumental. Todas las personas necessitamos disponer de hitos donde fijar nuestros recuerdos y vivencias. Rincones de escala humana donde tal vez jugamos de niños. Espacios comunes donde nos Ilevaron o conocimos en nuestros viajes... Y todos ellos demuestran com el tiempo poseer esa singularidade especial, porque allí proyectábamos nuestras emociones. A ellos volvemos com recurrencia. Esse valor tambien se reconoce en la Plaza Mayor de Salamanca.”

(LOPES 2008: 207,208)

A praça Maior de Salamanca é o espelho da cidade. A sua monumentalidade arquitectónica e espacial transcende as suas características construtivas, ou os estilos que a definiram, é na sua verdadeira essência permanente, capaz de perpetuar as vivências humanas de todas as gerações que a viveram, vivem e viverão, num lugar que perdura, que se enraíza no quotidiano da sociedade, e é o lugar-comum de Salamanca.



Fig.06 – Foto da Plaza Mayor de Salamanca



## Piazza della Signoria – Florença, Itália

Localizada na zona sul da antiga cidade romana <sup>(7)</sup>, a Piazza della Signoria surge no século XIII com a natural evolução da malha urbana, pois Florença é, à data, um dos centros económicos mais importantes da Europa, com aproximadamente 100 000 habitantes. A praça assumiu a sua forma actual por volta de 1268, quando alguns edifícios medievais <sup>(8)</sup> são demolidos, mas ainda sem uma definição clara, resultado da falta de coerência e de unidade, não lhe é prestada a devida atenção.

Já no século XIV, com o “piano regolatore”, Arnolfo di Cambio <sup>(9)</sup> redesenha o centro e a periferia, e projecta para a praça o Palazzo Popolo (palácio do povo), que é alterado para Palazzo Vecchio com a sua transformação em sede do Grã-Duque da Toscana, resultado da deslocação da família Medici <sup>(10)</sup> para Florença.



Fig.07 – Imagem satélite da Piazza della Signoria

(7) Ocupada em 59 a.C. pelos romanos e concebida como acampamento militar às margens do rio Arno, Florença (Firenze em italiano) apresenta uma configuração urbana quadricular e dividida pelos eixos cardus e decumanos, respectivamente as principais vias norte-sul e leste-oeste, fundamentais na malha urbana das colónias romana.

(8) Os edifícios medievais pertenciam aos Ghibellines demolidas pelos Guelphs, vitoriosos em Benevento.

(9) Arnolfo di Lapo, também conhecido como Arnolfo di Cambio (1232 ou 1245 – 1310), foi um arquitecto e escultor florentino, também responsável por outras edificações importantes da cidade como a Catedral Santa Maria del Fiore e a Igreja de Santa Croce.

(10) Os Médicis (Medici, em italiano) foram uma família rica e poderosa de banqueiros e comerciantes. Tiveram seu apogeu nos séculos XV e XVI, quando dominaram Florença, e acabaram por estender seu poder por toda Europa.

A praça serve desde então de palco a todos os acontecimentos mais importantes da cidade. Ela torna-se o local de reunião, de execuções públicas <sup>(11)</sup>, de festividades, e de poder político, constituindo até aos dias de hoje o coração cívico e político da cidade.



Fig.08 – Imagem da Piazza della Signoria, 1ª metade do século XVIII



Fig.09 – Imagem da Piazza della Signoria

(11) A mais famosa é a de 23 de Maio de 1498, quando Girolamo Savonarola foi enforcado e queimado por heresia (uma placa na praça em frente à fonte Neptuno lembra isso mesmo), no mesmo lugar onde, com os seus discípulos, tinha feito a chamada Fogueira das Vaidades, dando às chamas muitos livros, poemas, mesas de jogo, roupas, etc...



Construída entre 1376 e 1381, a Loggia della Signoria reforça a relação da praça com a população, tendo como propósito o de convergir num espaço quando fosse necessário discursar à população durante as cerimónias oficiais ou quando os sinos do Palazzo Vecchio chamassem pelas gentes da cidade.

A praça mostra-se como uma síntese da história de Florença. Aí foram instalados os banhos romanos, passando mais tarde a ser um local de reuniões e reivindicações. Hoje é um lugar de comemorações e de encontro da cidade, um luminoso museu ao ar livre repleto de arte, mas também placo do poder político de Florença.

Falamos apenas dos edifícios principais decisivos na história da praça, mas outros de enorme valor arquitectónico, histórico e social surge a cada olhar atento e, juntamente com todas as esculturas expostas, com destaque para a de David <sup>(12)</sup>, fazem da Piazza della Signoria o lugar da cidade de Florença. De facto, estamos perante uma praça humanizada no seu todo, onde as vivências da sua sociedade se fundem com uma monumental galeria de arte celestial que ocupa o seu espaço de forma harmoniosa, num palco perfeito de vida, arte e história.



Fig.10 – David, escultura de Michelangelo localizada na Piazza della Signoria

---

(12) A estátua de David é uma réplica do original de uma das mais famosas e consagradas obras-primas de Michelangelo. Esteve na praça até 1873, quando foi transferida para a Galeria dell'Accademia. Comemora o triunfo sobre a tirania, através do personagem bíblico, e é uma das mais importantes obras do Renascimento, símbolo da perfeição anatómica e do predomínio das curvas. Foi executada entre 1501 e 1504 e mede 5,17 metros.

## Breve síntese:

Após analisar os casos de estudo, é evidente a necessidade de sentirmos o nosso lugar no mundo, de experimentarmos o enraizamento a um sítio duradouro que perpetua as vivências passadas e sustenta os desafios futuros. O lugar é um espaço de conteúdos materiais e imateriais, de refúgio e de apego, que nos agarra à realidade neste mundo exagerado, efémero e virtual.

O lugar adquire um papel fundamental no quotidiano da sociedade, enquanto sítio de experiências, de relações e afectividades, sendo o resultado de características históricas e culturais inerentes ao processo de formação de identidade, essencial na construção de significado capaz de se auto-sustentar no tempo.

É esta experiência real, física e sensorial que permite ao actor localizar-se socialmente no seu espaço de apego, de memórias, contrastante com a efémera relação imaginária, distante e insensível com que o mundo nos presenteia a cada bit de informação.

Neste contexto de globalização e homogeneização alimentada pelas relações virtuais, imagens e informações que comunicam a velocidades supersónicas, o lugar é o limite do corpo e do movimento contido no espaço, é sítio de apreensão do espaço físico de experiência real e vivida, que vincula o homem ao espaço de referência<sup>(13)</sup> pelas relações afectivas desenvolvidas ao longo do tempo de construção simbólica, apropriando-se das mesmas, servindo de base e segurança neste mundo imaginário da sociedade actual.

Não querendo alongar-me na comparação entre os casos de estudo, a Plaza Mayor de Madrid, à semelhança da Plaza Mayor de Salamanca, são dois exemplos que representam, desde a sua génese, a necessidade de criar na malha urbana um lugar capaz envolver todos actores, onde estes se definem e se envolvem. A Piazza della Signoria surge da evolução entre espaço, sociedade e poder. Não é criada com o sentido de praça maior, regular, mas no entanto é também ela sítio da história, das vivências e das memórias de um povo. Daqui se torna evidente que as praças maiores são mais do que o nome que lhes dão, são o conteúdo que carregam, o resultado dos valores materiais e imateriais que fazem das mesmas o sítio pessoal e colectivo entendido como lugar.

---

(13) “Um sujeito presente num lugar tem tendência a fazer dele um espaço de pertença, um espaço que resulta do conjunto dos recortes do território que especificam a posição de um actor social pela inscrição do seu grupo de pertencer num lugar. (...) O aqui é especificado pelo recurso a espaços de referência, espaços que classificam de forma positiva; o espaço de referência estabelece a relação entre o aqui e o além”. (Pellegrino, 1983<sup>a</sup>: 18)

### **3 Da referência e da razão na identidade e apropriação de um lugar**

#### **3.1 O processo de criação de identidade - um entendimento**

“Uma cidade histórica e nela, particularmente, o seu centro histórico, não o é só por força do peso da história e da Geografia. Não é possível hoje compreender uma realidade susceptível de uma classificação com tantas implicações culturais, políticas, sociológicas e económicas, que não a considere, agora sim, no âmbito das realidades vivenciais contemporâneas da própria intervenção, sem considerar aquilo a que se pode chamar ambientes urbanos, ao fim e ao cabo, as paisagens urbanas vivas. São estes espaços “construídos” e vividos ao longo dos tempos pelas sucessivas gerações, que os legaram de umas para as outras, plasmando a cada momento um pouco de cada uma delas e onde o equilíbrio do todo como espaço vivido deve ser entrevisto também numa perspectiva de adaptação conservada entre o peso dos valores histórico-culturais que nele se inscreveram e a qualidade de vida dos actuais urbanitas. Por outras palavras, a categoria ontológica de um qualquer espaço urbano não pode deixar de ser um complexo de ambientes, existentes mas vivos, isto é, não pode ser perspectivado e transformado num museu ao ar livre, nem mais ou menos num romântico museu de uma chamada ecologia humana.”

(OLIVEIRA,1998:1)

Para cumprir o tema desta dissertação, é importante dedicar este capítulo à identidade e ao modo como a mesma surge, mas também entender o papel da memória na sua formação e apropriação. Estes assumem um papel determinante na complexidade de relações entre o espaço / homem, no equilíbrio sensorial do espaço construído e a construção simbólica individual ou colectiva da sociedade.

Pretende-se compreender o “lugar” onde as sociedades se apropriam do espaço construído, e de que forma este define a própria sociedade, sendo certo que a praça enquanto espaço cénico é também representativa e social.



“Identity is an elusive concept. It can be defined as the qualities which make an individual, or place, capable of being specified or singled out, which make it unique and separate. Conversely, identity can also refer to perfect sameness between individuals, to the state of being identical. No two cities can be described as identical and the notion of city identity is most usually explored in the former sense of the word, yet in doing so it remains useful to consider two tendencies, of increasing distinctiveness and towards uniformity. In this light identity can be explored as a range between these two extremes and as processes which tend toward one or the other.”

(ERICKSON and ROBERTS, 1997:2)

Entender os vínculos entre o espaço construído e a sociedade, fundamentais na construção pessoal e colectiva, própria da interacção funcional do sujeito com o ambiente, é essencial. Também interessa entender o lugar, e a sua identidade, como sítio das actividades e acontecimentos diversos do quotidiano, dos eventos do presente e, também, da memória que vincula a praça de hoje às imagens do passado, onde as lembranças e afectividades entre a cidade e o homem se manifestam.

“...e devemos lembrar-nos que a base da identidade é tão poderosa como a transformação económica e tecnológica no registo da nova história”.

(CASTELLS, 2002: 5)

Castells define identidade como:

“o processo pelo qual o actor social se reconhece a si próprio e constrói significado, sobretudo, através de um dado atributo cultural ou conjunto de atributos culturais determinados, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais”.

(CASTELLS, 2002: 26)

Segundo Castells a identidade pode manifestar-se das mais variadas formas. Cada pessoa possui uma identidade composta de muitas afiliações e pertenças. Na verdade, existe em todas as sociedades uma enorme variedade de identidades (mulher, homem, hétero/homossexual, jovem, adulto, branco/negro, etc...) e, portanto, torna-se impossível construir uma identidade única, sendo necessário diferenciar as identidades individuais de identidades culturais/ sociais, colectivas, justificando-se o conceito de múltiplas identidades.

Por outro lado, é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos chamam de papéis.

“Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações. Identidades, por sua vez constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização.”

(CASTELLS, 2002: 22)

Embora as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, estas só assumem tal função se os actores sociais a interiorizarem. Na verdade, pode-se dizer que algumas autodefinições coincidem com papéis sociais, como por exemplo, o momento de ser pai. No entanto, identidades são fontes mais importantes de significado que os papéis, resultado do processo de autoconstrução e individualização que se envolve de sentidos.

A identidade não pode ser vista apenas como uma lista de características, mas antes como uma construção simbólica que conjuga elementos de memória e de projectos adquiridos e desenvolvidos pela prática social, onde as representações e os sentimentos de identificação, se manifestam como autodefinições, e ao mesmo tempo como factores de coesão colectiva.

“Es un proceso de identificaciones históricamente apropiadas que le confieren sentido a un grupo social y le dan estructura significativa para asumirse como unidad”.

(CRUZ, 1993: 64)

A identidade colectiva implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre «nós» e os «outros», onde o apego constante com o passado resulta de processos (mitológicos e históricos) de (con) textualização e de (des/re) contextualização de identidades culturais, conduzindo à definição de e caracterização das sociedades.

“... as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação.”

(SANTOS, 1994: 31)

As identidades, de evolução permanente, emergem dos processos interactivos das pessoas no seu dia-a-dia, feita de trocas reais e simbólicas. Esta construção, seja individual ou social, não é estável e unificada, é mutável, transitória e, por vezes, subjectiva; a identidade é (re)negociada e vai-se transformando, (re)construindo-se ao longo do tempo.

“Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade é para quem, por quem, e para quê isso acontece.”

(CASTELLS, 2002: 23)

Admitimos facilmente que qualquer identidade é construída. A principal questão refere-se à origem dessa construção. Este processo serve-se como matéria-prima da história, geografia, biologia, memória colectiva, símbolos de poder e religião, sendo que esta última desempenha um papel primário no processo da construção identitária, torna-se num modo de construção social da realidade e num sistema de referências ao qual os actores sociais recorrem, espontaneamente, para reflectir o universo no qual vivem.

A partir daqui, indivíduos, grupos, ou mesmo sociedades inteiras, reorganizam os significados em função de tendências sociais e projectos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como da visão de tempo/espço, ocorrendo invariavelmente a construção da identidade social numa relação de poder. Castells propõe três formas e origens para as construções de identidades:

. **Identidade legitimadora**, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade.

. **Identidade de resistência**, criada por actores que se encontram em posições desfavoráveis relativamente à lógica dominante.

. **Identidade de projecto**, uma nova identidade construída por actores sociais que se servem de qualquer tipo de material cultural.

A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, tal como esta foi concebida por Gramsci (in Castells, 2002:24), ou seja, o conjunto de instituições, organizações e actores sociais reproduzem uma identidade dominante estrutural, mesmo que, por vezes, se verifiquem conflitos entre os seus membros.

A identidade de resistência é provavelmente a mais importante forma de criação de identidade da nossa sociedade, já que, tendo origem em formas de resistência colectiva, leva à formação de comunidades com uma identidade própria. Este tipo de formação de identidade pode transformar-se, segundo o autor, numa identidade de projecto. O fundamentalismo religioso e as comunidades territoriais são manifestações da construção de uma identidade defensiva.

Por fim, a identidade de projecto consiste na visão de uma vida diferente e que pode ter na sua ambição uma mudança da sociedade. A sociedade pós-patriarcal é um destes exemplos.

Não sendo o objectivo desta dissertação estudar as questões identitárias no indivíduo, este ponto procura abordar mais o conceito de identidade social/cultural. Por esta razão, assumimos como ponto de partida de reflexão o carácter sociocultural da construção da identidade, destacando o contributo para a mesma da memória e da identidade do lugar.

### **3.2 A importância da memória na formação de identidade**

“Do vínculo com o passado extrai-se a força para a formação da identidade”.

(FROCHTENGARTEN, 2005: 367)

A identidade reflecte todo o investimento que a sociedade faz ao longo do tempo, na construção da memória. Portanto, a memória está na base da construção da identidade, pois a mesma reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica.

“A identidade depende de um certo sentido de permanência do semelhante assente na recordação, enquanto esta depende da identidade assumida”.

(GILLIS, 1994 in SOBRAL, 1999: 73)

A busca da memória é também uma procura da identidade, e quando se perde a memória, entra-se num estado de crise identitária, onde o recurso ao passado, à memória, para a formação de uma identidade, passa pelo recurso às narrativas, aos rituais, à evocação de figuras, locais ou edifícios.

Henrique Muga define a memória como

“uma estrutura mental que tem a função de registar e recuperar a informação”.

(MUGA, 2005: 83)

Sem a memória não seria possível processar a informação sensorial recebida – auditiva, visual, olfactiva ou táctil. Todos os estímulos tornar-se-iam vazios de significado uma vez que o organismo não os reconheceria.

Por outro lado, é interessante notar que a nossa memória é selectiva. Lembramo-nos do caminho de casa para o trabalho, mas não de todos os prédios que o rodeiam; lembramo-nos do perfume de uma pessoa numa festa, mas não do dos restantes convidados. Lembramo-nos de uma pequena parte do que experimentamos e, curiosamente, lembramo-nos também do que esperamos ter vivido. Nas acções do dia-a-dia a escala do cenário e a familiaridade que o sujeito possui com o mesmo revelam-se factores determinantes para atingir com sucesso a deslocação. Não nos perdemos no caminho de casa para o trabalho, curto e familiar, mas podemos-nos facilmente desorientar no meio de uma montanha ou de uma grande cidade que visitamos pela primeira vez. Neste caso, necessitaremos de um mapa ou de qualquer tipo de instrução para chegarmos ao local desejado, sendo, mesmo assim, necessário sentido de orientação para nos conseguirmos guiar pelos pontos de referência fornecidos.

Sendo o estudo da memória transversal nas mais diversas áreas, a mesma pode assumir diversas configurações. De forma sucinta, podemos defini-la em Psicologia como:

“a capacidade do sujeito se manter num processo contínuo de referência em relação à experiência vivida, sendo igualmente um factor essencial para o desempenho de todas as suas capacidades, [e] é o suporte de todos os processos de aprendizagem”.

(SERRÃO, 2007: 14)

Aqui, a memória processa-se segundo três momentos:

**a aquisição** - momento em que se apreende determinada informação, se realiza determinada aprendizagem;

**a retenção** - refere-se à conservação da informação por um período de tempo;

**a recordação** - altura em que se procede à recuperação da informação.

Nesta perspectiva, existem três tipos de memória: memória sensorial, memória a curto prazo e memória a longo prazo; e em Sociologia como “uma construção social que pode assumir um carácter individual ou colectivo” (Serrão, 2007:14). Há, no entanto, alguns autores que entendem a memória:

“não apenas como uma representação ou reconstrução do passado, mas como tradição, isto é, como manutenção de aspectos do passado de que não temos consciência e que são expressos através de sentimentos, movimentos, hábitos e atitudes. Neste sentido, ela não é apenas construída socialmente, mas é também um aspecto essencial na construção da sociedade”.

(SANTOS, 2002 in SERRÃO, 2007: 15)

Em termos sociológicos, a memória é entendida sempre como uma construção social que pode assumir um carácter individual ou colectivo.

Esta memória é definida por Scheiner pelo cruzamento entre:

“...experiências do passado e do presente. O passado projecta-se no presente sob a forma de representações mentais e sensoriais, contribuindo para a formação de ‘cenários’ onde o indivíduo se coloca como observador e/ou como personagem”.

(SCHEINER, 2006: 3)

Também a relação e articulação de uma série destes acontecimentos comuns a um determinado grupo caracteriza e conduz a uma memória social e colectiva. Por outro lado, a mesma não pode ser entendida apenas como uma reprodução ou reconstrução do passado, mas também como tradição, isto é, como conservação de aspectos do passado de que não temos consciência, mas que se expressam através de sentimentos, movimentos, hábitos e atitudes.

“... ela não é apenas construída socialmente, mas é também um aspecto fundamental na construção da sociedade.”

(SANTOS, 2002: 136)

Podemos ainda diferenciar memória social, concebida sob a forma de grandes correntes de pensamento na e da sociedade, como sendo essencialmente uma tradição, e memória colectiva como memória de grupo, essencialmente formada por um hábito de pensamento.

Maurice Halbwachs (1968 in Sobral, 1999:73), sociólogo pioneiro no estudo do conceito de “memória colectiva”, em oposição a uma memória estritamente individual, defende que a memória possuiu sempre um carácter social, remetendo de forma obrigatória a memória que é aparentemente individual, para um grupo. Isto porque apesar de o actor trazer com o mesmo uma determinada lembrança, ele está sempre em interacção com a sociedade e, portanto, é no contexto das inúmeras relações sociais que se estabelecem ao longo da sua vida, que se vão construindo as lembranças, sendo estas as matrizes da memória.

“As lembranças são frutos de uma actividade de reconstrução do vivido”.

(FROCHTENGARTEN, 2005: 367-368)

A memória social é essencial para a integração e a compreensão do passado num processo de reconstrução e reinterpretação das vivências e experiências no presente. Ela constrói-se com base nos referenciais espaço-temporais, como de resto acontece com a própria construção da identidade. Por um lado, o tempo constitui-se como uma condição da recordação em relação com uma multiplicidade de quadros sociais entre si relacionados na produção da memória colectiva e, por outro lado, a própria memória colectiva apoia-se em imagens espaciais que por sua vez desempenham um papel importante no processo de reconstrução do passado.

“Existem quadros da memória colectiva sobre os quais se apoiam as memórias individuais e sociais para reconstruir o passado. (...) O pensamento social constitui memória, enquanto quadro feito de noções e de factos que servem de pontos de referência”.

(FERNANDES, 2002 in SERRÃO, 2007: 16)

Halbwachs foi o primeiro autor a afirmar que toda a memória é socialmente construída em torno do espaço:

“Only spatial imagery has the stability to allow us to discover the past in the present”.

(HALBWACHS, 1980 in HERBBERT, 2005: 584)

O mesmo defendia igualmente a apologia da vida urbana, exaltando as vantagens dos fluxos da grande cidade, uma vez que acreditava ser a cidade o local onde o indivíduo expressa na plenitude a sua individualidade. Esta posição é também corroborada pelo próprio Hebbert:

“It is in urban space that humans discover who they are and make history”.

(HEBBERT, 2005: 584)

Desta forma, o espaço urbano torna-se, para Maurice Halbwachs, o lugar por excelência para a manifestação da memória colectiva. Esta posição é igualmente defendida por Aldo Rossi:

“One can say that the city itself is the collective memory of its people, and like the memory it is associated with objects and places. The city is the locus of the collective memory. This relationship between the locus and the citizenry then becomes the city’s predominant image, both of architecture and of landscape, and as certain artifacts become part of its memory, new emerge. In this entirely positive sense great ideas flow through the history of the city and give shape to it... Thus the union between the past and the future exists in the very idea of the city that it flows through, in the same way that memory flows through the life of a person; and always, in order to be realized, this idea must not only shape but be shaped by reality”

(ALDO ROSSI, 1982 in HEBBERT, 2005: 587)

Apesar de não isenta de controvérsia – será que podemos quantificar a intensidade da identidade? –, concordamos com a posição manifestada pelos diversos autores anteriores, relativamente a uma “identidade mais forte” na cidade, devido à grande aglomeração de pessoas, objectos e distintos espaços. Corroborando esta afirmação, Ana Cristina Serrão explicita que a memória social:

“constrói-se com base nos referenciais espaço-temporais, como de resto acontece com a construção da própria identidade”.

(SERRÃO, 2007: 16)

Dentro da mesma linha de pensamento, Umberto Eco defende que o acto de nos lembrarmos de alguma coisa é semelhante a construir e posteriormente viajarmos sobre o espaço construído.

“We are already talking about architecture. Memories are built as a city is built”.

(UMBERTO ECO, 1986 in HEBBERT, 2005: 581)



Com uma sociedade marcada pelo princípio do mercado global, e onde as especificidades do espaço e do tempo se vão diluindo, levantam-se sérias questões relacionadas com a consequente descaracterização e desvinculação territorial das comunidades dos seus valores e mesmo das suas memórias. Vivemos já a descontextualização dos sistemas sociais, na medida em que se passou de uma sociedade em que grande parte das actividades da vida quotidiana eram essencialmente marcadas por um tempo e espaço profundamente interligados e vinculativos, para uma outra onde os referenciais espaço-temporais são pensados e reestruturados em virtude do que Giddens entende como:

“... propriedades universalizantes que explicam a natureza expansionista e irradiadora da vida social moderna nos seus encontros com as práticas tradicionalmente estabelecidas (...) operando-se na intersecção da presença e da ausência, o entrelaçar de eventos e relações sociais à distância com as contextualizações locais.”

(GIDDENS in FERNANDES, 2002: 21)

Ou seja, o valor do espaço e do tempo vão-se alargando, homogeneizando e diluindo no seio dos quadros sociais actuais, naquele que se constitui como sendo o processo mais lato de construção da memória e identidade, o que acaba por gerar um certo desenraizamento social, que pode conduzir a uma fragmentação e enfraquecimento das memórias, já que estas se tornam progressivamente mais numerosas e rapidamente mutáveis.

O facto de cada indivíduo pertencer, hoje em dia, a uma pluralidade de grupos torna impossível a construção de uma memória unificada. Desta forma, as memórias multiplicam-se e reivindicam a sua própria história no quadro de um processo geral de individualização, transformando-se em mosaicos sem unidade, feitas de fragmentos de grandes memórias organizadoras. Assim, e na medida em que, por um lado a busca da memória é também uma procura de identidade, quando se perde a memória entra-se num estado de crise identitária e, considerando que o significado nuclear de qualquer identidade individual ou colectiva consiste principalmente no sentido de se permanecer ao mesmo no tempo e no espaço, facilmente se chega à conclusão de que memória e identidade se encontram estreitamente ligadas.

Nesta perspectiva, os efeitos transformadores e desenraizadores que começam a atingir de forma profunda a memória social, também podem reflectir-se nas identidades. A memória é então considerada como:

“(...) um poderoso operador de construção da identidade (...), ao conferir ao grupo sentido para o seu passado e para o seu futuro, identifica-o, contribuindo para a construção da sua identidade”

(FERNANDES,2002:52-53)

Segundo Claude Dubar:

“(...) a identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições”

(DUBAR,1997:105)

Assim, com o desaparecimento e substituição das sociedades de tipo comunitário por sociedades cada vez mais pautadas pelo individualismo, as condições de produção e reprodução, quer ao nível da memória quer ao nível da identidade, sofrem profundas alterações, passando a existir memórias plurais em consonância com as plurais identidades que se vão igualmente desenvolvendo, uma vez que de uma identidade fortemente edificada se passa a identidades diluídas e múltiplas.

Face a estes processos sociais caracterizados pela multiplicação e fragmentação das identidades, e memórias que suportam a construção do individuo como sujeito pertencente a uma comunidade, família, grupo profissional, afigura-se importante encontrar o que Smith define de:

“... territorialização da memória...”

(SMITH,2004:75)

Mostra-se evidente o porquê do uso de algumas personagens heróicas para a formação da identidade de um povo. Vasco da Gama e Cristóvão Colombo são exemplos para portugueses e espanhóis, pois como afirma Sobral:

“... permitem condensar numa figura a representação de um passado imperial...”

(SOBRAL,1999:72)

É esse o papel desempenhado por Vasco da Gama ou Cristóvão Colombo para portugueses e espanhóis, é esse o papel da Avenida dos Aliados para os portugueses ou da Praça Maior para os vimaranenses.

A construção da identidade está então permanentemente associada ao conceito de “memória colectiva”, e é interessante constatar que os factores que interferem nessa construção são os mesmos quer para referências amplas, como a nacionalidade, quer para referências mais estreitas como a família. Para a formação de uma identidade nacional interferem factores como a existência de um nome comum (ex.: Portugal), de uma simbólica de poder (ex.: quinas e castelos), uma língua comum (ex.: português), mas o factor mais importante de todos é a existência de um grupo étnico. E se é certo que a existência de um único grupo étnico não leva à formação de uma nacionalidade nova (têm de se reunir igualmente várias condições, algumas das quais já referidas anteriormente), muitos dos factores que levam a identificar um grupo étnico poderiam facilmente servir, por si só, para identificar a nação: um nome próprio; mitos comuns; memórias partilhadas; um ou mais elementos diferenciadores da sua cultura; uma terra natal específica; e um sentido de solidariedade para com os restantes membros do grupo, de acordo com Smith (in Sobral, 1999: 78,79).

Quando nos referimos à família, os seus membros contam igualmente histórias dos seus antepassados, têm um lugar de referência e um grupo com que se identificam. A casa, que em certos casos de famílias de classe social mais elevada, passa de pais para filhos, “mantendo a tradição da família”, é o local de encontro e cenário de memórias. As mobílias, as fotos, os objectos pessoais contam as suas histórias. Os documentos sobre as propriedades servem para datar a posse do bem da família. Sobral chama a este processo, que serve para construir uma memória que permite falar da família, mesmo que o membro nunca tenha conhecido pessoalmente os seus antepassados, de “narrativa familiar”. As semelhanças no processo de formação de identidade, quer nacional, quer familiar são evidentes pelo recurso comum às narrativas, à evocação de mitos, à identificação com um lugar, como demonstra o autor:

“Nestas famílias e nas nações, a produção de identidades é a produção de memórias, que não se limitam à forma oral ou escrita, mas que passam pela inscrição num espaço: a residência e propriedade, por um lado, o “território nacional”, por outro. Um espaço que é, por isso, uma base da memória, um símbolo identitário...”.

(SOBRAL, 1999: 83)

De importância para a presente dissertação, encontramos, portanto, um processo de formação de identidade intrinsecamente ligado a uma memória social e colectiva que consiste não somente na evocação de episódios e referências do passado, mas também na construção e reconstrução da experiência vivida, em estreita relação com o contexto sociocultural e espaço-temporal, sendo a cidade um cenário privilegiado para essa relação.

### 3.3 Lugar, sítio de vínculos e conteúdo

“A enorme igreja de S. Maria Maggiore ergue-se numa das sete famosas colinas de Roma. ... os numerosos turistas que são levados até à igreja em excursões pela cidade se dão conta do carácter ímpar do ambiente. Eles simplesmente notam um dos números assinalados no plano de seus guias de turismo e seguem apressados para o número seguinte. Certamente não sentem o lugar do mesmo modo que alguns alunos de uma escola religiosa vizinha. Eles tinham um intervalo para recreio às onze horas e empregavam o tempo num tipo muito especial de jogo de bola no amplo terraço do topo da escada.... Não pretendo com isso dizer que os jovens italianos aprenderam mais sobre arquitectura do que os turistas. Inconscientemente, eles sentiram certos elementos básicos da arquitectura: os planos horizontais e as paredes verticais acima das encostas. E aprenderam a brincar com esses elementos.”

(RASMUSSEN, 2002:15-16)

De uma forma simples, a citação de Rasmussen define lugar. Ele diferencia-se do espaço pela presença da experiência. Lugar está relacionado com o processo fenomenológico da percepção, da experiência do mundo e consequente construção social, e ao contrário do espaço é definido por substantivos e não por formas, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos, pela memória, onde de repente cantos, objectos e texturas falam uma linguagem diferente, com personalidade e significados.

Compreender o lugar é considerá-lo não como uma soma de objectos, mas como um sistema de relações (subjectivo-objectivo, aparência-essência, mediato-imediato, real-

simbólico) de forma a presenciar os pares dialéticos, o novo e o velho, o tradicional e o moderno, o exógeno e o endógeno; enfim, as mudanças e as permanências.

Para Tuan (1983) o lugar é marcado por três palavras: percepção, experiência e valores. Os lugares guardam e são núcleos de valores, por isso eles podem ser totalmente apreendidos através de experiências de relações íntimas, próprias (insider) e relações externas (outsider).

“O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e sentido.”

(TUAN, 1983:151)

Seguindo o pensamento de Rasmussen, Tuan distingue espaço de lugar, sendo que no seu entendimento, espaço pode transformar-se em lugar, na medida em que se atribui a ele valor e significado, o lugar não pode ser compreendido sem ser experienciado.

“Cada pessoa está rodeada por ‘camadas’ concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade religião e para a nação”

(BUTTIMER, 1982:178)

Buttimer vê o mundo vivido como a essência do lugar, pois cada pessoa tem o seu lugar natural, o ponto zero do seu sistema pessoal de referência.

Habitar implica mais do que simplesmente morar ou organizar o espaço, significa viver imerso na intersubjectividade, permitindo um diálogo entre a pessoa e a intersubjectividade do seu mundo, sendo este mundo permeado de valores, de bens, de significados e de experiências pessoais. Buttimer (1982) entende que a identidade cultural está intrinsecamente relacionada à identidade com o lugar. As dimensões culturais, emocionais, políticas e biológicas permitem ao indivíduo possuir redes de interações baseadas no lugar, ainda que com as mudanças contantes do mesmo, para o indivíduo e para a comunidade, a sensação de que as características antigas permanecem reforçam a identidade do lugar.

Holzer (1997), no seguimento de Buttimer, caracteriza a identidade do lugar como o espírito do mesmo, resultado da experiência pessoal vivida, permeado de dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais, adquire uma identidade cujo enraizamento e sentimento de familiaridade dependem das qualidades físicas e das mudanças que as gerações humanas lhe atribuem.

“...o momento em que o corpo, como elemento móvel, coloca-se em contacto com o exterior e localiza o outro, comunicando-se com outros homens e conhecendo outras situações”

(HOLZER, 1997:79)

Lugar, imerso de intersubjectividade, estrutura-se na relação do ‘eu’ com o ‘outro’, palco das vivências e história, em que se encontram as coisas, os outros e nós mesmos. Este diálogo entre a pessoa e o meio, na aproximação de herança sociocultural e na constatação da essência das coisas por meio da compreensão, mostra-se condição necessária da existência humana.

Para Santos (1994:97), a compreensão de lugar deve ser vista numa perspectiva mais integradora, de construção social, aborda-o a partir do materialismo histórico e dialéctico, envolve uma permanente mudança, resultado da própria lógica da sociedade e das inovações técnicas que transformam ininterruptamente o espaço.

Para o autor, a ideia de lugar está intimamente ligada à própria definição de espaço:

“Tudo que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define lugar é exactamente uma teia de objectos e acções com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar.”

(SANTOS, 1994:97)

Noutra passagem, o espaço é definido como:

“... um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma serie de relações. O espaço é resultado da ação do homem sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.”

(SANTOS, 1988:71)

Analisando as duas citações de Santos, espaço e lugar encontram-se intimamente ligadas, sendo que é esta relação que diferencia os lugares e cria a resistência do interno aos factores externos.

O lugar é uma construção social, a base da reprodução da vida, podendo ser analisado pela tríade habitante-lugar-identidade.

É fundamental considerar o lugar como palco dos acontecimentos, pela sua dimensão real, prática, sensível e concreta. Além disso, torna-se elementar considerá-lo como uma construção tecida por relações sociais do espaço vivido, garantindo uma rede de significados e sentido, tecidos pela história e cultura. O lugar tem usos e sentidos e, portanto, envolve a vida social, a identidade e o reconhecimento.

Assim sendo, são os lugares que o homem habita dentro do espaço, que dizem respeito ao seu cotidiano, ao seu modo de vida, pelas formas através das quais o homem se apropria e ganham sentido pelo seu uso. Trata-se de um espaço palpável.

“O lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas de um conjunto de sentidos e usos. Assim, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos que ocorrem ou ocorreram no mundo.”

(CARLOS, 1996:21-22)

A monumentalidade do espaço através de símbolos de poder mostra que o lugar também é um espaço vazio, pois é construído em função de uma lógica que impõe modos e usos, podendo mesmo afirmar-se que o lugar se revela em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem no cotidiano, através das situações de conflitos e combinações.

A identidade, o sentimento de pertença e a acumulação de tempos e histórias individuais constituem o lugar. Este guarda em si o seu significado e as dimensões do movimento da história, apreendido na memória, através dos sentidos.

“Os lugares tanto se opõem como se completam ou se introduz uma classificação por topias (isotopias, heterotopias, utopias, quer dizer lugares contrastantes), mas também e, sobretudo, uma oposição altamente pertinente entre espaços dominados e apropriados.”

(LEFEBVRE in CARLOS, 1996:31)

O lugar, enquanto sítio das mais variadas relações, é compreendido enquanto realidade sensível, resultado do uso e da prática vivida do dia-dia. Assim, de um lado, temos o fervilhar de relações e, de outro, a especificidade da produção espacial global.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora.

Na era das redes, dos avanços nos meios de transportes e comunicação, cada vez mais velozes, encurta-se a distância entre o espaço e o tempo, o que resulta na mundialização da sociedade, da economia, da cultura e do espaço, e implica uma atenção permanente sobre caracterização e definição de lugar.

A globalização gera a competição entre lugares, denominada por Carlos (1996:27) como “guerra de lugares”, cujo interesse se volta para os investimentos económicos. No entanto, a mesma não conduz à sua homogeneização, proporcionando, pelo contrário, a diferenciação e ressaltando as especificidades do sítio. Com isto, o mesmo adquire uma hibridização, consequência da globalização, e suporta características do global (racionalidade) como características intrínsecas do lugar (a emoção).

“É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar”.

(SANTOS, 2005:158)

De facto, o Mundo pode definir-se como um conjunto de possibilidades e o lugar como um conjunto de oportunidades que proporciona um caminho para entender a sua complexidade real, isto porque o lugar não é passivo, mas globalmente activo. Ele tem autonomia e força. A sua compreensão, enquanto espaço vivido, construído nas relações sociais, envolve o quotidiano, a cooperação e as relações de conflito entre os actores e o mundo.

“Hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar”.

(SANTOS, 2005: 161)

Como conceito espacial de análise, o lugar ganha relevância no período contemporâneo, não como mero instrumento de localização ou uma base física, mas como uma construção socio-espacial, edificada nas relações entre indivíduos e a base territorial em que se vive, e onde se constrói uma introspecção de valores que condiciona o modo de vida dos actores.

“O lugar é onde estão os homens juntos, sentindo, vivendo, pensando, emocionando-se”

(SANTOS in ARROYO, 1996:59)

O lugar deixou de ser um mero espaço vivido, ele é também uma construção socio-espacial com base na vida quotidiana e na sociabilidade entre as pessoas.



### 3.4 O Espaço e os sentidos

“Se não usar todos os seus cinco sentidos, alguns deles irão atrofiar, enquanto os outros sendo enfatizados e muito utilizados, irão evoluir em novas formas. No actual estado da civilização humana, a maioria da nossa energia percepçiona e absorvida pelo impacto visual dos médios. Os sinais visuais e acústicos parecem depender menos nas estruturas dos edifícios do que o cheiro, o gosto ou o toque. Noutras palavras, a nossa cultura pende mais para valores imateriais do que nos períodos anteriores...”.

(HERZOG,2002:45)

“Se no quotidiano a percepção da arquitectura é medida pela luz, por sons, acções, cheiros, e em algumas circunstâncias pela palavra, no contexto cénico todos estes fenómenos adquirem valor acrescido, devido ao olhar intensamente perceptivo do público, à construção de sentidos através do texto e da acção, à dimensão metafórica do próprio teatro.”

(CAPELA,2004:51)

Neste ponto interessa perceber como vivemos e percebemos o espaço, assim como a importância das características formais, sensoriais e espaciais no corpo da arquitectura.

Toda a experiência interligada com a arquitectura é multissensorial; as características de espaço, matéria, escala e luz reforçam a experiência existencial, a nossa sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço de identidade pessoal.

“... uma arquitectura que intensifica a vida deve provocar todos os sentidos simultaneamente e fundir a nossa imagem de indivíduos com a nossa experiência do mundo”.

(PALLASMAA, 2005: 11)

Como se mostra o espaço ao sujeito e de que maneira este o apreende?

A percepção não opera directamente pelos estímulos, mas sim pelo conjunto de influências, aspectos internos, expectativas, culturas e emoções. Dependendo da experiência prévia do sujeito, o espaço manuseia, regula, participa no quotidiano da sociedade.

### 3.4.1 A forma

“... as formas transfiguram as capacidades e os movimentos do espírito, mais do que os especializam. Destes receberam, não a orientação, mas a tónica. São, em maior ou menor grau, intelectualização, imaginação, memória, sensibilidade, instinto, carácter; são, mais ou menos, vigor muscular, espessura ou fluidez do sangue. Antes agem sobre estes elementos como disciplinadores, não lhes deixando um momento de repouso; criam no animal homem um homem novo, múltiplo e coerente. Pesam com todo um peso que de modo algum é fútil, já que é o das matérias da arte; estabelecem no pensamento uma vastidão que não é qualquer uma, pois que é um espaço consentido ou desejado; produzem uma dialéctica que não é puro jogo, uma vez que a técnica é actividade criativa. Na encruzilhada da psicologia e da fisiologia, revestem-se da autoridade da silhueta, da massa e da intonação. Se deixarmos, por um instante que seja, de as considerar como forças concretas e activas, profundamente envolvidas nas coisas da matéria e do espaço, apenas percebemos no espírito do artista sombras de imagens e de memórias ou os gestos esboçados do instinto.”

(FOCILLON, 1943: 80)

A forma da cidade não é só uma estrutura espacial. Existe necessariamente uma relação entre elementos que a constituem e o seu espaço. Resulta das condições históricas, sociais, económicas e políticas em que a sociedade gera o seu espaço e onde a apropriação social e cultural determina também a sua forma.

A noção de forma passa pela ideia de um conjunto de objectos arquitectónicos ligados entre si por relações espaciais, onde a arquitectura interpreta a estrutura espacial.

Esta ideia é corroborada por Aldo Rossi, quando afirma que a:

“... forma [da cidade] resume-se na arquitectura da cidade (...) uma obra de engenharia e arquitectura (...) que cresce no tempo...”

(ROSSI, 1966: 43)

ou como,

“... factos urbanos caracterizados por uma arquitectura e, portanto, por uma sua forma”.

(ROSSI, 1966: 43)

Resultado da experiência e apreensão espacial, com todas as variáveis que o tempo carrega, surgem momentos de flexões, tendências que trazem uma metamorfose infindável a um mundo em constante mudança.

“... a vida das formas, incessantemente renovada, não se desenvolve em conformidade com dados fixos, constantes e universalmente inteligíveis... mas engendra diferentes geometrias no interior da própria geometria, tal como cria as matérias de que necessita.”

(FOCILLON, 1943: 53)

As formas não estão suspensas numa zona abstracta, elas envolvem-se na vida, exprimindo no espaço determinados movimentos com que o homem se identifica.

“Uma forma sem suporte não é forma, e o próprio suporte é forma.”

(FOCILLON, 1943: 31)

Para muitos esse suporte é oferecido, mas, apesar de haver uma cultura associada a um espaço, seja ele um simples bairro ou uma cidade, é importante entender que isso se deve às suas características e à percepção que cada pessoa tem do espaço.

“O nosso mecanismo percentual é tão adaptável que cada grupo humano pode distinguir as partes da sua paisagem, pode aperceber-se delas e dar significado a pormenores significativos. Isto sucede por mais indiferenciável que o mundo possa parecer ao observador vindo de fora...”

(LYNCH, 2008: 135)

De uma maneira geral, a vida das formas é primordial, sem isso o espaço seria opaco e inatingível. Não é possível compreender plenamente a forma arquitectural no espaço resumindo ao traçado. Os materiais com que se definem as formas, os instrumentos e as mãos, a técnica são efectivamente a verdadeira acção da forma e do espaço.

“... os elementos marcantes funcionam como indicações absolutamente seguras do caminho a seguir”.

LYNCH, 2008: 82)

De facto, o homem exprime a necessidade de se reconhecer na sua mais ampla inteligibilidade, naquilo que tem de estável e universal, os elementos elegíveis funcionam como orientação e posicionamento no espaço, criando uma imagem ambiental cheia de memórias e símbolos, reduzindo assim o medo de estabelecer uma relação emocionalmente segura entre o homem e o meio ambiente actual.

“É sabido que os antigos templos gregos eram originalmente policromos, mas o tempo despojou-os de todos os vestígios de cor. Porém, apesar de tal processo ter-lhes alterado muito a aparência, ainda os sentimos como arquitectura nobre.”

(RASMUSSEN, 2002:223)

A consciência dos elementos que caracterizam os diferentes espaços torna-os parte integrante do lugar. Para que tal possa acontecer, não é suficiente deixar passivamente uma imagem formar-se na retina do olho, criando apenas uma impressão visual muito ténue. É importante o despertar sensorial para que um simples detalhe, para que se altere a percepção espacial.

Esta percepção “flash”, que por vezes nos induz a pressupostos erróneos, é também reflexo da actualidade arquitectónica, pois, de um modo geral, se um elemento causa ou não uma impressão no observador, e que espécie de impressão causa, depende não só da obra de arte, mas também, em grande medida, da susceptibilidade do observador, da sua mentalidade, educação, do seu meio ambiente e estado de espírito.

“um meio de comunicar sentimentos e estados de espírito de uma pessoa para outra.”

(RASMUSSEN, 2002:31)

Os materiais, as formas, as cores, a luz, as texturas, o ritmo, são elementos usados no nosso quotidiano para expressar o nosso lugar no mundo e a forma como o vemos.

### 3.4.2 Os sentidos e a arquitectura

“Se no quotidiano a percepção da arquitectura é medida pela luz, por sons, acções, cheiros, e em algumas circunstâncias pela palavra, no contexto cénico todos estes fenómenos adquirem valor acrescido, devido ao olhar intensamente perceptivo do público, à construção de sentidos através do texto e da acção, à dimensão metafórica do próprio teatro.”

(CAPELA,2004:51)

Os sentidos funcionam como receptores de todas as informações sensoriais que nos rodeiam. Depois de recebermos um estímulo, o corpo absorve-o e interpreta-o. Este processo, conhecido por percepção, é diferente para todas as pessoas, sendo que interessa perceber como se desenrola e de que forma se manifesta.

“Eu estou interessado no edifício, como o vêem, como o sentem, como é feito, o edifício como um corpo.”

(ZUMTHOR,1997:2)

A audição introduz uma nova dimensão ao espaço. Ela cria uma ligação recíproca entre a pessoa e o espaço, ao possibilitar o diálogo, pois apesar de não “produzir som”, o espaço manifesta-se através do eco que traz de volta a nossa mensagem.



Fig.11 – “Alegoria dos cinco sentidos”, óleo sobre tela, Pietro Paolini (1603-1681)

Devemos aprender a ouvir a paisagem sonora como se fosse uma composição musical. Desta maneira desenvolvemos um sentido da audição capaz de apreender diferentes sons, mesmo os que passam despercebidos, pois ainda que o som seja permanente na nossa vida, para compreendermos o espaço é necessário escutar.

Por outro lado, o silêncio pode ser definido como ausência de som, normalmente associado ao sossego e ao descanso. Na arquitectura o silêncio surge como solidão do lugar.

“Oicam! (...) infelizmente, muitas pessoas hoje já não reparam no som do espaço.”

(ZUMTHOR,2006:29)

O tacto é o sentido que torna a visão real. Ele permite-nos ter acesso à informação tridimensional de corpos materiais, dando-nos informações sobre a textura, o peso, a densidade e a temperatura.

Maioritariamente, as experiências tácteis que temos são secundárias, pois estabelecemos contacto visual antes do contacto material. Por outro lado, a dimensão monumental que a arquitectura adquiriu ultrapassa o controlo humano do espaço, contribuindo assim para a descredibilização táctil, que transcende a própria humanidade. Este efeito justifica a preferência visual, revelando um lado intocável nas obras de grande escala, o que torna impossível a noção de materialidade, distância e profundidade, pela ausência da experiência do tacto.

“Numa catedral, é difícil para mim sentir a arquitectura como um todo. As janelas, os rendilhados do tecto, a proporção dos pilares, tudo isso é perdido. Apenas consigo ter uns minutos a explorar com os dedos os detalhes cravados nas telas, ou passar as palmas das minhas mãos sobre a rugosidade da pedra, sentindo as diferentes texturas e temperaturas, algo muito vivido que é recuperado. Não me posso contentar apenas em andar sobre o chão, tenho de me baixar e explorar os ladrilhos ou as filas dos degraus de pedra com os dedos. É isso que me dá uma sensação de conhecimento do real.”

(HULL,1997:21)

O olfacto explora o carácter mais pessoal que um edifício pode ter, pela forte ligação que tem com a memória, e pela familiaridade que nele podemos encontrar. Desde o

cheiro intenso do verniz das madeiras, a frescura das pedras, até ao reconfortante cheiro da casa da nossa infância, os odores estão estreitamente relacionados com a memória.

“Um cheiro específico faz-nos reentrar de um modo inconsciente num espaço totalmente esquecido pela memória da retina: as narinas despertam uma imagem esquecida e somos convidados a sonhar acordados. O cheiro faz os olhos lembrarem-se.”

(PALLASMA, 2005: 51)

Há certos pormenores arquitectónicos que, devido às suas características, nos levam a querer senti-los de outra maneira que não apenas através dos sentidos mais comuns.

Encarando o gosto (paladar) como uma experiência intensa, podemos daqui tirar uma analogia ao modo como devemos encarar a arquitectura, onde a citação de Pallasma torna real a intimidade e sedução entre o corpo e o espaço.

“Há muitos anos atrás, quando estava de visita a DL James Residence, em Carmel, na Califórnia, projectada por Charles e Henry Greene, senti-me compelido a ajoelhar-me e tocar com a língua a soleira de mármore branco da porta de entrada, que brilhava delicadamente. Os materiais sensuais e tão bem trabalhados pela arquitectura de Carlo Scarpa, assim como as cores sensuais das casas de Luis Barragan, frequentemente evocam experiências orais. As superfícies deliciosamente coloridas de stucco lustro, revestimento extremamente polido de superfícies de madeira, também se oferecem a apreciação da língua.”

(PALLASMA, 2005: 56)

A visão é o sentido mais predominante na questão da arquitectura.

“É preciso ver claramente para que se possa entender. (...) eu insisto que vocês abram os olhos. Vocês abrem os olhos? Foram treinados para abrir os olhos? Vocês sabem abrir os olhos, vocês abrem-nos frequentemente, sempre e bem?”

LE CORBUSIER, 1930: 122)

As teorias clássicas gregas igualavam a visão e a visibilidade ao pensamento. Considerava-se que o pensamento era um acto que operava a partir da visão e por isso grande parte dos filósofos gregos associavam o acto de ver a reflexão.

“Eu existo na vida apenas se puder ver (...). O homem vê a criação arquitectónica com os olhos que estão a 1,70 metros do solo”.

(LE CORBUSIER, 1930: 123)

No modernismo a visão tem um papel muito forte, como se pode verificar na última citação, pois a mesma mostra o predomínio dos olhos nos pensamentos teóricos modernos, tornando evidente uma grande preocupação em ver todos os pormenores, porque só assim entenderíamos o edifício.

A imagem hoje em dia tem um papel muito importante e isso revela-se também na arquitectura. A fotografia substitui o olhar no local. A imagem tridimensional é substituída pela bidimensionalidade. O corpo deixa de experienciar a nossa existência olhando através de uma janela impossível de abrir.

Desde o início dos tempos que a cultura ocidental é dominada pela visão. E é na captação óptica que estão alojados o conhecimento, a verdade e a realidade. Hoje, com a evolução da tecnologia, a visão engana. As imagens hiper-realistas (renders, fotomontagens, imagens publicitárias, etc.) a que somos expostos diariamente deixam-nos perder na imaginação de uma realidade que já não existe.

### 3.5 A Praça

“Não se pode chamar de cidade um lugar onde não existam praças e edifícios públicos.”

(PAUSÂNIAS apud SITTE, 1992)

A praça <sup>(14)</sup>, criação física do Homem, e por excelência o palco da vida pública na cidade, é entendida por muitos como “a alma da cidade”, sendo que a sua beleza resulta da interacção da história e desenho morfológico que o tempo naturalmente renova.

---

(14) O conceito de praça aqui utilizado apoia-se na definição de território concebida por ROLNIK (1992:28), no texto História urbana: História na cidade? Segundo a autora, “território é uma noção que incorpora a ideia de subjectividade”, pois reflecte um espaço real vivido, ocupado por indivíduos que estabelecem entre si relações que se configuram espacialmente. “É a ideia do espaço como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais.” ROLNIK, Raquel. “História Urbana: História na Cidade?”. In FERNANDES, e GOMES, M. A. de F. Cidade e História.



Apesar de assumir papéis distintos ao longo do tempo, esta possui na sua génese o carácter de espaço colectivo, lugar de manifestação, de culto e de ritos, propício à interacção social, imprescindível na vida da cidade e quotidiano. Por outro lado, a sua função e caracterização espacial, estão directamente dependentes dos processos de formação política, social e económicos próprios da génese urbana, promovendo a constante renovação da forma espacial, que atenda às novas necessidades da estrutura social <sup>(15)</sup>.

“... as funções das praças alteram-se continuamente para acompanhar as transformações da sociedade e os novos usos das praças contemporâneas evidenciam essas transformações.”

(RIBEIRO, 2008:45)

A praça histórica caracteriza-se como um elemento primordial no desenho urbano e de interacção social ligada à actividade económica e ao poder político. A praça era o centro de troca de bens e informação, onde se fazia justiça ou celebrações. Ao contrário, a praça contemporânea apresenta cada vez mais um papel privado e individual. Isto significa que a praça sofreu alterações no seu uso, enquanto espaço físico, bem como no seu significado. Esta mudança ocorreu essencialmente no século XX, e resulta principalmente do rápido desenvolvimento ocorrido nesse século.

“... o tempo foi abreviado não só no modo de contacto e diálogo entre indivíduos, podendo ser feito por telefone, telemóvel, e-mail, internet, etc., como também, na mobilidade individual que proporciona autonomia e rapidez nas deslocações.”

(GEHL and GEMZOE, 2002:13)

O novo estilo de vida alterou definitivamente o encontro dos cidadãos nas cidades e a troca de informação. Como consequência, a praça pública não ficou indiferente a estas transformações nas sociedades urbanas contemporâneas, pelo que resulta variadíssimas

---

(15) KOSTOF, S. The City Assembled: The elements of Urban Form through History, Bulfinch Press Book Little, Brown and Company, London, 1992.

mudanças físicas, sociais e culturais. Estas mudanças ocorrem pela contínua evolução da sociedade relativamente aos seus hábitos, conhecimentos, objectivos, receios e, essencialmente nos últimos tempos, pelo galopante desenvolvimento tecnológico e científico. Marginalizada pelo Homem e pelo progresso, a praça, como a grande maioria de outros espaços públicos urbanos (avenidas, parques), é então definida pelo esvaziamento da vivência humana, onde o espaço de convívio passa a ser um local de movimentação e passagem.

Actualmente, fruto da popularidade do conceito de “qualidade de vida”, as praças desfrutam de uma nova vitalidade. Estas diferenciam-se na malha urbana e funcionam como espaços-síntese interligadas aos conjuntos arquitectónicos que, ao proporcionarem uma “ruptura” na paisagem urbana, resultam em pontos de descompressão.

“A praça é o lugar público intencional de permanência, de encontro, de comércio e circulação, local onde ocorrem importantes acontecimentos festivos, comemorações e manifestações e onde a Arquitectura assume um lugar de destaque.”

(LAMAS, 2004:102)

A análise do papel da praça na cidade leva-nos à compreensão das noções de “lugar da memória” – nos termos de Jacques Le Goff – e de “coração da cidade” – no sentido que Josep Lluís Sert, Fernand Léger e Sigfried Giedion empregavam no manifesto “Nine points on monumentality” de 1943 <sup>(16)</sup>.

Hoje, a praça é novamente lugar das actividades e dos acontecimentos diversos do quotidiano, dos eventos do presente, e é também a memória que vincula a praça de hoje às imagens do passado, onde as lembranças e a afectividade da população em relação à cidade se exprimem.

Na actualidade, a praça é novamente o coração da cidade, lugar repleto de memórias, histórias, experiências e marcas que o tempo se encarregou de vincar no espaço e na sociedade.

---

(16) Tema, inclusive, do VIII CIAM de 1951, e também, já desenvolvido teoricamente por Camillo Sitte que, no século XIX, estudava as praças como espaços da vida pública, das artes e dos monumentos da cidade.

### 3.6 Breve síntese

“A identidade é formada da interacção entre o eu e a sociedade...”

(HALL, 2001: 11-12)

A identidade é uma das mais importantes pertenças do ser humano, manifestada das mais variadas maneiras, não podendo ser vista como uma lista de características, mas antes como um processo de relações e intersecções através do qual o actor se apropria e se identifica.

De um modo geral, a identidade pode ser definida, à semelhança da memória, como um processo de construção, um estado de consciência da pessoa e do sentido da vida e do mundo, mediante elementos culturais adequados; um sentimento de relação com o mundo, uma maneira de se situar num determinado ambiente.

Podemos afirmar que, através da identidade e da identificação social, transversalmente a um conjunto de crenças, valores e experiências que os sujeitos constroem, sempre no âmbito de relações sociais que desenvolvemos com outros, a vida e os contextos sociais em que nos movimentamos ganham sentido. Desta forma, qualquer actor social se reconhece a si próprio, aos outros e a tudo o que o envolve.

Neste crescimento mútuo entre actor, sociedade e espaço, o tempo aclara naturalmente o lugar-comum, elementar neste processo de apropriação, de reconhecimento e enraizamento que nos define, onde os sentidos são usados como ferramentas nessa apropriação em constante renovação.

Este lugar, entendido como espaço de conteúdos, valores e significados, é naturalmente o nosso “baú”, sítio de memórias, de experiências, de sentidos que nos enchem a alma individual e colectiva, palco material e imaterial no quotidiano das sociedades.

Este lugar é por excelência a praça, enquanto palco de vida pública, de interacção social, de histórias, de marcas que nos prendem, e carrega em si todo o peso dessa identidade e apropriação, de forma intemporal e permanente.

A Praça é o coração da cidade.

## 4 O caso de Estudo \_ A Praça Maior - Largo da Oliveira, Guimarães

### 4.1 Suporte geográfico e socioeconómico

Neste ponto interessa apresentar uma breve caracterização geográfica, histórica, e social e económica de Guimarães, mostrando também de uma forma muito sucinta, as suas tendências recentes em termos demográficos, de escolaridade e de estrutura produtiva.

#### 4.1.1 Geografia

“GUIMARÃES, cúria augusta do primeiro Afonso <sup>(17)</sup>, berço nobilíssimo da monarquia portuguesa, assenta em prados verdejantes, que se alastram nas fraldas ocidentais da serra pitoresca de Santa Catarina, na latitude boreal de 41° e 34', e na longitude oriental do meridiano da ilha do Ferro 10° e 26', esquivamente a 9° e 34', do meridiano de Paris, contados ocidentalmente.”

(CALDAS, 1996: 25)

Guimarães encontra-se na faixa litoral do Minho, uma região morfologicamente abundante em montanhas (maioritariamente graníticas), vales (com predominância do pinheiro bravo e eucalipto) e rios, que influenciam directamente o clima da região. No alto inverno é castigada por frios e nevoeiros impertinentes, e no estio por elevadas temperaturas. Estas amplitudes térmicas são significativas, muito pela sua morfologia, mas também pelo seu afastamento ao litoral.

A rede viária está equiparada a todo o norte peninsular, de acesso rápido, seguro e confortável, abrangendo cidades como o Porto, com o seu aeroporto internacional (57 km, 30 min.), Braga (27 km, 15 min.), Vigo (129 km, 90 min.) ou Santiago de Compostela (204 km, 120 min.).

Para além da rede rodoviária, a rede ferroviária é também ela importante, com a possibilidade de ligação a partir do Porto ou de Lisboa de forma directa.

---

(17) GUIMARAES. AUGUSTA. ALFONSI. CURIA. REGIS Inscrição, que se lia na padieira duma porta da antiga alfandega, demolida em 1876. Hoje está igualmente servindo de padieira a uma porta da casa do tribunal no extinto convento de S. Domingos. Em igual sítio duma outra porta da mesma alfândega, lia-se também a seguinte: AEMA. MAGIS. NUMQUAM. NORAS. ALFONSE; QUIETEM: CURA. LABOR. MAUROS. VINCERE. ERAT

### 4.1.2 Demografia

Com uma população residente de 159 576 habitantes, segundo os dados do INE <sup>(18)</sup> (Censos de 2011), o concelho divide-se em 48 freguesias <sup>(19)</sup> com uma área total de 241,05 km<sup>2</sup>, no entanto a cidade de Guimarães tem uma população de aproximadamente 53 000 habitantes. Mais jovem que a média regional e nacional, Guimarães é também uma das cidades mais jovens da Europa, que em análise se pode considerar uma cidade viva, dinâmica, alegre.

### 4.1.3 Educação

Apesar do progresso das últimas décadas, Portugal tem ainda níveis de escolaridade bastante inferiores à média europeia. No entanto, Guimarães apresenta níveis de escolaridade bastantes inferiores à média nacional e aos da região Norte.

Em 2011, e tendo em consideração os Censos apenas 19% tinha pelo menos o ensino secundário completo. No entanto, é de salientar a percentagem de população do concelho com o ensino superior aumentou de 1,2% em 1991 para 8,0% em 2011.

A taxa de analfabetismo na região Norte é de cerca de 5,0%, ligeiramente abaixo da verificada em termos nacionais, que é de 5,2%.

Na última década continuou a verificar-se uma redução da taxa de analfabetismo, tanto a nível nacional como na região Norte, que eram em 2001 de 9,0% e 8,3%, respectivamente. Em Guimarães, verifica-se a mesma tendência, com uma variação de 3,0%, posicionando-se agora nos 4,4%.

O ensino e a qualidade do mesmo são determinantes para um futuro próximo mais capaz. No entanto, apesar dos progressos realizados, os baixos níveis de escolaridade do concelho de Guimarães são um obstáculo ao desenvolvimento socio-económico da região.

---

(18) INE Instituto Nacional de estatística. Foram utilizados os resultados definitivos do Recenseamento Geral da população e Habitação 2011.

(19) Freguesias de Guimarães: limite urbano: Aldão, Azurém, Barco, Brito, Caldelas, Cadoso (São Martinho), Costa, Creixomil, Fermentões, Gondar, Gonça, Guardizela, Infantas, Longos, Lordelo, Mesão Frio, Moreira de Cónegos, Nespereira, Pencilo, Pinheiro, Polvoreira, Ponte, Prazins (Santa Eufémia), Ronfe, Sande (São Martinho), São Torcato, Selho (São Cristóvão), Selho (São Jorge) Mesão Frio, Guimarães (Oliveira do Castelo), Pencilo, Polvoreira, Cadoso (São Tiago), Selho (S. Cristóvão), Selho (S. Jorge), Serzedelo, Silvares, Urgezes, União das freguesias de Abação e Gémeos, União das freguesias de Airão santa Maria, Airão São João e Vermil, União das freguesias de Arouca e Castelões, União das freguesias de Atães e Rendufe, União das freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, União das freguesias de Briteiro Santo Salvador e Briteiros Sta Leocádia, União das freguesias de Cadoso São Tiago e Mascotelos, União das freguesias de Conde e Gandarela, União das freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo, União das freguesias de Oliveira e São Sebastião, União das freguesias de Prazins, Santo Tirso e Corvite, União das freguesias de Sande de São Lourenço e Balazar, União das freguesias de Sande Vila Nova e Sande São Clemente, União das freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, União das freguesias de Serzedo e Calvos, União das freguesias de Souto Sta Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, União das freguesias de Tabuadelo e São Faustino.

#### 4.1.4 Economia

“... Guimarães, além dos pergaminhos históricos, encabeçados pelo acto simbólico da própria génese de Portugal, foi desde a Idade Média uma urbe florescente com uma economia diversificada e robusta...”

(GASPAR, 2010: 21)

O vale do Ave, onde se situa Guimarães, é uma região dinâmica e empreendedora, com uma tradição que remonta a meados do século XII.

Guimarães tem também uma clara vocação exportadora e uma elevada industrialização. No entanto, a sua contribuição nas exportações nacionais diminuiu nos últimos 10 anos de 4,4% para 2,9%. Considerado um concelho industrial, com mais de metade do emprego no sector secundário, as indústrias têxtil e do vestuário têm vindo a perder importância desde o início da década de 1990, resultado da década, e da forte concorrência resultante da abertura dos mercados europeus aos produtos chineses.

Nas estratégias seguidas para combater os efeitos nefastos do processo de desindustrialização, o elevado valor do património histórico da cidade torna-se preponderante na visão de uma nova dinâmica económica. Assim, o desenvolvimento do sector terciário na última década, nomeadamente na área do Turismo e das actividades que lhe estão associadas, é o resultado de uma estratégia de regeneração do espaço e dos valores tão intrínsecos à cidade, que em última análise combatem o desemprego, ainda assim de 14,26% (quase o triplo em relação ao ano de 2001).

#### 4.1.5 O Turismo

A actividade turística é uma das formas contemporâneas de aproveitamento dos recursos dos territórios. Assim sendo, o desenvolvimento do turismo depende das especificidades de cada região, só sendo viável quando existem recursos que garantam uma vocação turística. Os recursos podem resultar dos atributos naturais, humanos, históricos e culturais dos territórios, no entanto, o seu aproveitamento económico supõe que sejam asseguradas condições básicas no domínio das infra-estruturas económicas e socioculturais.

A riqueza do património histórico, cultural e arquitectónico da cidade de Guimarães, reconhecida pela UNESCO em 2001, ao declarar Património Cultural da Humanidade o centro histórico da cidade que preserva importantes elementos medievais, e

a marca identitária de Guimarães como “cidade-berço”, são actualmente catalisadores e motores de regeneração urbana, social e económica.

#### **4.2 Evolução histórica da cidade** (breve enquadramento)

“... Guimarães nasce da terra e da sua valorização pelos homens, que na sua génese já estão separados, o que vem a traduzir também na estrutura e paisagens urbanas. ...de um lado os senhores feudais, os guerreiros, do outro a força da Igreja que fomenta a criação de riqueza, valorização da produção agrícola, favorecendo o comércio e as artes; articulando campo e cidade, fortalecendo o território.”

(FERREIRA, 2010:192)

Importa perceber de uma forma breve a evolução urbanística da cidade de Guimarães, desde a sua origem, até aos dias de hoje e assim entender melhor a importância da praça maior na malha urbana e nos vimaranenses.

“(…) Os factores de origem, bem como todos os outros que ditaram crescimentos e abandonos só poderão compreender-se quando olhados à luz das características geográficas de um espaço concreto.”

(FERREIRA, 2010: 192)

Entre 950 e 959, na Idade Média, os primeiros passos para fixação de população são dados pela Condessa Mumadona Dias <sup>(20)</sup> quando manda edificar um mosteiro, junto à via Braga/Amarante/Lamego, à volta do qual se começou a formar um burgo.

Resultado da instabilidade, ameaças de invasão e convulsões internas que se viviam, Mumadona fortifica o local com um Castelo, edificado não muito longe do mosteiro no actual Monte Latito. Este castelo era uma construção de qualidade inferior e diferente do que é actualmente.

“Tratar-se-ia, nessa época de um castelo "roqueiro" bastante fruste, constituído por uma estrutura, possivelmente de pedra solta e madeira, que preenchia as falhas da coroa rochosa que pontuava aquela eminência. O castelo monástico inicial, transformar-se-á posteriormente, face as alterações sociopolíticas entretanto ocorridas, em fortificação condal e depois real, assumindo, progressivamente, uma relevância inter-regional.”

(FERRÃO, 2009:3)

---

(20) A Condessa Mumadona Dias foi a dama mais rica e poderosa do Noroeste Peninsular. Era filha dos Condes Diogo Fernandes e Onega, esposa do Conde Hermenegildo Gonçalves (filho dos Condes Gonçalo e Teresa, fundadores do Mosteiro de Carvoeiro na Galiza). Mumadona Dias foi a fundadora de Guimarães ao mandar erguer o Mosteiro em honra de Santa Maria e o Castelo.

Surge então um segundo ponto de fixação, definido como a “vila alta” ao redor do castelo e o “burgo” em torno do mosteiro. Esta imagem urbana vimaranense surge ao estilo da cristandade ocidental: na colina a fortificação e na planície o núcleo eclesial, definida pelo castelo roqueiro, mosteiro e burgo envolvente (fig. 12).

Este local de residência do condado, e posteriormente da realeza e de grandes senhores e nobres, recebeu foral em 1096 pelo Conde D. Henrique. Atestado depois por outros reis que lhe ampliaram os foros, permitiu que ao longo do tempo fosse cimentado o povoamento das duas vilas e que essas se continuassem a desenvolver paralelamente.

Posteriormente D. Afonso III manda erigir a muralha que protegerá os dois núcleos e D. João I incorpora as duas vilas num só concelho, doravante Guimarães. Dessa forma vai uni-los numa única vila, com a demolição da já desnecessária cerca que as separava.

A formação da nacionalidade ocorre nesta vila de “vimaranes”, como confirmado por D. Afonso Henriques aquando da Batalha de S. Mamede.

O mosteiro de Mumadona é no início do século XII convertido na Colegiada Real, passando a assumir um papel superior na hierarquia das instituições similares. Da sua praça saíam as ruas que ligavam esta vila baixa a Braga, a Amarante e Lamego. A partir da vila alta saíam as ruas que faziam ligação a S. Torcato, Terras de Basto e Chaves. A unir estes

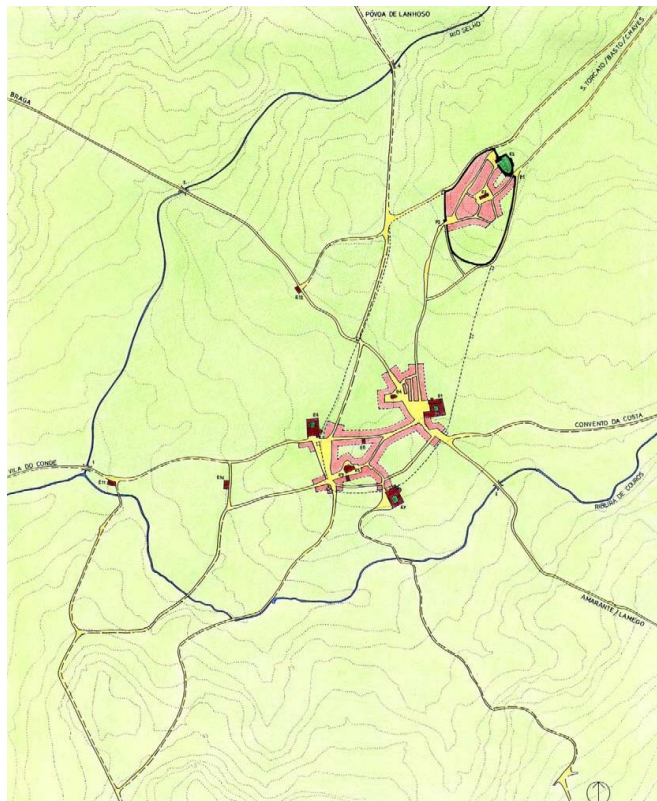


Fig.12 - Bipolarização da cidade (950 a 1279)



dois pólos urbanos, que constituíram posteriormente a vila de Vimaranes, existia a rua de Santa Maria, que arrancava perpendicularmente à via que vinha de Braga e continuava para Amarante e Lamego, no conjunto habitacional da vila baixa até à porta norte da velha cerca da zona alta do castelo (fig.13).

Neste período a habitação de piso térreo ou dois pisos em famílias abastadas, era estruturada de forma cerrada ou autónoma, com a orientação das suas frentes desreguladas ao longo dos percursos que estruturavam os núcleos urbanos, fruto da primitiva tradição urbanística medieval. Só nos finais do século XII, seguindo o que ocorria em Portugal, surge a nova tipologia da casa-torre.

Com a cintura de muralhas que envolve as duas vilas, são previstos no seu traçado os principais arruamentos que para a vila convergiam e que perduraram do período anterior, dando-lhes passagem através das diversas portas fortalecidas com sistemas defensivos, levando a que a rede viária do burgo começasse então a desenvolver-se e a consolidar-se.

Nos inícios do século XIV encontram-se já definidos os três núcleos principais da cidade: o senhorial e militar; o religioso e cívico; e o burguês e mercantil, sendo ainda de

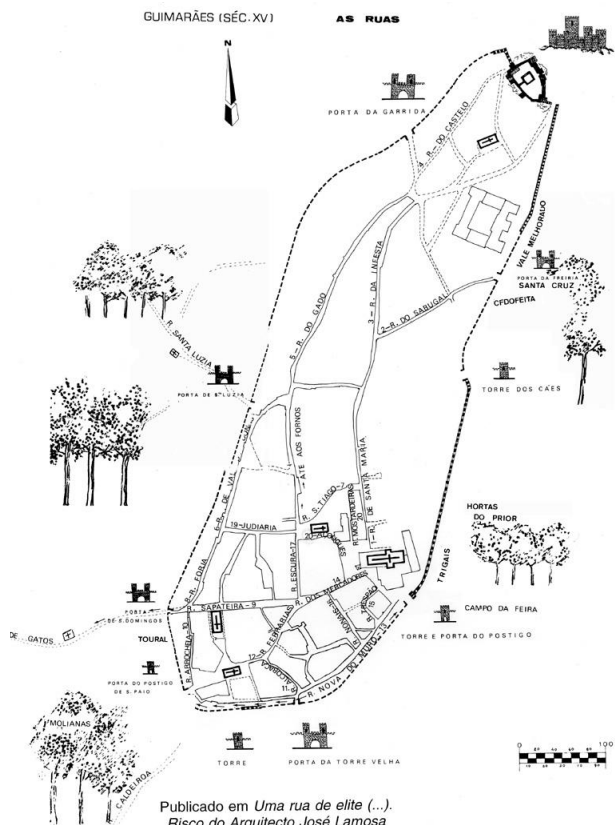


Fig.13 - Planta das ruas da cidade de Guimarães (1498 a 1750)

ressalvar que nessa altura a área interna da muralha não era totalmente saturada pela malha habitacional, existindo zonas agrícolas, a sul, a norte e a noroeste da Colegiada, e ainda praças, de Santiago e de Santa Maria de Oliveira (fig. 14).

Também no exterior da muralha, e na continuidade de alguns dos seus eixos principais, surgem novos aglomerados urbanos, vulgarmente denominados de «arrabaldes», cujo traçado vai influenciar a zona adjacente onde se verifica a aproximação da povoação ao rio.

No início do século XV é construído o Paço dos Duques. Porém, nos finais do século XVI, com a transferência da corte ducal para Vila Viçosa, o Paço entra em decadência e acaba por se arruinar, sendo recuperado muito posteriormente, passando a adquirir funções museológicas.

Neste período mantém-se a importância de Guimarães como eixo viário, existindo, contudo, uma tendência para a consolidação de ligações de curto alcance entre povoações vizinhas, em detrimento do tipo de vias que ainda ligavam os centros mais afastados.

O novo paço do concelho, em posição lateral entre as duas mais notáveis praças da cidade, a de Praça Maior e a de Santiago, apresenta uma articulação entre o polo cívico e económico, pois este novo paço alpendrado permite a circulação entre as duas praças, transmitindo uma relação de proximidade entre estes dois polos.

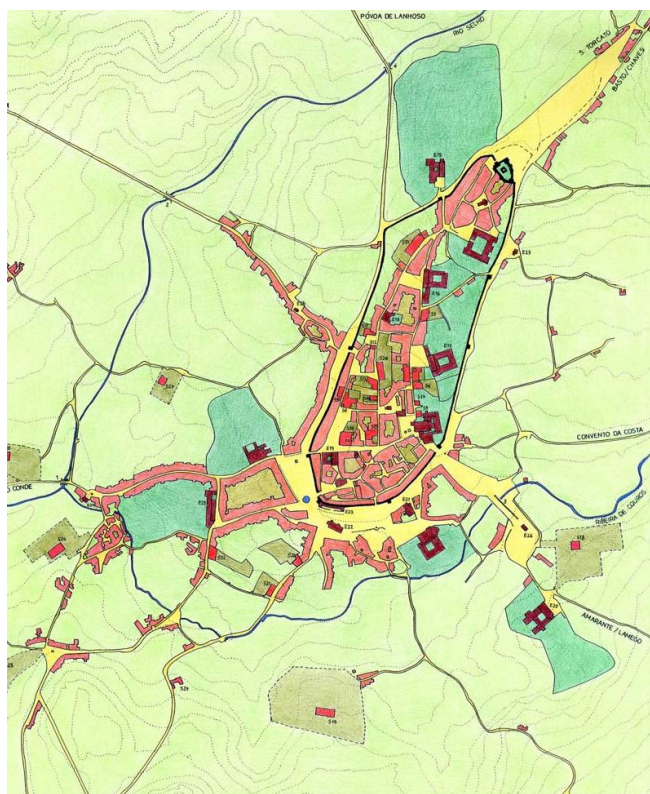


Fig.14  
Planta da cidade de Guimarães (1498 a 1750)

Com uma burguesia enriquecida pelo comércio, e até por vezes enobrecida, as casas-torre, já anteriormente mencionadas, sofrem uma nova expressão, onde é dada uma maior atenção às condições de conforto dos moradores. Estes edifícios habitacionais são mantidos como símbolo de nobreza, junto dos quais a aristocracia edifica as suas estruturas residenciais. Com as fachadas principais cuidadosamente tratadas e aparelhadas em cantaria de granito, de dimensões pequenas, obedecem a uma regularização do loteamento urbano com o nivelamento da linha das frentes e alturas, compostos por piso térreo e um ou dois pisos acima avarandados. No restante conjunto habitacional, que constitui ainda a grande maioria do tecido urbano, são a madeira e a taipa os materiais mais utilizados, assentes sobre o piso térreo em pedra, multiplicando-se no tempo.

Importa referir que na zona extramuros, começa a ganhar sentido a praça do Toural, onde se realizavam eventos teatrais e corridas de touros. Esta praça distingue-se pela construção de um chafariz no seu extremo sul, e por um cruzeiro a norte, não se encontrando associada a nenhum convento, pelo que veio criar um novo facto urbano.

Com o século XVII é feito o arranjo das ruas, desgastadas pelo aumento contínuo de tráfego entre a povoação e os subúrbios, reflexo das áreas de maior desenvolvimento urbano. Este arranjo não se ficou única e exclusivamente pelas ruas e praças do interior das muralhas, tendo-se estendido às ruas de ligação da povoação com o interior.

A conclusão dos trabalhos de construção do novo Paços do Concelho resulta também na normalização da praça adjacente a norte, a Praça de Santiago. Nesta praça foram realizadas obras de renovação e demolição de alguns edifícios, junto à primitiva capela românica da qual não existem grandes referências, e foi construída a Alfândega, primariamente localizada na Praça da Oliveira.

O “fachadismo”, fenómeno renascentista, começa a ganhar contornos mais bem delineados na cidade, e as frontarias são especialmente cuidadas, tanto através dos brasões que as habitações passam a ostentar, como pela atenção posta na decoração das aberturas e na cantaria cuidadosamente aparelhada. Entre as habitações mais típicas estão as casas designadas de “filipinas”, de três pisos com loja e dois sobrados. Apresentam no piso térreo molduras em cantaria de sobriedade clássica e os sobrados são edificadas em taipa, onde as madeiras substituem a pedra, em desenhos semelhantes.

De reter um facto interessante ocorrido por esta altura: verifica-se uma dispersão dos principais equipamentos de carácter público, até então concentrados no núcleo central

do burgo eclesiástico. Exemplo disso é o traslado do mercado do peixe para norte, para a então renovada Praça de Santiago.

Os elementos marcantes da era moderna, fazem parte também deste fenómeno de dispersão, com novas implantações e novos significados (fig. 15).

O Largo do Toural, juntamente com o seu chafariz, assume-se agora como um ícone na zona extramuros, e é a partir do século XVIII vista como uma praça barroca, hierarquizada pelo templo de São Pedro, confinado por várias casas nobres. Esta praça só estará completa e resolvida nos finais do século, com a construção da designada frente pombalina do Toural, a nascente da praça.

Privilegiava-se a continuidade em detrimento da ruptura na forma como se abordava a actuação nos edifícios pré-existentes, o que levou a que a evolução se pautasse por um repensar assente nos eixos geradores e fundadores de toda a envolvente urbana.

Da reforma pombalina resulta a destruição pontual da muralha, possibilitando uma interacção directa entre o interior e exterior das muralhas. Em virtude desta política reformista, foi criada legislação que influenciava fortemente as construções, principalmente nas frentes urbanas das principais ruas da Vila, onde se salienta o Código de Posturas, que estabelece matrizes de regularização dos alçados, e a Provisão Real, que determina um maior rigor nos alinhamentos das vilas e cidades.

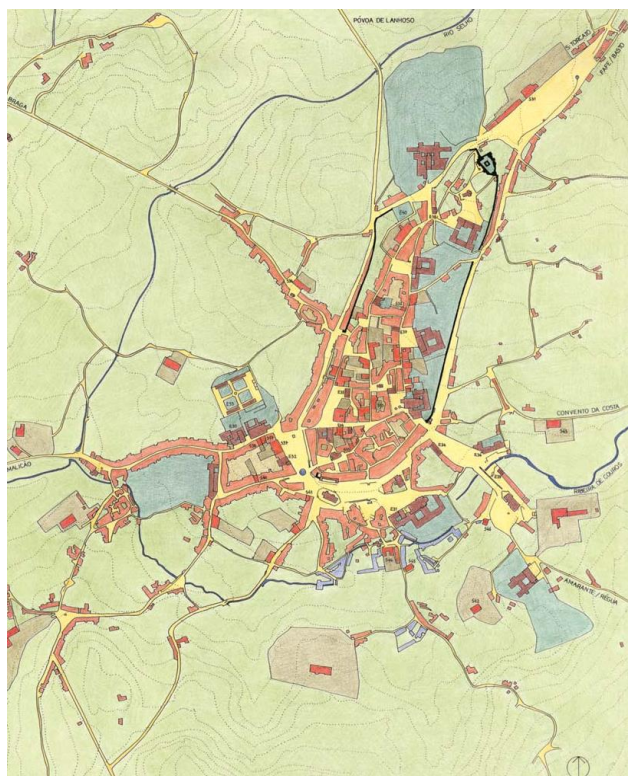


Fig. 15  
Planta da cidade de Guimarães (1750 a 1863)



Nos finais do século XVIII e início do XIX, Guimarães e zona circundante encontravam-se em fase de grande desenvolvimento económico, sobretudo graças a uma forte aceleração industrial nas áreas tradicionais dos curtumes, da cutelaria e dos têxteis. Estabelecidas no antigo arrabalde de Couros, foram um importante factor do desenvolvimento urbano na zona.

Neste contexto de desenvolvimento, foi elaborado um Plano de Melhoramentos, na procura de mudança, de embelezamento, fruto de vontade e anseio de transformação da cidade, mas a apatia adquirida com o passar dos tempos cria resistências à mudança e este carácter estanque, que actua apenas sobre as pré-existências urbanas, ainda que com preocupações patrimoniais e hierarquia de valores já assimilados, não transparece no desenvolvimento da cidade. Nos inícios do século XX, a confirmar o carácter de metrópole regional que Guimarães adquirira, e com a proclamação da República, surge o Plano Geral de alargamento da cidade. Este visa o crescimento da cidade a partir da Praça de Mumadona, segundo um traçado radio-concêntrico, prevendo um prolongamento para Norte em quarteirões rectangulares, semelhante ao se fazia no Porto (fig. 16).

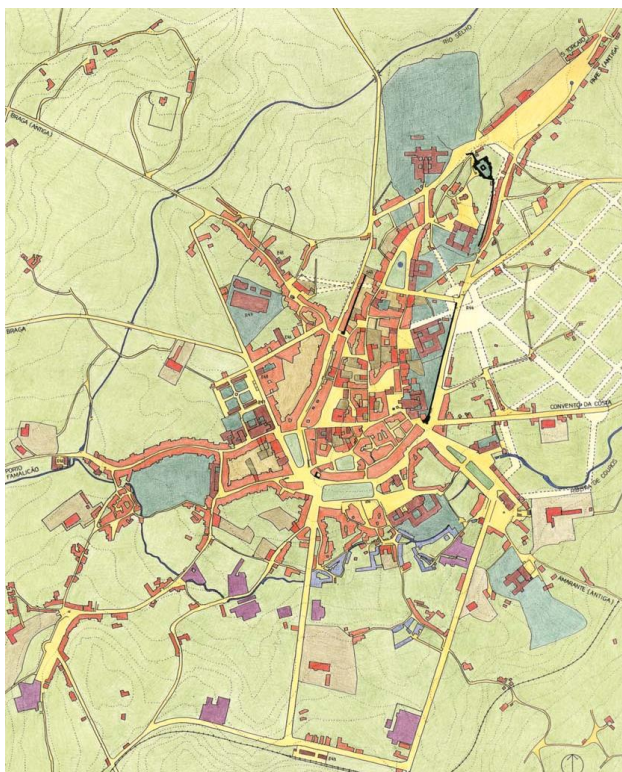


Fig. 16  
Planta da cidade de Guimarães (1863 a 1924)

O plano desenvolveu-se sobretudo através de três avenidas, em forma de pata de ganso, que estruturaram todo o sistema. Este novo plano não era estático, contrariamente ao seu plano antecessor, sendo entendimento do capitão Luís de Pina que não se deve intervir apenas nas pré-existências, prevendo a criação duma área de expansão urbana.

Verifica-se um respeito e sensibilidade pelo património, onde a colina sagrada <sup>(21)</sup> e o velho burgo são protegidos, e, tal como Luís Pina afirma em relação ao último, é necessário “conservar o velho burgo, com o carinho que merece o que é antigo e tradicional”.

Apesar da ditadura militar que se instala e da passagem de testemunhos na chefia do pelouro das obras públicas vimaranenses, a construção do Paços do Concelho prosseguiu, e ainda foi lançado um conjunto de novas obras municipais, como a construção de bairros sociais, a renovação da Praça de Santiago, mantendo-se a preocupação com os aspectos monumentais de Guimarães, reflectida na reabilitação dos edifícios históricos e seu aproveitamento turístico.

Com a aproximação das comemorações do oitavo centenário <sup>(22)</sup> da Independência de Portugal, o Berço da Nação ganha força como um dos palcos principais para as comemorações, e são então delineadas as principais obras para a cidade, num Plano de Urbanização, que intervém essencialmente na colina sagrada e nos seus monumentos, em busca de emoldurar e evidenciar as origens da formação da Nação.

Com a Segunda Grande Guerra surgem alterações ao Plano de Urbanização de Guimarães pelos arquitectos David, Maria Moreira da Silva e Arménio Losa <sup>(23)</sup>, já iniciado por Marques da Silva, e que engloba algumas obras do Estado Novo, assim como o quadro fundiário para a construção de habitação para diferentes estratos sociais, segundo as políticas de habitação do regime.

É na década de cinquenta que a cidade vê melhorado o abastecimento de água, da estação elevatória do Ave e se realizaram os primeiros trabalhos de construção de uma rede de saneamento, encetada a partir da zona alta da cidade.

---

(21) A memória descritiva do plano de 1925, do capitão Luís de Pina, descreve-se como sendo o conjunto formado pelo Castelo, Paço dos Duques e capela de São Miguel, da qual eram parte integrante. Segundo a memória descritiva, essa zona “...deve ficar livre dos velhos casebres e quintais, de forma a constituir um terreiro do qual livremente se admirem as elegantes formas dessas relíquias do passado...”

(22) 1140 - Ano do Nascimento; 1640 - Ano do Renascimento; e 1940 - Ano Apoteótico do Ressurgimento

(23) Arménio Losa, juntamente com Viana de Lima e Lobão Vidal, introduziram em 1948 os princípios da Carta de Atenas em Portugal, sugerindo a adaptação do modelo da cidade radiosa, no primeiro congresso dos Arquitectos Portugueses. No ano seguinte, Arménio Losa realiza um antepiano para a cidade de Vila Nova de Gaia, seguindo os mesmos princípios.

Deste plano é de realçar a presença da ideologia da cidade-jardim inglesa, com a criação de uma zona verde contínua que começava no Toural e se prolongava até ao Largo da República do Brasil pela Alameda, pelo Parque de Jogos e pela Colina.

Assiste-se à construção do Palácio da Justiça, desenhado pelo arquitecto Januário Godinho, no local onde anteriormente tinha arrancado a construção do Paço de Marques da Silva. Paralelamente assiste-se ainda ao arranjo da praça adjacente ao edifício, praça central e livre onde se colocou a estátua da Condessa Mumadona.

Desta análise denota-se que a cidade se preocupara, até então, essencialmente com a sua casca exterior, esquecendo-se de certa forma do seu núcleo histórico da vila baixa, intramuros. Atentos a este facto, a Câmara e o Ministério das Obras Públicas, voltam-se para a cidade histórica, onde se era notório um estado de degradação já bastante preocupante. Entre as intervenções levadas a cabo são de destacar os trabalhos efectuados na Rua de Santa Maria, Largos dos Laranjais e Navarros de Andrade, e posteriormente o arranjo do antigo Largo de São Paio, agora Condessa do Juncal, sendo ainda intenção de reabilitação as Praças da Oliveira e de Santiago e o Largo de Santa Clara.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, e consequente implantação da democracia, acentua-se a posição restauradora em Guimarães, com o Arquitecto Fernando Távora assumindo um papel determinante.



Fig.17  
Ampliação e Renovação Moderno-Monumental da cidade (1926 a 1974)

O último plano criado para a cidade, até à constituição do GTL, surge em 1979, fruto da necessidade de transformar a cidade num todo coerente, intitula-se Plano Geral de Urbanização de Guimarães e tem como mentor o arquitecto Fernando Távora.

Por esta altura, impera a necessidade de implantar um novo plano municipal de ordenamento do território, de forma a promover o controlo urbano, e em 1983 são elaboradas as normas provisórias do futuro Plano Director Municipal, coordenado por Nuno Portas <sup>(24)</sup>, e conduzido a partir de 1990 por Miguel Frazão. Este plano, de considerável utilidade, é constituído por normas referentes à ocupação do solo, ao desenvolvimento socioeconómico e à qualificação paisagista, arquitectónica e patrimonial.

Paralelamente à elaboração do Plano Director Municipal, em 1983 é criado pela autarquia o gabinete para o Centro Histórico, por sugestão de Nuno Portas. Adota a designação de Gabinete Técnico Local, propondo-se à requalificação de espaços públicos, à recuperação de edifícios privados e ao apoio às renovações de iniciativa privada, sob a presidência de Alexandra Gesta.

No final da década de noventa, cerca de 90% dos espaços públicos estavam reabilitados - dotados de infra-estruturas e novo desenho -, tendo o arranjo urbanístico de cada praça ou largo mantido o seu carácter próprio, de acordo com a sua forma, as suas funções, o seu ambiente construído.

Elaborado o Plano Director Municipal, que responde às necessidades do processo de transformação, é fundamentalmente executado pelos serviços da Câmara Municipal, abrangendo pela primeira vez todo o território concelhio, e ultrapassando, também pela primeira vez, a acção de um plano de ocupação do solo, introduzindo critérios de desenvolvimento económico e um programa estratégico de intervenção municipal <sup>(25)</sup>.

---

(24) Nuno Portas licenciou-se na Escola Superior de Belas-Artes do Porto. Foi, a partir de 1974, Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. Foi também, durante muitos anos, Professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

(25) Frazão, Miguel, Relatório do P.D.M. de Guimarães, 1993.



Como se percebe, o fenómeno urbano de Guimarães estende-se por quase todo o concelho, adoptando formas distintas, que vão desde a concentração presente no núcleo citadino, à urbanização difusa que surge da articulação do urbanismo socioeconómico com o mundo rural e agrícola e a industrialização.

Guimarães moderna inclui-se no prolongamento da cidade medieval, sendo a mesma de uma importância singular na identidade, apropriação e inclusão de toda a cidade actual.

No ano de 2001, no decorrer da sua 25ª Sessão do Comité Especializado, o centro histórico de Guimarães é classificado pela UNESCO <sup>(26)</sup> como Património Mundial da Humanidade, fazendo jus ao seu valor universal e excepcional do ponto de vista histórico, da arte e da ciência, e dando louvor à cidade histórica viva que é.

A UNESCO enuncia, num breve texto, os três principais motivos que justificam a classificação da cidade vimaranense:

“Guimarães é de um considerável significado universal, na medida em que aqui se desenvolveram técnicas especializadas de construção de edifícios durante a Idade Média que depois foram exportados para as colónias portuguesas, na África e no Novo Mundo, transformando-se, mesmo, em características essenciais.

- A história de Guimarães está intimamente associada ao estabelecimento da identidade nacional portuguesa e da língua portuguesa do século XII.

- Guimarães, uma cidade excepcionalmente bem preservada, reflecte a evolução de alguns edifícios particulares desde os tempos medievais até ao presente, com particular incidência entre os séculos XV e XIX.”

(IPPAR, 2001)

Guimarães, palco de importantes acontecimentos passados, composta por uma edificação de elevada conotação histórica e cultural, é de extrema importância para a História Nacional e Mundial. É hoje em dia vista como uma cidade moderna no prolongamento da cidade medieval, onde a sua origem e o seu passado assumem uma importância singular na identidade, apropriação e inclusão de toda a cidade actual.

---

(26) UNESCO, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, é uma organização fundada em Paris em 4 de novembro de 1946 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.

#### 4.2.1 A intervenção recente do centro histórico (método e resultados)

Importa entender o sentido como foram efectuadas as intervenções recentes no centro histórico, da qual também faz parte a Praça Maior.

Como mencionado, o Gabinete Técnico Local, criado por sugestão do Arquitecto Nuno Portas, resulta da urgência de levar a cabo uma gestão urbanística eficaz no núcleo histórico da cidade. O grupo de trabalho foi inicialmente dirigido pela arquitecta Alexandra Gesta. Contudo, o arquitecto Fernando Távora foi posteriormente convidado pelo município a assessorá-lo, tomando este trabalho conjunto um papel determinante no resultado final deste tão importante e singular exercício de “mexer” no espaço e nas pessoas.

Pioneiro no panorama Nacional, na introdução de uma estratégia de actuação no centro histórico, baseado na conservação do património urbano, o GTL apresentou, em comparação com outras iniciativas semelhantes, objectivos mais realistas e passíveis de serem concretizados.

“Nenhuma restauração se deve empreender, nem se deve autorizar, sem que previamente se defina, bem precisa bem nitidamente, qual o fim de utilidade social a que esse trabalho se consagra (...)”

(ORTIGÃO,1896:230)

Do plano delimitado pelo GTL, destacam-se os seguintes quadros de actuação: a progressiva adaptação do núcleo urbano histórico aos actuais modos de vida e suas mais estritas exigências (de segurança, de conforto, etc.), conservando a sua identidade, e tendo em conta a arquitectura, mas sem esquecer a necessidade de manter a população residente, através de sistemática recuperação e beneficiação das habitações; a reabilitação e requalificação dos espaços públicos, equipamentos e infra-estruturas, como estratégia indutora ou revivificadora do interesse privado; o reposicionamento do centro histórico como núcleo de referência no seio do território, através da qualidade da sua arquitectura e seus espaços urbanos, da modicidade da sua escala, da capacidade de acolher actividades que propiciem o encontro humano, ensaiando uma reabilitação formal e funcional de todo

o contínuo urbano, estreitando relações entre o centro histórico e periferia <sup>(27)</sup>, e interconectando potencialidades e funcionalidades complementares induzidas por “contágio e pelo carácter exemplar”, como definiu Alexandra Gesta.

“...do essencial da experiência de conservação do património urbano de Guimarães eu destacaria logo, em poucos itens: (i) uma reabilitação para e pelas pessoas, contra a segregação (gentrification); (ii) a conservação estrita dos valores identitários e de autenticidade patrimonial, preservando as qualidades referenciais existentes na arquitectura da cidade histórica, prolongando-as para um território submetido a um desmesurado processo de desenvolvimento e de transformação; (iii) a garantia da continuidade das permanências essenciais de longo prazo (a cidade enquanto monumento, na estrutura da sua morfologia e tipologia fundiária), conservando as qualidades formais já sedimentadas (a arquitectura erudita e vernácula que construiu, no tempo, este “Centro Histórico”) mas conseguindo integrar as novas oportunidades e resolver (mais rapidamente) as intempéries.”

(AGUIAR.2000:1)

O passar do tempo tem dotado o GTL de estabilidade, permitindo-lhe ir “caminhando e medindo”, ao nível do processo de gestão e de projecto, controlando activamente os licenciamentos, integrando os projectistas exteriores que gradualmente surgem pelo reactivar do interesse privado. A partir de um primeiro momento relativamente conflituoso, evoluiu para regras claras, informadas por atitudes cada vez mais referenciáveis às premissas base necessárias num processo de “restauro urbano”.

Mais do que planos e regulamentos, afigura-se particularmente decisiva para a salvaguarda do património urbano a existência de uma vontade política precisa, que se traduza numa capacidade efectiva de governo da (e sobre a) cidade histórica.

É evidente que essa vontade depende do nível de civilidade, interesse e participação de comunidades específicas. Em Guimarães, mais do que nos valores da troca, investiu-se nos valores de uso, no desenho construído.

---

(27) Centrando funcionalmente uma região, esta cidade reparte a sua influência com outros centros de gravidade que sobre o território actuam. Num jogo de influências e de polarizações em que não se dilui no entanto a sua unidade, não se referindo a razões exclusivamente funcionais de dependência, radica nos motivos culturais e históricos a identificação corporizada pela urbe e pelo seu centro, mais do que pelo emblemático castelo. Memória materializada e estavelmente inscrita, no caso de Guimarães, menos nos seus monumentos.

O GTL actuou no terreno concreto, no desenho de uma opção maior que os regulamentos ou os instrumentos repressivos, que proíbe o alumínio. Este projecta com a realidade, dirige o esforço e o investimento para uma assistência de âmbito local, um desenhar ao serviço da população, construindo uma cumplicidade e impedindo, pelo rigor do desenho, a permissividade.

“Contra um planeamento rígido baseado em negativismos regulamentares, irrealista perante o próprio tempo, este gabinete municipal conseguiu instaurar um processo de gestão urbana de terceira vaga, baseado numa prática de projecto e desenho em tempo real, pela positiva.”

(AGUIAR, 2000:2)

Guimarães não esperou por uma metodologia optimizada, de métodos de actuação testados. Projectou e obteve resultados, avaliando-os, corrigindo o método, desenhando de novo, errando de novo, construindo gradualmente uma pedagogia palpável e real.

Todo o percurso efectuado pelo GTL tem como base as pessoas, que surgem sempre em primeiro plano, aceitando-as, e tirando partido do tempo de que dispõe para com cada uma delas estabelecer relações de proximidade, trazendo para o processo cada uma dessas pessoas, e fazendo-as sentirem-se ouvidas e acarinhadas.

“O centro histórico não é nem deve ser um tecido urbano morto, para turista ver, mas é antes um pedaço de território onde se nasce e morre, onde se trabalha e se diverte, onde se ri e se chora, em suma onde se vive e em harmonia se pretende viver.”

(FRAZÃO, 2000:4)

Este modelo de gestão, que dá primazia à reabilitação para a população residente, à conservação de valores identitários e à continuidade das permanências, resulta não só num reconhecimento pela população, mas também, no panorama nacional e internacional, na distinção com vários prémios, a título individual e colectivo. A primeira distinção foi o prémio Europa Nostra, atribuído ao arquitecto Fernando Távora em 1985, pelo projecto de restauro e adaptação da sede do Gabinete Técnico Local.

Da intervenção do arquitecto Fernando Távora, as alterações mais significativas ocorreram ao nível da fachada da habitação, que foi completamente reconstruída, passando a integrar o novo espírito do edifício, o que vai ao encontro de um dos princípios básicos da reabilitação: “a defesa de valores patrimoniais não é nunca um acto passivo de receber e conservar, mas uma acto criativo de receber” <sup>(28)</sup>. Neste contexto, o reconhecimento alcançado foi o ponto de partida para a elevação do centro histórico de Guimarães a Património Mundial da Humanidade.

A este prémio seguem-se outros, sendo o mais significativo atribuído em 1993: o Prémio Nacional de Arquitectura. Este foi atribuído a todo o grupo de trabalho, o que o torna ainda mais significativo, pois pela primeira vez na história da associação de arquitectos a distinção foi entregue a uma equipa colectiva e municipal.

Em 1996 a equipa é premiada internacionalmente com o Prémio da Real Fundação de Toledo, entregue pessoalmente pelo Rei D. Juan Carlos, e em 1999 é atribuído o Prémio Nacional Imagem da Cidade ao projecto de reabilitação efectuado nas casas alpendradas pelo GTL.

Foram mencionados os galardões mais expressivos com que a intervenção feita pelo GTL foi distinguida. No entanto, outros prémios e louvores de menor dimensão há a referir, como é o caso da Menção do júri do Prémio RECRIA<sup>(29)</sup> em 2000, ou o 1º lugar do mesmo prémio em 2004 pela reabilitação de uma propriedade da venerável Ordem Terceira de São Domingos.

Todas estas atribuições, para além de reflectirem o reconhecimento da qualidade inerente aos trabalhos efectuados pelo GTL, foram também impulsionadoras para a candidatura e, posterior declaração, do centro histórico de Guimarães a Património Mundial da Humanidade.

---

(28) Frase do arquitecto Fernando Távora Disponível no site da câmara Municipal de Guimarães

(29) O prémio RECRIA encontra-se inserido no programa Especial de participação na Recuperação de Imóveis Arrendados, foi criado em 1998 e é promovido pelo Instituto Nacional de Habitação (INH).

#### 4.2.2 Momentos da Praça Maior, cidade de Guimarães

Interessa neste ponto perceber a autenticidade e integridade da Praça Maior, onde todos os elementos que a rodeiam adquirem um valor singular excepcional.

Esta praça, ligada à génese de Guimarães, é um dos mais antigos e nobres largos da cidade. Aqui se situa a Igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e o edifício do antigo Paços do Concelho, que lhe conferiram desde sempre um estatuto especial em relação a outros locais da cidade.

Era aqui nesta praça que se realizavam festejos religiosos e profanos, vendas e pregões. Aí se encontra também o Padrão de Nossa Senhora da Vitória, hoje conhecido como do Salado, um cruzeiro venerado por todos e com grande simbologia histórica e religiosa, e a Oliveira, também ela um dos símbolos mais importantes da cidade.

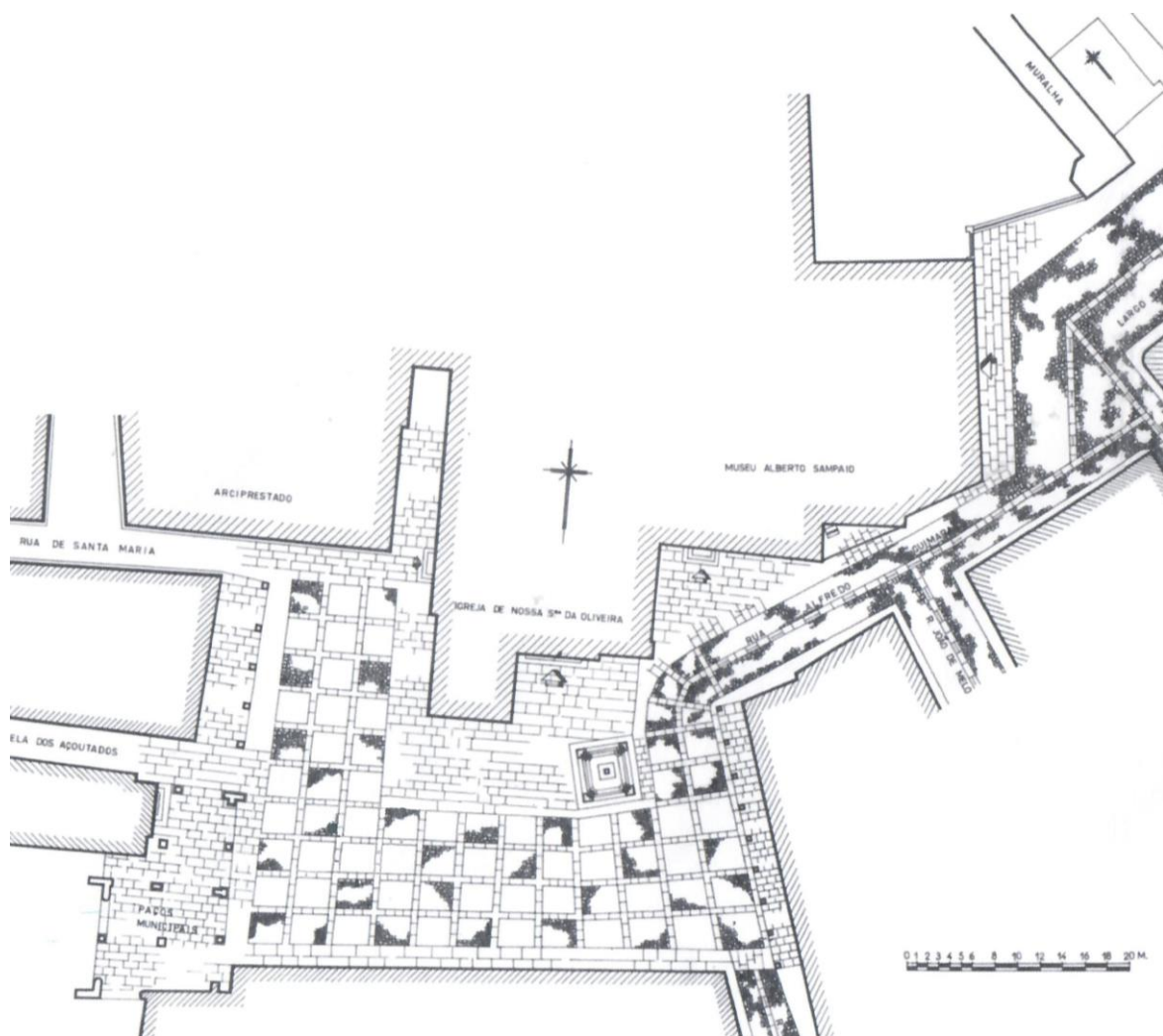


Fig.18 – A Praça da Oliveira - intervenção da DEGEMN (1983)

Devido à importância do largo, este espaço era reparado com regularidade. Contudo, pouco mudou até à data de hoje. Em 1692, o Padre Torcato de Azevedo descreve-nos assim a praça:

“Da compostura da Praça da Oliveira. A Praça do Padrão da Vitória em que está plantada a oliveira, é toda ladrilhada de pedra. e por ser o sítio em que se fundou o novo Burgo, como dissemos, lhe chamaram Praça Maior, que com igual grandeza fazem majestosa a Povoação. É esta Praça vistosa pela assistência do Padrão da Senhora, e agradável pelo sussurro das três bicas de água que correm no seu tanque, pela nobre torre dos sinos da Igreja Colegiada e pela ocorrência de gente que a ela vem. É fechada pelo nascente pela Igreja Colegiada, e dali a Poente pelas casas de seus vizinhos, todas com alpendradas sobre colunas de pedra. De Poente a Norte se adorna com a Casa da Câmara e Audiências que, estando sobre arcos de pedra, dão passagem para que desta praça possam passar à outra do peixe, aonde está situada a Igreja de S. Tiago, que foi antigamente Templo de Ceres, no qual o sagrado Apóstolo, derrubando os ídolos, colocou a imagem de Nossa Senhora, cuja imagem depois foi trasladada para o Mosteiro de Mumadona, que hoje é a Real Colegiada da Oliveira.

As Casa da Câmara e das Audiências estão místicas, e ambas fazem frente para a Praça Maior, com uma galeria de janelas com grades de ferro de encosto pintadas e douradas. São ambas coroadas de ameias, e no alto de suas paredes têm o escudo das Armas de Portugal iluminado. Seria a Praça mais majestosa se fossem mais liberais em lhe dar maior terreno.”

(AZEVEDO, 2000: 311-312)

De facto, até os dias de hoje esta praça pouco mudou, do ponto de vista espacial. São excepções o tanque que existia no local e o pelourinho. Este último é alvo de poucas referências, sendo contudo possível verificar, pela análise da fig.19, que ele existiu neste sítio de tanta história, de centralidade.

Na planta de Guimarães de meados do século XVI, a Oliveira aparece indicada simplesmente como “A Praça”, o que nos remete para a sua condição de praça central de Guimarães, a Praça Maior. Os alpendres (assinalados pelo ponteados) tinham uma presença forte na configuração da praça, distribuindo-se pelas frentes norte, poente e sul. Estes últimos são os únicos que sobreviveram até aos nossos dias, embora o mesmo não tenha acontecido com os seus prolongamentos para a rua dos Mercadores (actual rua da Rainha) e na direcção da Senhora da Guia.

#### 4.2.2.1 A Habitação

Interessa entender o papel da habitação que ladeia a praça e a envolve sobre si mesmo, e que nos dias de hoje ainda são parte do todo - a Praça Maior.

“A casa era o elemento da paisagem urbana que melhor transmitia o resultado da capacidade de adaptação do homem ao meio natural que o rodeava e, no caso dos aglomerados urbanos, á disponibilidade de espaço. Simultaneamente, a habitação podia servir como uma exteriorização da posição social de quem a habitava. Razões mais que suficientes para conferirem à casa uma variabilidade extrema que tinha, necessariamente, que se repercutir no aspecto adquirido por uma rua, por uma praça ou por uma viela”

(TEIXEIRA in MARTINS, 2000:17)

Apesar de existir pouca informação, a edificação parece ter surgido de forma progressiva ao longo do tempo. Estas eram estruturadas de forma cerrada, salvo raras exceções, e caracterizavam-se pela falta de proporção entre a frente do prédio e a sua profundidade, em alguns casos a ultrapassar o triplo da largura. Tinham, na sua generalidade, tipologia térrea, sendo raras as casas com “sobrado”, e as formas eram tendencialmente rectangulares e alongadas. A economia de terreno urbano, proporcionada por este tipo de planeamento, aliada às dificuldades construtivas e aos seus custos, explica nesta fase a falta de crescimento vertical.

Segundo Sá (2001:81), a casa típica de Guimarães tinha 4,4 m de largura e 9,8 m de profundidade. No seu todo, as casas tendiam a ser mais homogéneas em largura do que em profundidade. Em largura, os valores das casas registavam uma maior frequência entre os três e os quatro metros. Os valores de comprimento mais comuns situavam-se entre os dez e os onze metros.

A construção era feita com base em sistemas construtivos muito primários (madeira, acompanhada pelo adobe, palha e barro, e com cobertura em colmo), a organização interna era pouco diferenciada, supõe-se que devido à estreiteza dos lotes, e o ritmo do alçado era constituído apenas pela porta de entrada e uma ou duas janelas. Nesta



altura as residências de maior prestígio seriam já executadas em alvenaria de granito e cobertas de telha assente em estrutura de madeira.

De referir também que, à época, as residências de maior prestígio, nomeadamente as dos funcionários reais, se localizavam nas zonas mais valorizadas da cidade, onde a Praça Maior já na altura se destacava.

Como se pode verificar na fig. 19, e pela citação do Padre Torcato de Azevedo, em meados do século XVI Guimarães viu surgir um acentuado estilo de casas alpendradas sobre colunas de pedras, repletas a partir dos primeiros pisos, de travejamentos de madeira.

As habitações que ainda hoje caracterizam a praça são compostas por envasamentos de pedra com a altura do pé direito do rés-do-chão, muitas vezes herdado do período medieval, sobre o qual se erguem os sobradados em paredes de tabique e as fachadas de taipa rebocada. As aberturas inscritas nas fachadas tomam, na maioria das vezes, o espaço disponível para a rua, sob a forma de sacadas salientes. Expressivas, de ressaltos em madeira, de molduras das aberturas, coloridas, com ritmo, mostram-se vivas, são geradoras urbanas nesta regeneração do tecido residencial.

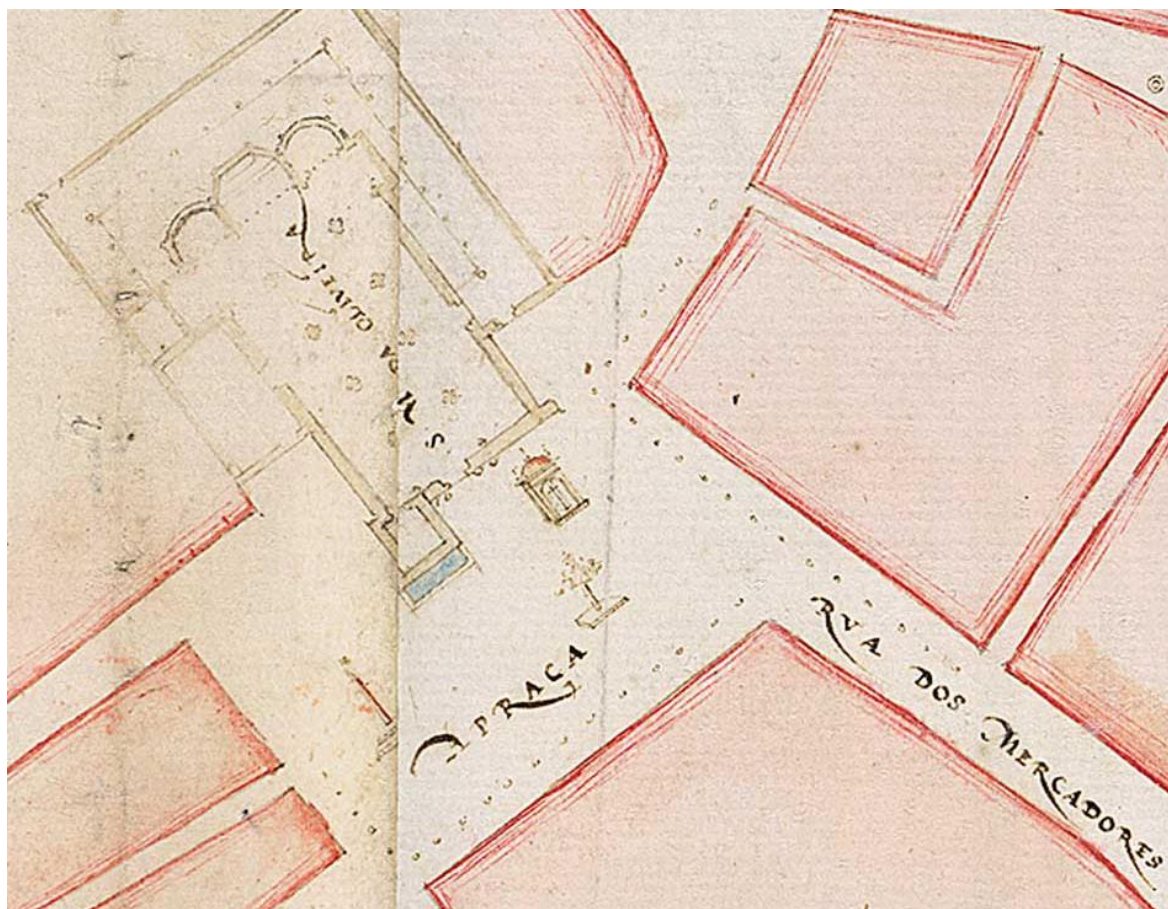


Fig.19 – A Praça da Oliveira na planta de Guimarães (1569)

#### 4.2.2.2 A igreja de Nossa Senhora da Oliveira

O mosteiro pré-românico, fundado por D. Mumadona em 949, e para protecção do qual se construiu um primeiro castelo de Guimarães, deu lugar, ao que tudo indica logo nos inícios do século XII, à Colegiada de Santa Maria de Guimarães, uma das mais importantes e ricas instituições religiosas portuguesas da Baixa Idade Média.

Segundo Cachada (1992:30-40), no século XIV a Colegiada de Guimarães era um importante ponto de romaria e de peregrinação, muito se ficando a dever tal facto à imagem de Santa Maria, a mesma venerada por D. João I nas vésperas da Batalha de Aljubarrota. Aqui teve início um dos mais importantes capítulos da história deste monumento. Em 1387, na sequência de um voto feito pelo próprio D. João I, procedeu-se à remodelação do anterior edifício. Embora conste que as obras fundamentais foram bastante rápidas, sendo o novo templo solenemente sagrado em 1401, existem registos de que os trabalhos continuaram pelo menos até 1413.

A reforma gótica da velha Colegiada foi um marco da arquitectura gótica no Norte do país. Em termos planimétricos, a estrutura é comum: com três naves e três tramos, cobertura de madeira, transepto saliente e cabeceira tríplice. A sua fachada é constituída por três corpos e empena triangular com o corpo central elevado, abrindo-se uma porta ogival com três arquivoltas de arcos quebrados. Sobre a porta abre-se uma grande janela de pedra caracterizada como um dos melhores programas iconográficos góticos. Integralmente dedicado à genealogia da Virgem, compõe-se de uma Árvore de Jessé, a que não falta a anunciação, a culminar a mensagem mariana e, por esta via, também cristológica do conjunto. No interior, numerosas pinturas de carácter sagrado, realizadas entre 1402 e 1420, compõem tecto.

No seu essencial, com a excepção da capela-mor, o monumento apresenta muitas semelhanças ao existente actualmente.

Em 1515, D. Pedro Esteves mandou construir a torre sineira manuelina, colocada à esquerda da fachada principal. Também no interior surgiu nessa altura uma capela com abóbada nervurada, onde se colocaram túmulos com estátuas em pedra de D. Pedro Esteves e sua esposa, uma homenagem do seu filho Prior D. Diogo Pinheiro.

Posteriormente, entre 1675 e 1682, a actual capela-mor do templo foi reedificada. Desta feita, foi uma encomenda do Rei D. Pedro II, que contratou o mestre pedreiro

António de Castro para a sua execução. É composta por um arco cruzeiro de volta perfeita assente em duas pilastras, e as suas paredes são decoradas por duas grandes telas atribuídas a Pedro Alexandrino, em homenagem a S. Torcato e S. Dâmaso. Já o retábulo rocaille do altar-mor, datado de 1772, é da autoria de José António da Cunha.

São novamente executadas obras grandiosas no edifício entre 1830 e 1880, das quais resultaram os altares neoclássicos que ainda hoje encontramos nas naves. A sua execução contou com a colaboração do pintor Augusto Roquemont que colocou, do lado do evangelho, os altares dedicados ao Espírito Santo e S. Nicolau, sendo que os do lado da Epístola são alusivos a Nossa Senhora da Conceição e Santa Ana. A sacristia é forrada a azulejo e contém agora uma capela dedicada a Santa Verónica.

A igreja foi ainda intervencionada pelo DGEMN, entre os anos 1954 e 1983. Desta feita foram substituídas as cantarias, destruídos os estuques, demolida a parede de grossura do cunhal, desentaipadas as frestas e finalmente rebaixado o adro.

A igreja de Nossa Senhora da Oliveira, localizada no “coração” da cidade, no lado nascente da Praça Maior, proporciona uma agradável surpresa a quem o visita.

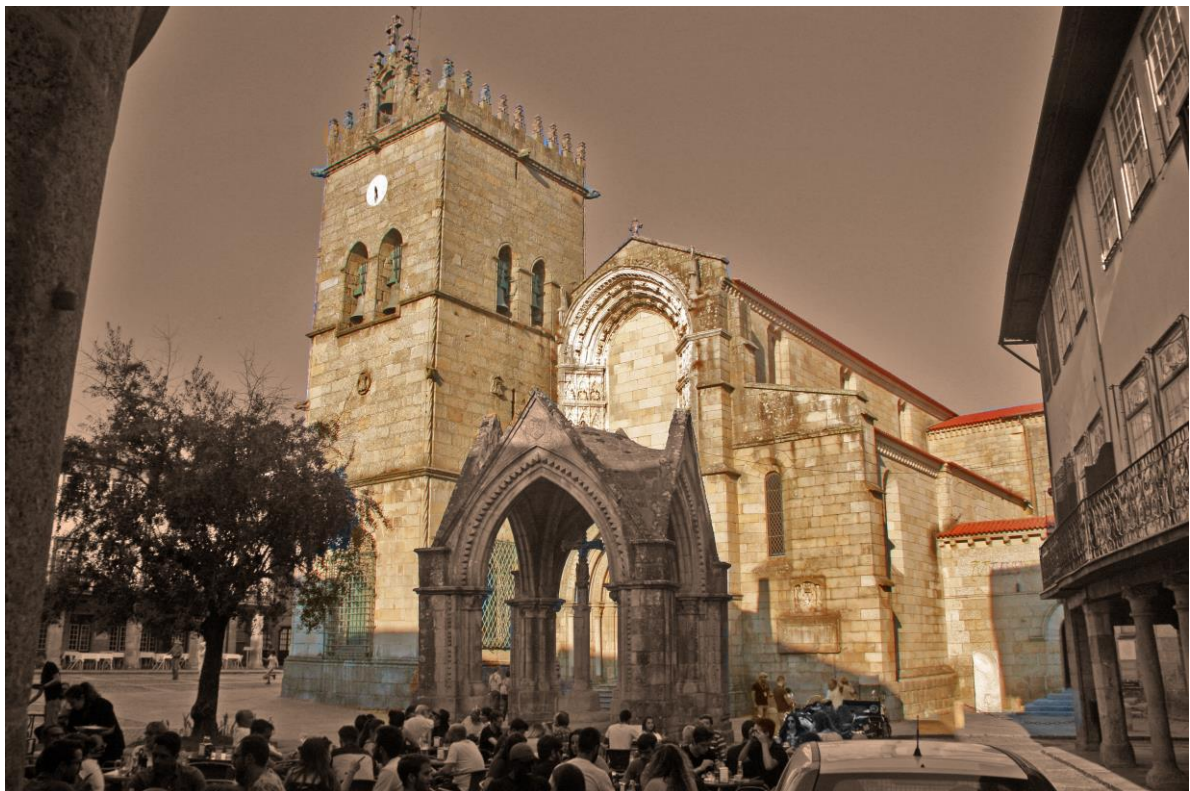


Fig.20 – Igreja de Nossa Senhora da Oliveira



#### 4.2.2.3 O Padrão do Salado

O Padrão do Salado encontra-se implantado na Praça Maior, mais concretamente junto à igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

A sua construção remonta a 1340, ano da Batalha do Salado, em que tomou parte D. Afonso IV, conjuntamente com exércitos de Castela e de Aragão, contra tropas muçulmanas do reino de Granada e do Norte de África. Este feito, que estará na origem do cognome de D. Afonso IV "o Bravo", motivou uma série de construções comemorativas, em várias partes do reino, sendo esta de Guimarães uma das mais célebres e como tal localizada diante da principal instituição da cidade.

Compõe-se de um espaço quadrangular abobadado, aberto nas suas quatro faces através de arcarias quebradas, assentes em colunas adossadas, a partir das quais partem as nervuras da abóbada.

Estilisticamente, é uma obra relacionada com o Gótico da primeira metade do século XIV, ainda conotado com o período dionisino, recorrendo a um aspecto demasiado compacto e reforçado das estruturas, com pilares de colunas adossadas, nervuras bem vincadas e uma abóbada relativamente baixa.



Fig.21 – O Padrão do Salado (vista do interior da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira)

Também a decoração reforça este sentido austero do monumento: os capitéis, com uma decoração cuidada, foram esculpidos de forma bastante rude, destacando-se a composição muito pouco definida do suporte. Por outro lado, os arcos são decorados por uma solução dentada, que acompanha toda a sua curvatura, existindo ainda ténues sequências de bolas.

A monumentalidade do conjunto é dada pela existência de gabletes bastante apontados a coroar as aberturas para o espaço central, que se elevam praticamente à mesma altura do abobadamento exterior, e em cujo tímpano se colocaram escudos reais.

O Padrão contém um cruzeiro no interior, oferecido *à posteriori*, pelo negociante vimaranense residente em Lisboa, Pero Esteves, em 1382.

O cruzeiro oferecido, que já foi dourado e policromado, é actualmente de calcário. A cruz que o compõe apresenta nas suas faces Cristo Crucificado e a Virgem, a base apresenta alusões a S. Vicente, ao apóstolo S. Filipe, a S. Torcato e ainda ao anjo da Guarda. Possuía outra oferenda na sua base, entretanto desaparecida: uma placa em bronze com armas reais em baixo-relevo e com a inscrição do ano de 1380.

O padrão da vitória do Salado, mercê da sua localização em relação à colegiada, e da imagem de devoção no interior, transformou-se, em pouco tempo, num dos mais importantes centros marianos do Norte do país. Sendo procurado por verdadeiras multidões em dias de romarias e de festas, representa um marco importante na vida social, política e religiosa de Guimarães na Idade Média.

#### **4.2.2.4 O antigo Paços do Concelho**

O antigo Paços do Concelho localiza-se na parte norte da Praça Maior. Trata-se de um edifício singular, implantado em pleno centro da cidade, cujas características arquitectónicas marcam mesmo parte do imaginário medieval vimaranense. As suas arcadas foram, durante muito tempo, sinónimo de local de decisões e reuniões da vila e cidade de Guimarães. Trata-se, todavia, de uma construção integrável num restrito

conjunto de edifícios municipais, característico de algumas vilas e cidades do Noroeste do país, em plena voga nos finais da Idade Média.

O edifício é caracterizado por uma planta rectangular, composto no rés-do-chão por um típico alpendre que possibilita a comunicação entre as praças Maior e a de Santiago, apoiado sobre arcadas góticas. As arcadas são encimadas por seis janelas de sacada, cinco das quais são rematadas por áticas triangulares que ostentam as armas do reino e as esferas armilares. Na fachada nobre desta antiga Domus Municipalis, voltada para a Praça Maior, podemos ainda constatar cinco varandas de ferro forjado que resguardam as portadas de um interessante salão de tecto abaulado.

A meio da cornija, guarnecida de merlões, destaca-se uma estátua de pedra que, segundo tradição, referida pelo Padre José Ferreira Caldas, figuraria a cidade de Guimarães. A estátua representa um guerreiro armado de lança e escudo. Assenta sobre um pedestal e tem a singularidade de apresentar um segundo rosto desenhado na armadura.

O interior é composto por duas salas e o tecto é de madeira pintado.



Fig.22 – Os arcos do antigo Paços do Concelho

A construção do edifício, declarado monumento nacional por decreto de 16/6 /1910, teve início nos finais do século XIV, ainda no reinado de D. João I, mas arrastou-se por varias décadas, até ao reinado de D. Afonso V. Foi alvo de intervenções de inovação exterior no século XVI e foi quase totalmente remodelado no princípio do século XVII pelo arquitecto João Lopes Amorim. Os pilares das arcadas sofreram nessa altura significativas modificações.

Verificaram-se outras alterações nos séculos seguintes: no decorrer do século XVIII as janelas foram refeitas e sobre elas colocaram-se escudos e esferas armilares; no século seguinte foi inserida a estátua de Guimarães, e o relógio de sol e a sineira foram retirados.

No ano de 1934, dá-se a saída definitiva dos serviços da câmara do edifício, entretanto retornados, e instala-se o Arquivo Municipal.

Este é um dos marcos históricos da cidade e actualmente nele se encontra instalado o Museu de Arte Primitiva Moderna, com exposição de obras de renome internacional da designada “Pintura Naif”.



Fig.23 – A permeabilidade do antigo Paços do Concelho



#### 4.2.2.5 A lenda da Oliveira

Conta a lenda que, no século XIV, ao lado do padrão de Nossa Senhora da Vitória, em Guimarães, existia uma oliveira trazida do Jardim das Oliveiras de Jerusalém, que secou. Esta oliveira, segundo reza essa lenda, que se mantivera erguida sem quaisquer sinais de vida ficou verde miraculosamente, brotando novos rebentos e enfeitando-se de viçosa folhagem quando a seu lado foi implantado um cruzeiro. A notícia atraiu muito povo, que veio admirar o milagre em honra de Nossa Senhora da Vitória que, desde então, se ficou a chamar Nossa Senhora da Oliveira. A oliveira do milagre permaneceu na praça aproximadamente até 1870, data em que foi removida por decisão da Câmara Municipal de Guimarães, mas contra a vontade do povo vimaranense. Em 1985, aquando um restauro da praça, aí foi de novo colocada uma oliveira. No polígono de pedra que a envolve, projecto do Arquitecto Fernando Távora, encontram-se marcadas as três datas mais importantes da sua história: 1342, 1870 e 1985. A oliveira faz parte da história da cidade e, por isso, é um dos elementos integrantes do brasão de Guimarães.



Fig.24 – A Oliveira e a sua humanização



### 4.3 Lugar de Identidade comum (a praça Maior de Guimarães)

A Praça Maior de Guimarães, mais conhecida por Largo da Oliveira, é inequivocamente a praça de todos os vimaranenses, pela sua história, pela sua memória, mas principalmente porque continua viva, servindo de base a todas as gerações que nascem, experimentam e se apropriam, em cada pulsar e a cada fôlego, deste pequeno palco de um lugar maior, imaterial.

“... lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objectos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança.”

(RELPH, 1979: 156)



Fig.25 – A Praça da Oliveira vista da rua Alfredo Guimarães

Quando se eleva o espaço físico como o da Praça Maior de Guimarães para um sítio tão celestial, vincado pelo desenho urbano que o tempo e as pessoas trataram de carregar, o lugar torna-se maior que o seu tamanho físico, que o seu volume, maior porque se envolve de identidade, porque nos agarra à realidade, neste mundo global, exagerado, efémero, virtual, mas também porque se sente a alma da sua gente em cada ressaltado de madeira que se agarra no tempo e na memória de todos os que nela se enraízam.

“O sentido do lugar é uma qualidade do equilíbrio do conhecimento entre sentir-se enraizado no lugar, que é inconsciente, e sentir-se estranho, que está associado a uma consciência exagerada”

(TUAN, 2003: 165)

Não basta olhar para as habitações, ou para o Padrão do Salado, nem tampouco conhecer na íntegra a lenda da Oliveira, pois a praça funciona como um todo, cheia de símbolos sedutores, de afectividades que nos remetem para as memórias de vivências passadas, mas adquirindo também o carácter de cenário histórico e cultural que se perpetua no quotidiano das pessoas.

“Entende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo.”

(CASTELLS, 2002: 22)



Fig.26 – A Praça da Oliveira vista das Arcadas



Como já mostrado pela breve resenha histórica de Guimarães, mas também pelos momentos da Praça Maior, ela surge com a génese da cidade e envolve-se de sentidos, de memórias, de lendas, carregando-as de geração em geração, das pessoas e para as pessoas.

A praça surge antes de mais como átrio da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, onde convergiam todas as ruas importantes de Guimarães. No entanto, com o tempo, ela tornou-se também símbolo do poder administrativo, assinalado pela presença do antigo Paços do Concelho. Afirma-se ainda como uma praça do povo, onde as arcadas do edifício do Paços do Concelho permitem o seu prolongamento à Praça de Santiago, fazendo assim com que convirjam em si as três forças da cidade, e tornando-a sítio de fé, de festividades, de reuniões administrativas, mas também de interacção com o quotidiano da sociedade.



Fig.27 – Planta medieval de 1569 (a relação da praça com o eixo viário principal)



Fig.28 – O Comércio e a Praça

Tal como as praças que serviram como casos de estudo, sejam elas as Plazas Mayores de Madrid e Salamanca ou a Piazza della Signoria, com as particularidades que cada uma apresenta, a Praça Maior de Guimarães é também ela espelho desta identidade, que se apropria assim que nos envolvemos por este palco urbano repleto de valores comuns, não apenas à sua sociedade, mas a todos os portugueses.

“o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento”

(CARLOS, 1996: 16)

Actualmente a praça encontra-se cheia de permanências, de encontros, de namoros, de turistas, de comércio, de habitantes, de vivências mais ou menos enraizadas, mas sempre importantes para que a alma do lugar não se perca nesta mundialidade que invade de forma silenciosa os sentidos relevadores de identidade e apropriação, eliminando referências concretas para a vida.



Fig.29 – As permanências e as relações



“o nosso compromisso com o futuro leva-nos a preservar o nosso património, conservando-o e modernizando-o em adaptação aos nossos tempos que já começaram”

(RAMOS and GUERRA, 1992: 221)

Com o seu centro histórico classificado pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade, consequência do trabalho desenvolvido pelo GTL na remodelação e recuperação do seu património com a cidade e a sociedade, onde a praça naturalmente se integra e foi alvo de intervenção, resulta num centro histórico vivo. É, no entanto, imperativo dar continuidade a esse equilíbrio. A cidade tem de continuar a evoluir, a acompanhar os tempos modernos, sem nunca sobrepor a modernização aos valores identitários tão vinculados neste lugar-comum da cidade de Guimarães. Cabe-nos, portanto, dar prosseguimento a esta territorialidade social, singular, que é desde sempre o coração da cidade de Guimarães, a Praça Maior – Largo da Oliveira, também envolvida pelo “berço de nacionalidade”



Fig.30 – O encanto da Praça Maior – Largo da Oliveira

#### 4.4 Praça de Santiago (a intervenção recente e a presença da Praça Maior)

A Praça de Santiago e a Praça Maior fazem parte da morfologia urbana do centro histórico de Guimarães e caracterizam-se pela diversidade de elementos construtivos de elevado interesse arquitectónico.

A Praça de Santiago, antes da intervenção, era um espaço desqualificado, sem planeamento, reflexo de uma evolução negativa do espaço público desenraizado da sua essência histórica e social. O projecto surge de uma parceria entre o GTL e o arquitecto Fernando Távora <sup>(30)</sup> no desenvolvimento prático de projectos de renovação e revitalização do antigo tecido histórico classificado por Aguiar (2000:2) como zona intramuros.

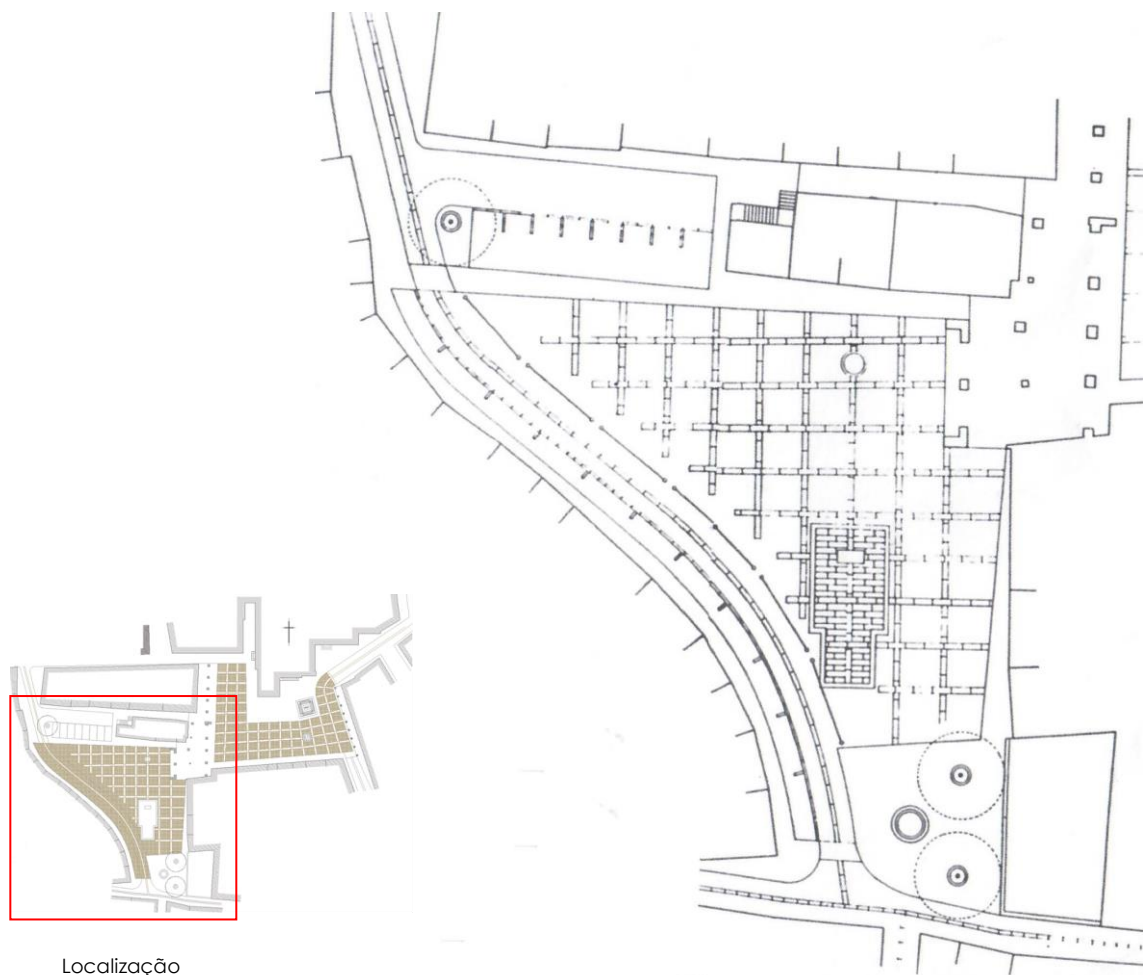


Fig.31 – Planta da Praça de Santiago – intervenção do arquitecto Fernando Távora

(30) Em 1979 foi desenvolvido pelo arquitecto Fernando Távora o plano geral de urbanização para a requalificação do centro histórico de Guimarães. Esse plano propõe uma visão qualificadora que não se restrinja apenas a monumentos ou conjuntos urbanos, mas antes se alargue, no espaço e no tempo bom como no próprio significado seu conceito, a toda a área urbanizada, sugerindo também a preservação de outros valores que não edifícios e preconizando que essa área fosse entendida como valor cultural.

Na sua requalificação torna-se evidente a necessidade da recontextualização e integração com a envolvente, pelo que o seu desenho é decisivo na reintegração histórica e simbólica do lugar, importando implementar valores morfológicos inerentes à estrutura edificada, simplificando o gesto interventivo, e reestruturando o espaço público como elemento unificador e revitalizador.

Já em 1985, antecipando a reestruturação da Praça de Santiago, o arquitecto Fernando Távora desenvolve o projecto da base em granito da Oliveira, localizada na Praça Maior (da Oliveira), e que hoje se encontra no local, devolvendo ao lugar o seu símbolo histórico e cultural, servindo-se da referência da mesma aquando do desenvolvimento do novo projecto.

O desenho do arquitecto Fernando Távora foi pensado como um contínuo urbano que se estendia desde a Oliveira até à Praça de Santiago, numa proposta que pretendia unificar o princípio geral de tratamento do pavimento dos dois espaços, generalizando a este a solução já representada na Praça da Oliveira.



Fig.32 – Praça de Santiago e o comércio



Alinhado com a Oliveira, por entre a arcada dos Paços Municipais, o projecto propunha também a implantação na Praça de Santiago, na cota mais elevada, junto de edifícios existentes e no enfiamento da sua arcada, de um memorial ao Conde D. Henriques, em granito e com cerca de três metros de altura. No pavimento foi gravada uma inscrição retirada do foral: AD VOS HOMINES QUI VENITIS POPULARE IN VIMARANES ET AD ILLOS QUI IBI HABITARE VOLUERINT <sup>(31)</sup>.

Também aqui Fernando Távora propõe de uma forma meramente indicativa, a construção simbólica da capela de São Tiago, demolida em 1887, através da marcação dos limites do antigo templo no pavimento, hoje devidamente identificada no local.

Esta proximidade, mas também o valor simbólico intrínseco à Praça Maior - Largo da Oliveira, conduziu a que as opções de projecto, apesar de sentidas como diferentes, sejam idênticas na sua singularidade cénica, onde a germinação das especificidades da Praça Maior, que por si só constitui parte da história do lugar, é decisória na organização da Praça de Santiago.



Fig.33 – Praça de Santiago à noite

---

(31) “A vós homens que vieste povoar em Guimarães e àqueles que aqui quiseram habitar”. Tradução de Aires Augusto do Nascimento, do Foral de Guimarães. Revista de Guimarães, Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património, n.º 106, 1996, pág. 36.



## 4.5 Ensaio Projectual

A Praça Maior de Guimarães, conhecida como Largo da Oliveira, é de facto a que melhor retracts as suas gentes. Ela carrega a história, a cultura, a identidade e a apropriação intrínseca ao lugar, e, apesar das suas pequenas dimensões, envolve em sem fim de valores, lendas e sentidos que a tornam a Maior de Guimarães.

Após investigar toda a questão inerente à identidade e à apropriação, e conhecer de uma forma mais próxima o caso de estudo, é possível verificarmos que a Praça apresenta um equilíbrio nas suas formas, nos seus recantos, nos seus conteúdos materiais e imateriais, que conjuntamente com o pulsar de vida manifestada em cada momento do dia, torna claro que, actualmente, não existe a necessidade nem a vontade de levar a cabo qualquer intervenção nesta praça tão perfeita. O que existe é a alegria, a vontade de celebrar e perpetuar este exemplo de urbanidade, de referenciar, de apontar o posicionamento deste sítio tão singular.

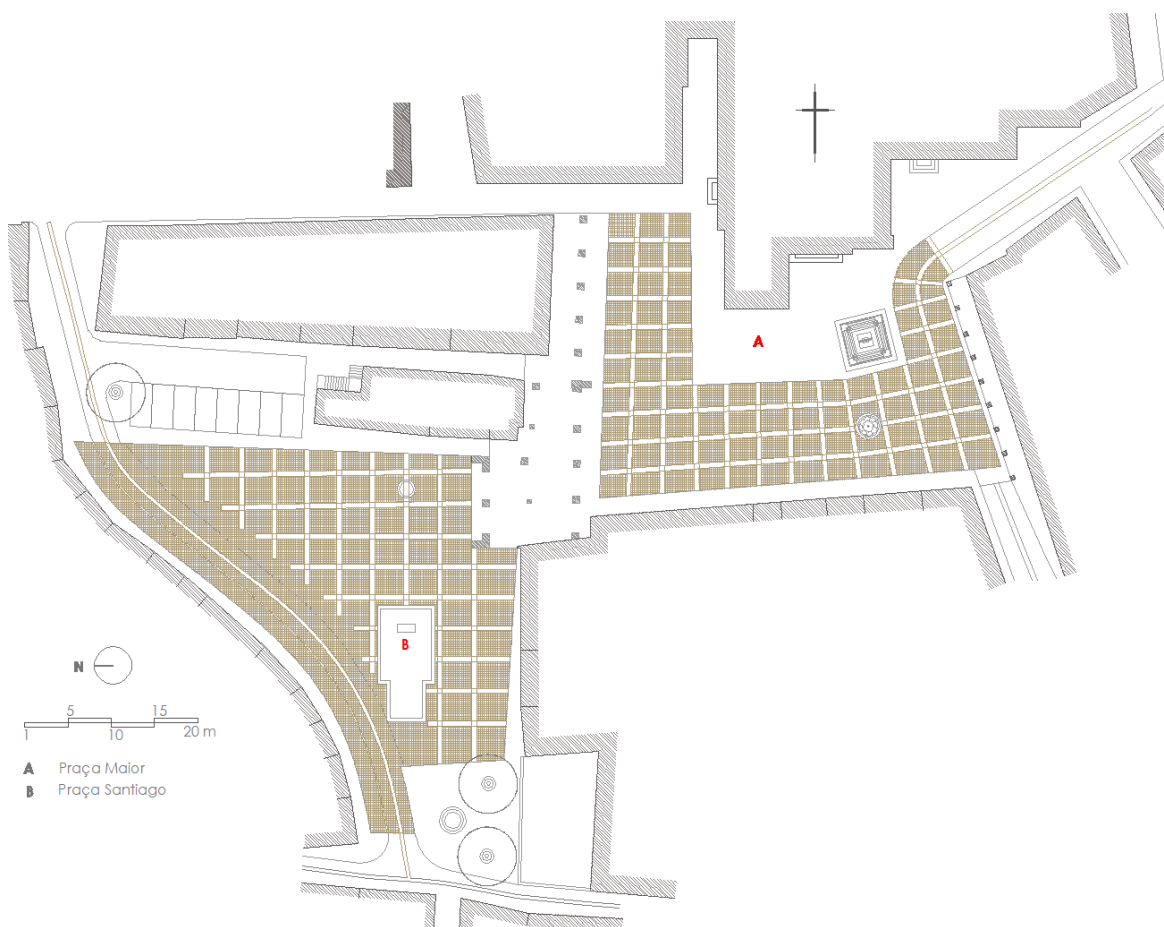


Fig.34 – Desenho técnico da Praça de Santiago e Praça Maior – Largo da Oliveira

É inevitável falar na relação da Praça de Santiago com a Praça Maior - Largo da Oliveira, originada pelas arcadas góticas do antigo Paços do Concelho, criadas de forma intencional para aproximar o Povo do Burgo e que fazem desta relação um caso único em Portugal. Ainda que a Dissertação não se centre na primeira, é importante trazê-la para este ensaio projectual, pois a sua natural convivência com a Praça Maior permite-nos antever uma aproximação simbólica e hierarquizada. Também ela com uma carga simbólica muito forte, é desde a sua génese uma praça habitacional e comercial, sendo que, apesar de monumental, é alimentada pelo “espírito” da Praça Maior.

Esta relação e hierarquização foi a principal preocupação na intervenção feita pelo arquitecto Fernando Távora na Praça de Santiago, fazendo-se sentir na sua formalização, nos materiais, na geometrização e na escala, e transparecendo no simples prolongar da materialização da Praça Maior - Largo da Oliveira. A relação entre as praças é evidente também, sob o ponto de vista simbólico, no modo como encontramos por entre as arcadas a Oliveira posicionada na Praça Maior. Este seria o posicionamento do idealizado Memorial <sup>(32)</sup> ao Conde D. Henriques, que se alinha com a praça, no simples gesto de desenhar o aproximar destas relações.

Com o simples acto de celebrar, referenciar e apontar o exemplo que é a Praça Maior, surge a vontade de reafirmar o que foi proposto por Fernando Távora, ainda que com um pressuposto diferente e com um ligeiro reajuste no seu posicionamento. Pretende-se, assim, criar um memorial a toda a imaterialidade material, definidora do espírito e sentido contrterrâneo vimaranense. Falamos de um memorial à Condessa Mumadona Dias. É ela quem se apropria, na sua origem, do sítio que é hoje Guimarães, centro histórico, Largo da Oliveira, quando em 950 manda construir o Mosteiro, agora igreja de Nossa Senhora da Oliveira. Mumadona, ainda que simbolicamente, voltaria agora a reapropriar-se deste sítio tão seu, e apesar da vontade primária de a colocar na Praça Maior a opção é de a posicionar na Praça de Santiago, de modo a manter o equilíbrio entre as duas praças.

Importa referir que existe já um memorial ao Conde D. Henriques, executado pelo escultor João Cutileiro, localizado na Porta da Vila <sup>(33)</sup>, com o pressuposto de receber quem chega, enfatizando mais a intenção de “agarrar” Mumadona ao centro Histórico, à origem.

---

(32) O memorial idealizado pelo arquitecto Fernando Távora seria em granito, com três metros de altura e seria alusivo ao Conde D. Henriques.

(33) Era a porta nobre através da qual entravam na urbe, recebidos com as devidas honras, os reis, as rainhas e outras individualidades. Foi pela Porta da Vila que entraram, em 1385, o rei D. João I na sua romagem a Nossa Senhora da Oliveira, em agradecimento pela vitória alcançada na Batalha de Aljubarrota, e, em 1852, a rainha D. Maria II quando veio em visita a Guimarães. A Porta da Vila e a sua torre foram demolidas em finais do século XVIII.

Nesta reapropriação simbólica de Mumadona sobre a origem da cidade de Guimarães foi objectivo fazê-la dialogar com as pessoas. Esse diálogo materializa-se num gesto indicador, que revela que a Praça Maior se aproxima, localizada por detrás das arcadas com a grandiosidade que a define até aos dias de hoje. O posicionamento definido para o Memorial dá origem a uma relação, não só com a Oliveira, mas também com o Padrão do Salado e com a igreja de Nossa Senhora da Oliveira, mantendo sempre a relação com a memória da capela de São Tiago já idealizada pelo arquitecto Fernando Távora.

Estamos perante um sítio de encontros, de experiências e de relações, onde as mesmas devem ser envolvidas no seu todo. Num outro exercício de desenho e de apropriação, procuramos promover esses ideais de diálogo e interacção social, sem a obrigatoriedade de “pagar” o espaço de que nos apropriamos durante a experiência da relação com o outro, uma vez que atualmente os actores estão limitados pelo facto de as experiências serem forçosamente vividas por entre uma imensidão de guarda-sóis que as esplanadas apropriam. Como alternativa existem apenas alguns degraus, sem qualquer outro elemento que tenha essa função de base. Assim sendo, existe a necessidade de criar elementos de convívio furtivo e de descanso descomprometido, capazes de sentir a praça no seu ruído comercial, que embora necessário e parte integrante da mesma, não deve nem pode ser monopolizador do mero “estar” da praça.



Fig.35 – A apropriação da base da Oliveira

O desenho da figura 36 mostra o local onde propomos posicionar este banco de apropriação natural (a vermelho) do espaço. Justificado pelo alinhamento da cruz existente no Padrão do Salado, cria uma torção, de forma a adquirir a relação que se pretende com o Memorial proposto. Balizado pela Torre da Igreja, posiciona-se dentro do ladrilho de pedra que se apreende como Adro da Igreja sobre a matriz existente, e proporciona relações diferentes e espontâneas com a história, a cultura e a apropriação que se respira neste sítio tão celestial.

Na figura 36 são apresentados os vários elementos representativos das praças, que conjuntamente com os edifícios habitacionais, as caracterizam. Nela estão representadas também as linhas axiais com a indicação deste princípio de ligar, de aproximar, de “coser” um todo representativo do espírito que é a Praça Maior de Guimarães.

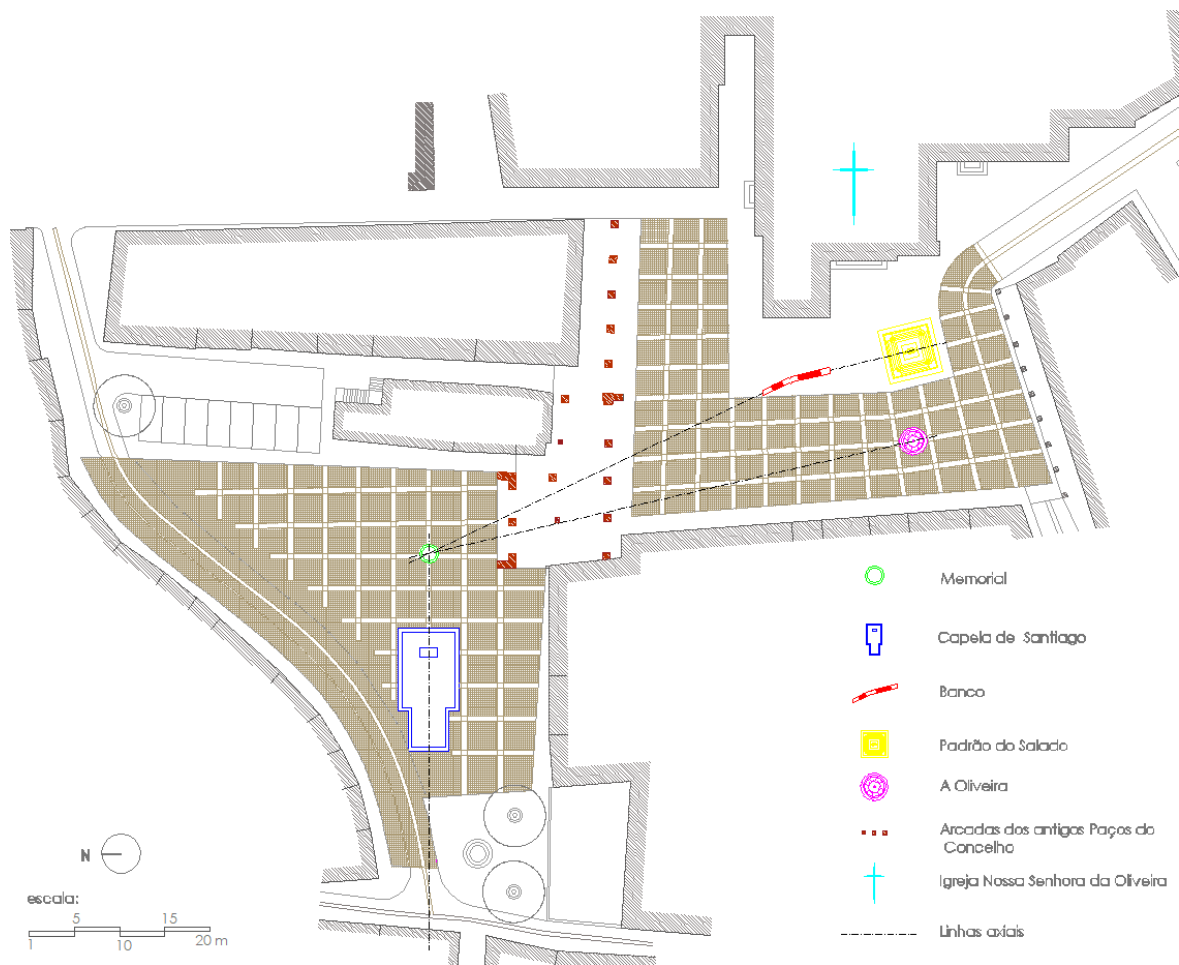


Fig.36 – Desenho técnico da Praça Santiago e Praça Maior – alterações propostas

O banco, construído em pedra igual à existente na praça, compreende seis cunhos de bronze, representativos dos elementos mais marcantes das praças. Na parte que se alinha com o Padrão podemos encontrar os quatro elementos da Praça Maior: o Padrão do Salado, a igreja de Nossa Senhora da Oliveira, a Oliveira e os arcos do antigo Paços do Concelho. Os outros dois cunhos de bronze localizam-se na parte do banco que se alinha com o Memorial que posicionamos na Praça de Santiago, e representam o próprio Memorial e a capela de São Tiago.

Podemos olhar para esta proposta como um mero banco, um monolítico que se rasga do solo, com o simples desejo de “agarrar” por momentos as pessoas, nesta praça viva que se caracteriza como alma de um povo, e se alimenta dos actores que nela experimentam, convivem, e se apaixonam. Este simples acto de sentir a praça, sem apropriações obrigatórias, na simples comunhão entre o espaço físico e o ser humano, constitui a melhor celebração a propor para esta praça que se “veste” para melhor se humanizar, para ser apropriada enquanto lugar de identidade, hoje classificado como Património Mundial da Humanidade.

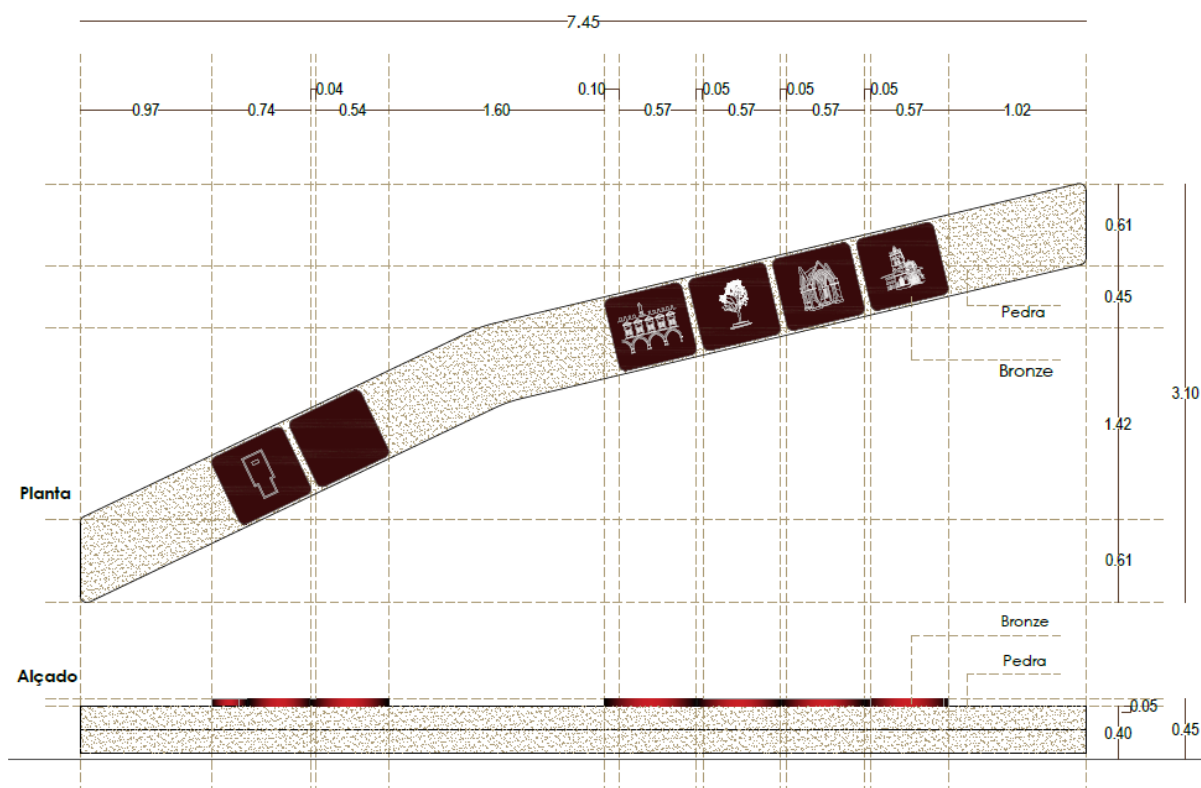


Fig.37 – Desenho técnico do banco proposto (unidade em metros)

Juntamente com a celebração, o referenciar e o apropriar da praça, importa perpetuar e sublinhar este sítio envolvido de símbolos que caracterizam a identidade vimaranense. Dando continuidade ao carácter existente, propomos duas formas distintas de vincar e mostrar a actualidade da praça, cheia de história, cultura e vida, a que se juntam os cinco elementos já identificados, e que resultam no esquema abaixo exposto.

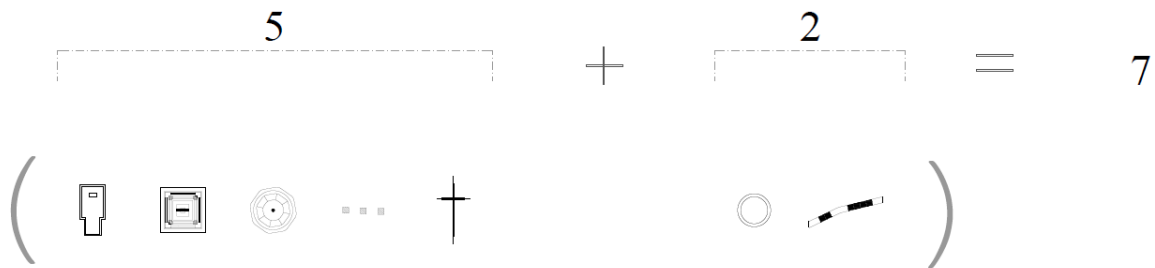


Fig. 38 – Esquema simbólico – signos identitários (conforme fig.36, pág. 100)

O Memorial a Mumadona e o banco emergem num manifesto de indicar e agarrar as pessoas à Praça Maior, assumindo ainda o intuito de estabelecer uma maior axialidade entre as praças. Apesar de diferentes, ambos os elementos têm como função primária o enaltecimento da importância do lugar e dos símbolos que nele se enraízam, surgindo como embaixadores de identidade e apropriação de todos os vimaranenses.

Numa última anotação, uma vez que nada ocorre ao acaso, realçamos que da soma dos elementos resulta o número sete. A sua simbologia remete para a perfeição, sendo que o somatório do existente com o proposto, origina, no seu todo, uma representação de harmonia espacial e humana que é a Praça Maior – Largo da Oliveira, Guimarães.

Esta página foi deixada em branco propositadamente



## 5 Ensaio Conclusivo

Ao longo deste nosso trabalho pretendeu-se entender a importância do lugar, enquanto sítio de identidade individual ou colectiva, de apropriação espacial e social, servindo de base à natural evolução do território e das sociedades perdidas nesta mundialidade ruidosa, hipnotizada pela sedução das muitas imagens efémeras que surgem em cada fracção de segundo.

Nesta globalização, isenta de limites espaciais, alimentada pelo mundo virtual, apropriada pelas experiências efémeras, distantes e imaginárias, o lugar mostra-se como o sítio de afectividades, de amarração. Ele surge no processo de formação de identidade, essencial na construção de significados e conteúdos, capazes de se auto-sustentarem no tempo e no espaço, agarrando-nos ao mundo real, no simples acto de estar, de experimentar, de namorar, reconhecendo-se nas suas formas de uso onde a memória imaterializa cada um desses momentos.

Os três casos de estudo apresentados – Plaza Mayor de Madrid, Plaza Mayor de Salamanca e Piazza della Signoria em Florença –, mostram que apesar de origens, actores e evoluções claramente distintas, elas convergem no entendimento comum de que as praças são o resultado dos valores materiais e imateriais, o sítio natural, enraizado e duradouro que conserva as vivências passadas e sustenta os desafios futuros.

Procurou-se explicar o processo de formação de identidade e da memória, assim como a sua importância na apropriação do lugar, pois é nesta área em especial que podemos, enquanto arquitectos, contribuir para a melhoria das condições de vida das pessoas. Compreendidos os temas da dissertação – identidade e o lugar – procurou-se fazer uma caracterização do contributo da apropriação do espaço e da formação de identidade na definição do lugar, onde de um modo geral ela é entendida, à semelhança da memória, como um processo de construção, um estado de consciência de cada pessoa sobre o mundo, onde as experiências e as relações espaciais ganham sentido, reconhecendo-se a si, aos outros e a tudo o que o envolve (pág. 32/44). O lugar é então entendido como um espaço de conteúdos, de valores e significados, ele é o “baú” de memórias, de experiências, de sentidos que enchem a alma individual e colectiva, ele é o espelho da sociedade, que o usa no seu quotidiano diário e se perpetua no tempo (pág. 44/48).



Como caso de estudo abordamos a Praça Maior – Largo da Oliveira. Localizada no centro histórico de Guimarães, é a que melhor retracta as suas gentes, carregada de marcas que o tempo gravou, de lendas que ainda hoje perduram, transparecendo no seu todo arquitectónico o espírito da cidade de Guimarães. Apesar de medieval, a Praça mantém-se repleta de vida, seja ela comercial ou habitacional, o que resulta num fervilhar de experiências diversas, exemplo de urbanidade que perdura no tempo. Como resultado advém a vontade de não intervir, apenas celebrar, referenciar, e apontar para este sítio tão singular. Este sentimento é exprimido pelo Memorial a Mumadona Dias, que carrega toda a carga simbólica que a mesma tem com o Lugar. De igual modo, a personagem histórica surge com a intenção de apontar e espreitar pelas arcadas que definem a Praça de Santiago e a Praça da Oliveira. Para além do Memorial, propomos a criação de um banco que “rasga” e se eleva do chão com o desejo de “agarrar” as pessoas e lhes permitir o convívio e descanso descomprometido, ao mesmo tempo que “cose” as praças, apenas pelo simples acto de estar na praça.

Juntamente com os cinco elementos identitários identificados juntam-se os dois elementos propostos, resultando na perfeição também representativa do número sete (pág. 100/102), e que se mostram caracterizadores da identidade e apropriação vimaranense.

Podemos assim esperar que a nossa dissertação cumpra com os objectivos a que nos propomos: averiguar a importância do lugar na identidade e apropriação das pessoas nesta mundialidade virtual.

Tendo consciência da abrangência do tema proposto na nossa pesquisa, e sendo este documento apenas um primeiro projecto de investigação – dissertação para obtenção do grau de mestre, do curso de mestrado integrado em arquitectura – terão certamente ficado várias questões por abordar e explorar. Contudo, consideramos que esta primeira abordagem é capaz de constituir numa boa base de pesquisa sobre o tema, respondendo simultaneamente aos principais objectivos propostos para a presente dissertação.

O tema abordado deixa um sem número de opções em aberto, mas uma vez que nos centramos exclusivamente no lugar, enquanto sítio de identidade e apropriação, uma hipótese para a continuidade do estudo seria aprofundar a investigação no sentido das constantes variáveis que surgem desgovernadas nesta era tecnológica repleta de Praças Virtuais, onde a arquitectura se sente na simples manipulação do “Photoshop”, que se maquilha numa sedutora, mas efémera, apropriação de vazios. Este poderá ser, então, um ponto de partida para futuros projectos de investigação...

## **Bibliografia**

### **Bibliografia Referenciada**

ARROYO, Mônica.(1996) A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, ana Fani Alessandri. (org) Ensaios de Geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 55-62.

AZEVEDO, Trocato. (2000) Memórias ressuscitadas da Antiga Guimarães. 2 (ed). Editor: Paulo Tiago Monteiro Dias de Castro

AGUIAR, José, (2000) A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares, in Processo de Candidatura de Guimarães à Inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, Guimarães, CMG

ALMEIDA, Ana raquel Martins de. (2006) Sustentabilidade dos espaços públicos na reabilitação de núcleos urbanos: questão das praças, Julho 2006 Lisboa FAL

BORJA, Jordi; MUXI, Zaida – El Espacio público: ciudad y ciudadanía – Barcelona: Electa, 2003.

BUTTIMER, Anna. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CRISTOFOLLETI. Antônio. Prespectiva da Geografia. São Paulo: Difel, 1982.

CARLOS, Ana F. A.(1996) O lugar no/do Mundo. São Paulo: HUCITEC.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-Tempo na Metropole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001

CACHADA, Armindo. (1992) Guimarães - Roteiro Turistico. Zona de Turimo d Guimarães

CORTÁZAR, José Ángel Garcia de (1985), Organización social del espácio en la españa medieval

CALVINO, Italo. As Cidades Invisíveis; Lisboa: Teorema, 2002 [12º Ed.]. Trad. José Colaço Barreiros.

CASTELLS, Manuel. 2002. A era da informação: economia, sociedade e cultura : Vol.1 - A Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian. Tradução de: Alexandra Lemos e Rita Espanha. Coordenação: José Oliveira e Gustavo Cardoso.

CALDAS, Padre António José Ferreira Caldas - Apontamentos para a sua História, 2.<sup>a</sup> Edição, Guimarães, CMG/SMS, 1996, parte I, pp. 25/32

CRUZ, Rodrigo Díaz (1993). Experiencias de la Identidad. In Revista Internacional de Filosofía Política, nº2, pp. 62-74.

DUBAR, C. (1997). A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais. Porto: Porto Editora (cd.or. 1991, 1995).

FOCILLON, Henri. A Vida das Formas. 1ª ed. Lisboa: Edições 70. Tradução Ruy Oliveira

FRAZÃO, Miguel, (2000) - O G.T.L e o Planeamento Urbanístico do concelho, in Processo de Candidatura de Guimarães à Inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, Guimarães, CMG.

FERNANDES, António Teixeira (2002) - Memória e Identidade em Comunidade Autárquica: Arouca na encruzilhada do passado e do futuro. Porto: Câmara Municipal de Arouca.

FERREIRA, Maria da conceição Falcão - 2010, Guimarães: 'duas vilas, um só povo' : estudo de história urbana: 1250-1389

HEBBERT. Michael. (2005). The street as locus of collective memory. Environment and Planning : Society and Space, Vol. 23, p. 581-596.

HERZOG, Jaque citado por TORI, (2002) Tokisho - Immaterial ultramaterial architecture, design and materials, Discussion with Jagues Herzog, New York : George Braziller

HALL, Stuart 2001: A identidade cultural na pós-modernidade. 6. (ed.), Rio de Janeiro: DP& A

HARVEY, David (1992): From Space to Place and Back Again: Reflections on The Condition of Postmodernity, in Bird, J et al. (Eds.), Mapping the Futures. Local Cultures, Global Change, Routledge, Londres

HOLZER, Werther. (1997) Uma discussão fenomenológica sobre conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. In: Território. Rio de Janeiro: Garamond. LAGET/UFRJ, n. 03, p. 77-85.

HULL, John M.(1997) - On Sight and Insight: A Journey into the World of Blindness, Oxford: Oneworld Publications

GEHL, J. e GEMZOE, L. (2002) Novos espaços urbanos, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA

GOITIA (2006) Breve História do Urbanismo, Queluz de Baixo: Editorial Presença

GASPAR, Jorge. (2010) Guimarães, cidade e urbanidade

GONÇALVES, Maria João. (1996) Reabilitação Urbana Desenvolvimento Local Cultural urbana, In III encontro nacional de Municípios com centro Histórico. Viana do Castelo-Guimarães. Actas, V 2. Câmara Municipal de Viana do Castelo, p 301-314.

LAMAS, J. M. R. G. (2004). Morfologia urbana e desenho da cidade. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia

LE CORBUSIER. (1994) - Por uma arquitectura, São Paulo: Editora Perspectiva.

LE CORBUSIER. (1930) – Preciso sobre um estado presente da arquitectura e do urbanismo, São Paulo: Cosac Naify.

LEVY, E. (1997) Democracia nas cidades globais: um estudo sobre Londres e São Paulo. São Paulo, Studio Nobel.

LYNCH, Kevin.(2007). A Boa Forma da Cidade. 13ª ed. Lisboa: Edições 70. Tradução de Jorge Manuel Costa Almeida e Pinto.

LYNCH, Kevin. (2008). A Imagem da Cidade. 1ª ed. Lisboa: Edições 70. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso.

LOPES, David Senabre. (2008) Cidades Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid, pp 191 -210

MUGA, Henrique. 2005. Psicologia da Arquitectura. Canelas: Gailivro.

MARQUES, E. e TORRES, H. (1997) São Paulo no sistema mundial de cidades. Encontro Alas, São Paulo.

MATA, Luis antonio. (1996) A importância de investigação histórica na recuperação dos centros antigos- o caso de Santarém, In III encontro nacional de Municípios com centro Histórico. Viana do Castelo- Guimarães. Actas, V 2. Câmara Municipal de Viana do Castelo, p 111-117.

OLIVEIRA, J.M Pereira. In: Cadernos de geografia, n 17, 1998 Coimbra FLUC, pp 123 129.

ORTIGÃO, Ramalho, (1896) Arte Portuguesa, Lisboa, Livraria Clássica Editora 1896 (reedição de 1943)

PELLEGRINO, Pierre (1983) Identité régionale et représentations collectives de l'espace, Genebra, CraalFNSRS.

PALLASMAA, Juhani. (2005) - Os Olhos da Pele, Porto-Alegre: Bookman

RELPH, Zech C. (1979) As bases fenomenológicas da geografia. Geografia, n. 4, v. 7, p. 1-25.

RASMUSSEN, Steen Eiler (2002). Arquitectura vivenciada. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo.

ROSSI, Aldo. (1966). A arquitectura da cidade. Lisboa: Edição Cosmos.

RAMOS, Antonio Manuel Alves; GUERRA, Antonio Luís Melo. 1996, Revitalização e reabilitação do centro histórico, In III Encontro Nacional de Municípios com centro Histórico. Viana do Castelo- Castelo. Actas, V2. Camara Municipal de Viana do Castelo, p. 221-224

SÁ, Alberto (2001) Sinais da Guimarães Urbana em 1498, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga

SMITH, Anthony D. (2004), The Antiquity of Nations, Cambridge, Polity.

SANTOS, Milton. (1990) Metamorfoses do espaço habitado. 3º ed. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Milton (2005). Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp.

SANTOS, Milton.(2002) Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 9. ed. Rio de Janeiro: Record.

SALDANHA, N. (1993). O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica, São Paulo: EDUSP.

SASSEN, S. (1998) As cidades na economia mundial, São Paulo, Studio Nobel, 1998.

SERRÃO, Ana Monteiro. (2007). O Museu como Polo de Desenvolvimento Local : O Caso do Museu / Escola de Rendas de Bilros de Vila do Conde. Porto. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

TUAN, Yi Fu.(2003) Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Edusp,

ZUMTHOR, Peter (2006) - Atmosferas, Barcelona: GG.

### **Consultas electrónicas**

FERRÃO, Prof. arq. Bernardo, A Evolução da forma Urbana de Guimarães e a criação do seu patrimonio Edificado  
[http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer\\_file/document/799/470409.pdf](http://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/799/470409.pdf)

FROCHTENGARTEN, Fernando. 2005. A Memória Oral no Mundo Contemporâneo. Estudos Avançado. Vol. 19, nº 55. São Paulo. p. 367-376. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142005000300027&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142005000300027&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 Apr 2008. doi: 10.1590/S0103-40142005000300027

MENEGUELLO, Cristina (2005) O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=121>.

MARTINS, Maria Laura (2000) Estudo do centro Histórico de Guimarães. Disponível em [http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ncr/de\\_civil/2000\\_Martins.pdf](http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ncr/de_civil/2000_Martins.pdf)

PEREIRA, Isabel (Maria Helena Barreiros, Rita Alegre) (2000) Perspectiva Urbanística e Normativa do Património Cultural Edificado (Parte I). Disponível em <http://ulisses.cmlisboa.pt/data/002/003/003/artigo.php?ml=2&x=b11a2pt.xml>. [17.04.2008]

RIBEIRO, Z. (2008) Praças e Lazer: Dinâmica de uso e apropriação de espaços públicos em Sorriso, Mestrado, Universidade Federal do Mato Grosso, Disponível em: <http://216.239.59.104/search?q=cache:nBqOTaEoAP8J:www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx%3FModule%3DFiles/FileDescription%26ID%3D1833%26lang%3Dpt+m+estrada+sobre+pra%C3%A7as&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=5>

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. Tempo Social. Ver. Social. USP, 5 (1-2): 31-52.

SOBRAL, José Manuel.(1999) Da Casa à Nação: Passado, Memória e Identidade. Etnográfica. Vol. III.pp 71-86. Disponível na Internet em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_03/N1/Vol\\_iii\\_N1\\_71-86.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N1/Vol_iii_N1_71-86.pdf)>

SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e interpretação da realidade: o discurso da história

ZUMTHOR, Peter (1997) - Entrevista in “berlage Papers 22, Outono 1997, p. 2

## **Anexos**

### **ANEXO 1 (Carta de Atenas)**

(Dada a extensão do documento, apenas são reproduzidas as partes mais significativas e com relevância para a investigação aqui em análise)

Assembleia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna – 1931

### **PATRIMONIO HISTÓRICO DAS CIDADES**

#### **65- Os valores arquitectónicos dever ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos).**

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do génio humano. Eles fazem parte do património humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua protecção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos herança.

#### **66- Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral.**

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar nos testemunhos do passado aquelas que ainda estão bem viva. Nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças, insígnias, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras demolidas; em outros casos poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil.

Enfim, em certos excepcionais, poderá ser aventada a transplantação de elementos incómodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico.

#### **67- Se sua conservação não acarreta o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres.**

Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do estetismo de que da solidariedade militam a favor da conservação

de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam. É assumir uma grave responsabilidade. O problema deve ser estudado e pode às vezes ser resolvido por uma solução engenhosa; mas, em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e a saúde moral do indivíduo.

**68- Se é possível remediar sua presença prejudicial com medidas radicais: por exemplo, o destino de elementos vitais de circulação ou mesmo o deslocamento de centros considerados até então imutáveis.**

O crescimento excepcional de uma cidade pode criar uma situação perigosa, levando a um impasse do qual só se sairá mediante alguns sacrifícios. O obstáculo só poderá ser suprimido pela demolição. Mas, quando esta medida acarreta a destruição de verdadeiros valores arquitectónicos, históricos ou espirituais, mais vale, sem dúvida, procurar uma outra solução. Ao invés de suprimir o obstáculo à circulação desviar-se-á a própria circulação ou, se as condições o permitirem impor-se-lhe-á uma passagem sob um túnel. Enfim, pode-se também deslocar um centro de actividade intensa e, transplantando-o para outra parte, mudar inteiramente o regime circulatório da zona congestionada. A imaginação, a invenção e os recursos técnicos devem combinar-se para chegar a desfazer os nós que parecem mais inextricáveis.

**69- A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará a ocasião para criar superfícies verdes.**

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente.

**70- O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, tem consequências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma.**

Tais métodos são contrários à grande lição da história. Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o “falso” como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o “falso” ao “verdadeiro”, longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz



apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar.

## **ANEXO 2 (Carta de Veneza)**

(Dada a extensão do documento, apenas são reproduzidas as partes mais significativas e com relevância para a investigação aqui em incidência)

### **CARTA INTERNACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DOS MONUMENTOS E DOS SÍTIOS**

Portadoras de uma mensagem espiritual do passado, as obras monumentais dos povos constituem actualmente o testemunho vivo das suas tradições seculares. A humanidade, que toma cada dia consciência da unidade dos valores humanos, considera-os como um património comum e, face às gerações futuras, reconhece-se solidariamente responsável pela sua salvaguarda. Ela compromete-se a transmiti-los em toda a sua autenticidade.

Em consequência, o 2º Congresso internacional de Arquitectos e de Técnicos de Monumentos Históricos, reunidos em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964 aprovam o seguinte texto:

#### **Definições**

**Artigo 1.º** - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural.

**Artigo 2.º** - A conservação e o restauro dos monumentos exige a colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e para a salvaguarda do património monumental.

**Artigo 3.º** - A conservação e o restauro dos monumentos visam salvaguardar, quer a obra de arte, quer o testemunho histórico.

#### **Conservação**

**Artigo 4.º** - A conservação dos monumentos impõe, em primeiro lugar, uma manutenção permanente dos mesmos.

**Artigo 5.º** - A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade. Tal afectação é desejável mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que se podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

**Artigo 6.º** - A conservação de um monumento implica a conservação de uma zona envolvente à sua escala. Quando ainda exista o enquadramento tradicional, este deverá ser

conservado, não devendo ser permitidas construções novas, demolições ou quaisquer arranjos susceptíveis de alterar as relações de volume e cor.

**Artigo 7.º** - O monumento é inseparável da História, da qual é testemunho, e também do meio onde está inserido. Consequentemente, a deslocação de um monumento, na totalidade ou apenas de uma parte, não pode ser permitida, a não ser que a sua salvaguarda o exija, ou quando razões de relevante interesse nacional ou internacional o justifiquem.

**Artigo 8.º** - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele, a não ser que esta seja a única forma de assegurar a sua conservação.

## **Restauro**

**Artigo 9.º** - O restauro é uma operação altamente especializada que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos. Não devem ser empreendidos restauros quando se está em presença de hipóteses visando reconstituições conjecturais. Nestes casos, qualquer acréscimo ou complemento, que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá harmonizar-se arquitectonicamente com o existente e deixar clara a sua contemporaneidade. O restauro deverá ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

**Artigo 10.º** - Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser assegurada através do recurso a outras técnicas modernas de conservação e de construção, desde que a sua eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência.

**Artigo 11.º** - A unidade de estilo não deve constituir um objectivo a alcançar no decurso de um restauro. Pelo contrário, devem ser respeitados os contributos válidos das diferentes fases de construção. Quando um edifício contiver estilos diferentes, em resultado de diversas campanhas de obras ao longo do tempo, não se justifica a remoção de partes do edifício, a não ser excepcionalmente, quando os elementos a remover tenham pouco interesse e quando aquilo que se pretenda pôr a descoberto possua um relevante valor histórico, arqueológico ou estético, e o seu estado de conservação seja suficientemente aceitável para justificar a acção. A apreciação sobre o valor histórico, arqueológico ou estético dos referidos elementos e a decisão sobre as eventuais remoções a efectuar não podem depender unicamente da opinião do responsável pelo restauro.

**Artigo 12.º** - Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se sempre das partes originais, a fim de que o restauro não falseie o significado artístico ou histórico do documento.

**Artigo 13.º** - Os novos acrescentos apenas podem ser tolerados se respeitarem todas as partes interessantes do edifício, bem como a sua localização tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas tradicionais relações com o meio envolvente.

## **Sítios monumentais**

**Artigo 14.º** - Os sítios monumentais devem ser objecto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e de assegurar a sua limpeza, organização harmoniosa e valorização. Os trabalhos de conservação e de restauro a efectuar nos sítios monumentais devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

### **ANEXO 3 (Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural)**

(Dada a extensão do documento, apenas são reproduzidas as partes mais significativas e com relevância para a investigação aqui em incidência)

A conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua decima sétima sessão:

## **II – Protecção nacional e protecção internacional do património cultural e natural**

**Artigo 4.º** - Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º e situado no seu território constitui obrigação primordial. Para tal, deverá esforçar-se, quer por esforço próprio, utilizando no máximo os seus recursos disponíveis, quer, se necessário, mediante a assistência e a cooperação internacionais de que possa beneficiar, nomeadamente no plano financeiro, artístico, científico e técnico.

### **Artigo 11.º**

1 – Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá submeter, em toda a medida do possível, ao Comité do Património Mundial um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e susceptíveis de serem inscritos na lista prevista no parágrafo 2 do presente artigo. Tal inventário, que não será considerado exaustivo, deverá comportar uma documentação sobre o local dos bens em questão e sobre o interesse que apresentam.

2 – Com base nos inventários submetidos pelos Estados em aplicação do parágrafo 1 acima, o Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir, sob o nome de «lista do património mundial», uma lista dos bens do património cultural e do património natural tal como definidos nos artigos 1.º e 2.º da presente Convenção, que considere como tendo um valor universal excepcional em aplicação dos critérios que tiver estabelecido. De dois em dois anos deverá ser difundida uma actualização da lista.

3 – A inscrição de um bem na lista do património mundial apenas poderá ser feita com o consentimento do Estado interessado. A inscrição de um bem situado num território que seja objecto de reivindicação de soberania ou de jurisdição por vários Estados não prejudicará em nada os direitos das partes no diferendo.

4 – O Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir, sempre que as circunstâncias o exigam, sob o nome de «lista do património mundial em perigo», uma lista dos bens que

figurem na lista do património mundial para a salvaguarda dos quais sejam necessários grandes trabalhos e para os quais tenha sido pedida assistência, nos termos da presente Convenção. Tal lista deverá conter uma estimativa do custo das operações. Apenas poderão figurar nesta lista os bens do património cultural e natural ameaçados de desaparecimento devido a uma degradação acelerada, projectos de grandes trabalhos públicos ou privados, rápido desenvolvimentos urbano e turístico, destruição devida a mudança de utilização ou de propriedade da terra, alterações profundas devidas a uma causa desconhecida, abandono por um qualquer motivo, conflito armado surgido ou ameaçando surgir, calamidades e cataclismos, grandes incêndios, sismos, deslocações de terras, erupções vulcânicas, modificações do nível das águas, inundações e maremotos. O Comité poderá, em qualquer momento e em caso de urgência, proceder a nova inscrição na lista do património mundial em perigo e dar a tal inscrição difusão imediata.

5 – O Comité definirá os critérios com base nos quais um bem do património cultural e natural poderá ser inscrito em qualquer das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo.

6 – Antes de recusar um pedido de inscrição numa das duas listas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo, o Comité deverá consultar o Estado parte no território do qual esteja situado o bem do património cultural ou natural em causa.

7 – O Comité, com o consentimento dos Estados interessados, coordenará e encorajará os estudos e as pesquisas necessárias à constituição das listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo.

### **Artigo 13.º**

1 – O Comité do Património Mundial deverá aceitar e estudar os pedidos de assistência internacional formulados pelos Estados parte na presente Convenção no que respeita aos bens do património cultural e natural situados nos seus territórios, que figuram ou sejam susceptíveis de figurar nas listas referidas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.º. Tais pedidos poderão ter por objecto a protecção, conservação, valorização ou restauro de tais bens.

2 – Os pedidos de assistência internacional em aplicação do parágrafo 1 do presente artigo poderão igualmente ter por objecto a identificação de bens do património cultural e natural definido nos artigos 1.º e 2.º, sempre que pesquisas preliminares tenham permitido estabelecer que as mesmas merecem ser prosseguidas.

3 – O Comité deverá decidir do andamento a dar a tais pedidos, determinar, se necessário, a natureza e importância da sua ajuda e autorizar a conclusão, em seu nome, de acordos necessários com o governo interessado.

4 – O Comité deverá determinar uma ordem de prioridade para as suas intervenções. Fá-lo-á tendo em conta a importância respectiva dos bens a salvaguardar para o património mundial, cultural e natural, a necessidade em assegurar assistência internacional aos bens mais representativos da natureza ou do génio e da história do mundo e da urgência dos trabalhos a empreender, a importância dos recursos dos Estados no território dos quais se encontrem os bens ameaçados e principalmente a medida em que tais Estados poderiam assegurar a salvaguarda de tais bens pelos seus próprios meios.

5 – O Comité deverá estabelecer, actualizar e difundir uma lista dos bens para os quais tenha sido dada assistência internacional.

6 – O Comité deverá decidir da utilização dos recursos do fundo criado nos termos do artigo 15.º da presente Convenção. Procurará os meios de aumentar tais recursos e tomará todas as medidas úteis para o efeito.

7 – O Comité deverá cooperar com as organizações internacionais e nacionais, governamentais e não-governamentais, com objectivos idênticos aos da presente Convenção. Para a aplicação dos programas e execução dos seus projectos, o Comité poderá recorrer a tais organizações, especialmente do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro dos Bens Culturais (Centro de Roma), ao Conselho Internacional dos Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e à União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN), assim como a outros organismos públicos ou privados e a pessoas privadas.

8 – As decisões do Comité serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. O quórum será constituído pela maioria dos membros do Comité.

#### **ANEXO 4 (Carta Europeia do Património Arquitectónico)**

(Dada a extensão do documento, apenas são reproduzidas as partes mais significativas e com relevância para a investigação aqui em incidência)

Amsterdão, Outubro de 1975

Adopta e proclama os princípios da presente Carta, preparada pelo Comité dos Monumentos e Sítios do conselho da Europa:

**1.º- O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.**

Durante muito tempo só se protegeram e restauraram os monumentos mais importantes sem ter em conta o seu enquadramento. Ora, eles podem perder uma grande parte do seu carácter se esse enquadramento for alterado. Por outro lado, os conjuntos, mesmo na ausência de edifícios excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosferas que faz deles obras de arte diversificadas e articuladas. São estes conjuntos que importa também conservar como tais. O património arquitectónico testemunha a presença da história e da sua importância na nossa vida.

**2.º A encarnação do passado no património arquitectónico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desabrochar do homem.**

Os homens do nosso tempo, em presença de uma civilização que muda de face e em que os perigos são tão gritantes quanto os sucessos, sentem instintivamente o valor desse património. Trata-se de uma parte essencial a memória dos homens de hoje, e na falta da sua transmissão às gerações futuras, na sua autêntica riqueza e na sua diversidade, a humanidade seria amputada duma parte da consciência da sua própria duração.

### **3.º O património arquitectónico é um capital espiritual, e cultural, económico e social de valor insubstituível.**

Cada geração interpreta o passado de uma maneira diferente e dele retira ideias novas. Qualquer diminuição deste capital constitui um empobrecimento tanto mais quanto a perda dos valores acumulados não pode ser compensada mesmo por criações de grande qualidade. Por outro lado, a necessidade de poupança de recursos impõe-se à nossa sociedade. Longe de ser um luxo para a comunidade, a utilização desse património é uma fonte de economias.

### **4.º A estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades.**

Estes conjuntos constituem, com efeito, meios adequados ao desenvolvimento de um largo leque de actividades. No passado, eles terão evitado a segregação das classes sociais. Eles poderão de novo facilitar uma boa repartição das actividades e uma mais ampla integração das populações.

### **5.º O património arquitectónico tem um valor educativo determinante.**

Ele oferece um manancial privilegiado de explicações e de comparações do sentido das formas e uma fonte de exemplos das suas utilizações. Ora, a imagem e o contacto directo adquirem de novo uma importância decisiva na formação dos homens. Importa por isso conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências. A sobrevivência destes testemunhos não estará assegurada se a necessidade da sua protecção não for compreendida pela grande maioria das pessoas e especialmente pelas gerações mais jovens que terão amanhã responsabilidade sobre eles.

### **6.º Este património está em perigo.**

Ele está ameaçado pela ignorância, pela vetustez, pela degradação sob todas as suas formas, pelo abandono. Um certo urbanismo torna-se destruidor quando as autoridades são exageradamente sensíveis às pressões económicas e às exigências da circulação. A tecnologia contemporânea, mal aplicada, deteriora as estruturas antigas. Os restauros abusivos são nefastos. Finalmente e sobretudo, a especulação financeira e mobiliária tira partido de tudo e aniquila os melhores planos.

### **7.º A conservação integrada afasta as ameaças.**

A conservação integrada é o resultado da acção conjugada de técnicas de restauro e da procura das funções apropriadas. A evolução histórica conduziu que os centros degradados das grandes cidades e ao mesmo tempo as aldeias abandonadas se tornassem reservas de alojamento barato. O seu restauro deve ser feito num espírito de justiça social e não deve ser acompanhado do êxodo de todos os habitantes de condição modesta. A conservação integrada deve ser, por conseguinte, um dos pressupostos importantes da planificação urbana e regional. Convém notar que esta conservação integrada não é exclusiva de toda a arquitectura contemporânea em conjuntos antigos, mas esta deverá ter em maior consideração o quadro existente, respeitar as proporções, a forma e a disposição dos volumes, bem como os materiais tradicionais.

### **8.º A conservação integrada requer o emprego de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.**

Meios jurídicos: a conservação integrada deve utilizar todas as leis e regulamentos existentes que possam contribuir para a salvaguarda e protecção do património, qualquer que seja a sua origem. Quando estas disposições não permitem atingir os fins procurados, é necessário completá-las e criar os instrumentos jurídicos indispensáveis nos níveis apropriados: nacional, regional e local. Meios administrativos: a aplicação de uma tal política exige a criação de estruturas administrativas adequadas e suficientemente operantes. Meios financeiros: a manutenção e o restauro dos elementos do património arquitectónico devem beneficiar, caso necessitem, de todos os apoios e incentivos financeiros necessários, incluindo as medidas fiscais. É essencial que os meios financeiros consagrados pelos poderes públicos ao restauro dos bairros antigos sejam pelo menos iguais aos que são reservados à construção nova. Meios técnicos: os arquitectos, os técnicos de todas as especialidades, as empresas especializadas, os artesãos qualificados susceptíveis de levar a bom termo os restauros, são em número insuficiente. Importa desenvolver a formação e o emprego dos quadros e mão-de-obra, convidar a indústria da construção a adaptar-se a estas necessidades e favorecer o desenvolvimento de um artesanato ameaçado de desaparecer.

#### **9.º A participação de todos é indispensável ao sucesso da conservação integrada.**

Se bem que o património arquitectónico seja propriedade de todos, cada uma das suas partes está à mercê de cada um. Aliás, cada geração não dispõe do património arquitectónico, senão a título transitório. Ela é responsável pela sua transmissão às gerações futuras. A informação do público deve ser tanto mais desenvolvida quanto os cidadãos têm o direito de participar nas decisões que dizem respeito ao seu quadro de vida.

#### **10.º O património arquitectónico é um bem comum do nosso continente.**

Todos os problemas de conservação são comuns a toda a Europa e devem ser tratados de uma forma coordenada. Cabe ao Conselho da Europa assegurar a coerência da política dos seus Estados membros e de promover a sua solidariedade.

### **ANEXO 5 (Resolução Relativa à arquitectura Contemporânea)**

(Dada a extensão do documento, apenas são reproduzidas as partes mais significativas e com relevância para a investigação aqui em incidência)

#### **Conselho da Europa, 23 de Novembro de 1983**

**9º** - Chamar a atenção para a necessidade de integrar uma construção contemporânea humanizada e de qualidade no conjunto da arquitectura existente, com vista a garantir uma certa continuidade na tradição arquitectónica;

**10º** - Procurar assegurar o prosseguimento da expansão das cidades e vilas europeias sempre no respeito pela importância da conservação do carácter dos centros históricos existentes;

**11º** - Alertar para o Seminário sobre construções novas em conjuntos antigos realizados em Bristol em Março de 1982 pelo Conselho da Europa;

**12º** - Persuadir os organismos de planeamento a adoptarem uma atitude muito mais positiva face às possibilidades de adjunção de elementos de arquitectura contemporânea nos locais históricos, e a procurarem o apoio da opinião pública e das organizações de

defesa do património para que não se recorra à imitação a não ser em casos excepcionalmente ou a título provisório;

**13º** - Insistir para as regras relativas à gestão dos conjuntos protegidos, sem deixarem de ser rigorosas o bastante para impedirem a destruição, a demolição e a perda, sejam suficientemente maleáveis para encorajarem a inovação e não inibirem o talento.

## **ANEXO 6 (Carta internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas)**

(Dada a extensão do documento, apenas são reproduzidas as partes mais significativas e com relevância para a investigação aqui em incidência)

Carta de Washington, 1986

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

### **Princípios e Objectivos**

**1. -** A salvaguarda das cidades e bairros históricos deve, para ser eficaz, fazer parte integrante de uma política coerente de desenvolvimento económico e social, e ser tomada em conta nos planos de ordenamento e de urbanização, a todos os níveis.

**2. -** Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem, em particular:

a) a forma urbana, definida pela trama e suas parcelas;

b) as relações entre os diferentes espaços urbanos: espaços construídos, espaços livres, espaços plantados;

c) a forma e o aspecto dos edifícios (interior e exterior), tais como eles se definem pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;

d) as relações da cidade com o seu enquadramento natural ou criado pelo homem;

e) as vocações diversas da cidade, adquiridas no decurso da sua história.

**3.-** A participação e a implicação dos habitantes de toda a cidade são indispensáveis ao sucesso da salvaguarda. Elas devem ser procuradas em todas as circunstâncias, e favorecidas pela necessária tomada de consciência de todas as gerações. Nunca se deve esquecer que a salvaguarda das cidades e bairros históricos respeita, em primeiro lugar, aos seus habitantes.

**4.-** As intervenções num bairro ou numa cidade histórica devem ser conduzidas com prudência, método e rigor, evitando todo o dogmatismo, mas tendo em conta problemas específicos, em cada caso particular.

### **Métodos e Instrumentos**

**5.-** A planificação da salvaguarda das cidades e bairros históricos deve ser precedida de estudos pluridisciplinares. · Plano de Salvaguarda deve compreender uma análise dos dados, nomeadamente arqueológicos, históricos, arquitectónicos, sociológicos e



económicos, e deve definir as principais orientações e as modalidades das acções a empreender nos planos jurídico, administrativo e financeiro.

- Plano de Salvaguarda deverá esforçar-se por definir uma articulação harmoniosa dos bairros históricos com o conjunto da cidade.

- Plano de Salvaguarda deve determinar os edifícios ou grupos de edifícios a proteger particularmente, a conservar em certas condições e, em circunstâncias excepcionais, a destruir.

- Estado dos locais será rigorosamente documentado antes de qualquer intervenção.

- Plano deverá beneficiar da adesão dos habitantes.

**6.-** Na expectativa da adopção de um Plano de Salvaguarda, as acções necessárias à conservação devem ser empreendidas no respeito dos princípios e métodos da presente Carta e da Carta de Veneza.

**7.-** A conservação das cidades e dos bairros históricos implica uma manutenção permanente do que está construído.

**8.-** As funções novas e as redes de infra-estruturas exigidas pela vida contemporânea devem ser adaptadas às especificidades das cidades históricas.

**9.-** O melhoramento do "habitat" deve constituir um dos objectivos fundamentais da salvaguarda.

**10.-** No caso de ser necessário efectuar transformações de imóveis, ou de os construir de novo, todo o acrescentamento deverá respeitar a organização espacial existente, nomeadamente os seus aspectos parcelares e a sua escala, como o impõem a qualidade e o valor de conjunto das construções existentes. A introdução de elementos de carácter contemporâneo, sob reserva de não prejudicarem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento.

**11.-** Interessa concorrer para um melhor conhecimento do passado das cidades históricas, favorecendo as pesquisas de arqueologia urbana e a apresentação apropriada das suas descobertas sem prejudicar a organização geral do tecido urbano.

**12.-** A circulação dos veículos deve ser estreitamente regulamentada no interior das cidades e dos bairros históricos; as áreas de estacionamento deverão ser arranjadas de maneira a não degradar o seu aspecto, nem o do seu enquadramento.

**13.-** As grandes redes de estradas, previstas no quadro do ordenamento do território, não devem penetrar nas cidades históricas, mas somente facilitar o tráfego que dessas cidades se aproxima, permitindo-lhe um acesso fácil.

**14.-** Medidas preventivas contra as catástrofes naturais e contra todos os demais obstáculos (designadamente as poluições e as vibrações) devem ser tomadas a favor das cidades históricas, e isto tanto para assegurar a salvaguarda do seu património, como para a segurança e o bem-estar dos seus habitantes. Os meios postos em acção para prevenir ou reparar os efeitos de todas as calamidades devem ser adaptados ao carácter específico dos bens a salvaguardar.

**15.-** Em ordem a assegurar a participação e a implicação dos habitantes, deve desenvolver-se uma informação geral, começando desde a idade escolar. Deve ser favorecida a acção

das associações de defesa do património, e devem ser tomadas medidas financeiras de natureza a facilitar a conservação e o restauro do que existe construído.

**16.-** A salvaguarda exige que se organize uma formação especializada visando todas as profissões nela implicadas. Chamar a atenção para a necessidade de integrar uma construção contemporânea humanizada e de qualidade no conjunto da arquitectura existente, com vista a garantir uma certa continuidade na tradição arquitectónica;

## **ANEXO 7 (Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa)**

(Dada a extensão do documento, apenas são reproduzidas as partes mais significativas e com relevância para a investigação aqui em incidência)

Convenção de Granada para Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa nº- de 03/10/1985 (Documento 1309 Versão 1, em vigor desde 23/01/1991) Título: Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa

### **Definição do património arquitectónico**

#### **Artigo 1.º**

Para os fins da presente Convenção, a expressão «património arquitectónico» é considerada como integrando os seguintes bens imóveis:

- 1) Os monumentos: todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções;
- 2) Os conjuntos arquitectónicos: agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica;
- 3) Os sítios: obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico.

### **Identificação dos bens a proteger**

#### **Artigo 2.º**

A fim de identificar com precisão os monumentos, conjuntos arquitectónicos e sítios susceptíveis de serem protegidos, as Partes comprometem-se a manter o respectivo inventário e, em caso de ameaça dos referidos bens, a preparar, com a possível brevidade, documentação adequada.

### **Processos legais de protecção**

### **Artigo 3.º**

As Partes comprometem-se:

- 1) A implementar um regime legal de protecção do património arquitectónico;
- 2) A assegurar, no âmbito desse regime e de acordo com modalidades próprias de cada Estado ou região, a protecção dos monumentos, conjuntos arquitectónicos e sítios.

### **Artigo 4.º**

As Partes comprometem-se:

- 1) A aplicar, tendo em vista a protecção jurídica dos bens em causa, os processos de controlo e autorização adequados;
- 2) A impedir que bens protegidos sejam desfigurados, degradados ou demolidos. Nesta perspectiva, as Partes comprometem-se, caso não o tenham já feito, a introduzir nas respectivas legislações disposições que prevejam:
  - a) A submissão a uma autoridade competente de projectos de demolição ou de alteração de monumentos já protegidos ou em relação aos quais esteja pendente uma acção de protecção, assim como de qualquer projecto que afecte o respectivo meio ambiente;
  - b) A submissão a uma autoridade competente de projectos que afectem, total ou parcialmente, um conjunto arquitectónico ou um sítio, relativos a obras:

De demolição de edifícios;

De construção de novos edifícios;

De alterações consideráveis que prejudiquem as características do conjunto arquitectónico ou do sítio;

c) A possibilidade de os poderes públicos intimarem o proprietário de um bem protegido a realizar obras ou de se lhe substituírem, caso este as não faça;

d) A possibilidade de expropriar um bem protegido.

### **Artigo 5.º**

As Partes comprometem-se a não permitir a remoção, total ou parcial, de um monumento protegido, salvo na hipótese de a protecção física desse monumento o exigir de forma imperativa. Em tal caso, a autoridade competente toma as precauções necessárias à respectiva desmontagem, transferência e remontagem em local adequado.

### **Medidas complementares**

### **Artigo 6.º**

As Partes comprometem-se a:

- 1) Prever, em função das competências nacionais, regionais e locais, e dentro dos limites dos orçamentos disponíveis, um apoio financeiro dos poderes públicos às obras de manutenção e restauro do património cultural situado no respectivo território;
- 2) Recorrer, se necessário, a medidas fiscais susceptíveis de facilitar a conservação desse património;
- 3) Apoiar as iniciativas privadas no domínio da manutenção e restauro desse património.

## **Artigo 7.º**

Nas áreas circundantes dos monumentos, no interior dos conjuntos arquitectónicos e dos sítios, as Partes comprometem-se a adoptar medidas que visem melhorar a qualidade do ambiente.

## **ANEXO 8 (Regulamento de intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães)**

(Dada a extensão do documento, apenas são reproduzidas as partes mais significativas e com relevância para a investigação aqui em incidência)

### **CAPITULO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **Artigo 9.º**

Todos os edifícios terão de possuir, para cada uma das suas partes autónomas, uma utilização bem definida. Tal utilização terá de constar, de forma inequívoca, nos projectos submetidos a apreciação municipal e nas correspondentes licenças de construção e de utilização. As alterações de função e as mudanças de actividade comercial, têm igualmente de ser antecedidas de licença municipal, mesmo quando para o efeito não seja necessária a realização de obras.

### **CAPITULO II**

#### **Áreas Comerciais, Publicidade, Toldos e Vitrines**

##### **Artigo 12.º**

Todas as remodelações de interiores em áreas comerciais e a ocupação duradoura do espaço público, nomeadamente com publicidade, toldos, alpendres, vitrines e guarda Ventos, carecem de licença municipal, mediante projecto de licenciamento nos termos do capítulo III. São da estrita responsabilidade do arquitecto, qualquer tipo de obra constante deste capítulo II.

##### **Artigo 13.º**

Todo o tipo de obras a executar em áreas destinadas a comércio terão de ser alvo de cuidados especiais, tendo em vista o carácter e a expressão arquitectónica dos edifícios em que se integrem ou venha a integrar.

- a) Na área de intervenção do GTL, apenas são permitidas áreas comerciais ao nível dos pisos térreos;
- b) É interdito o rasgamento de vãos em todas as obras que alterem a tipologia da fachada do edifício;

c) É interdita a utilização de vidro directamente adossado às paredes dos edifícios. Deverão obrigatoriamente ser utilizadas caixilharias nos materiais acima indicados.

## **CAPITULO IV**

### **Materiais a Utilizar**

#### **Artigo 19.º**

##### **Coberturas**

- a) Só serão admitidas as coberturas estruturadas a madeira. É proibida a utilização de lajes de betão nas coberturas. É igualmente interdita a alteração do número dos planos de inclinação das coberturas;
- b) As estruturas de madeira terão que ser revestidas a telha, não sendo admitida a aplicação de qualquer outro material;
- c) O tipo de telha a aplicar será sempre definido pelos técnicos do GTL, consoante a data de edificação dos edifícios;
- d) Sempre que haja lugar a áreas planas nas coberturas, terão que ser revestidas a tijoleira de barro;
- e) O desenho tradicional dos beirais terá que ser mantida na íntegra. Sempre que se verifique a existência de remates em madeira, este terão que ser repostos de acordo com a traça original;
- f) Quando se constatar a existência de clarabóias e lanternins, terão de ser consultados os técnicos do GTL ; Gabinete Técnico Local 9
- g) É proibida a utilização do PVC nos tubos de queda e nos caleiros. Estes terão que ser em chapa zincada, devidamente aparelhada e pintada;
- h) Sempre que tenha havido adulteração de qualquer dos itens atrás mencionados, deverá ser providenciada a sua reposição, de acordo com a traça original de cada edifício.

#### **Artigo 20.º**

##### **Paredes**

- a) As paredes exteriores terão que manter a traça e os materiais originais. Sempre que se torne necessário substituir, no todo ou em parte, algum pano de parede, têm de ser observadas estas condições;
- b) As paredes interiores deverão ser mantidas, sempre que possível. Quando se torne necessária a sua alteração, terá de ser apresentado o respectivo projecto de licenciamento;
- c) Quando existirem paredes em pedra, nas quais haja juntas a tomar, deverá ser utilizada uma argamassa “ podre “ 1/ 3 ou 1/ 4 (1 medida de cal hidráulica e 3 ou 4 medidas de areia);
- d) As paredes, quer interiores, quer exteriores, e sempre que rebocadas, terão de ser estanhas e pintadas. Não são permitidos outros tipos de acabamento.

#### **Artigo 21.º**

##### **Pavimentos**

Os pavimentos serão executados de harmonia com as orientações técnicas do IPPAR.

#### **Artigo 22.º**

##### Caixilharias

- a) As caixilharias têm que manter o seu desenho original;
- b) É proibida a utilização de caixilharias de alumínio e / ou PVC;
- c) É interdita a colocação de gradeamentos de tipo industrial, enroláveis ou não, em alumínio e / ou ferro;
- d) Não é permitido o uso de estores, quer metálicos, quer em PVC. O sistema de obscurecimento deverá ser conseguido através da utilização das tradicionais portadas de madeira. Gabinete Técnico Local 10 Art.º 23 Excepções ao art.º 22

#### **Artigo 24.º**

##### Cantarias

- a) Não é permitida a pintura das cantarias;
- b) É interdita a utilização de cimento ou betão a imitar cantaria;
- c) Sempre que se torne necessário “ tomar “ as juntas existentes nas cantarias, terá que ser aplicada uma argamassa “ podre “, com o traço 1/ 3 ou 1/ 4 ( 1 medida de cal hidráulica e 3 ou 4 medidas de areia ) .

#### **Artigo 25.º**

##### Soleiras e Parapeitos

- a) É proibida a aplicação de mármore e de granito polido, em soleiras e parapeitos;
- b) É interdita a utilização de cimento à vista nas soleiras.

#### **Artigo 26.º**

##### Tintas e cores

As tintas a usar terão que ser as tradicionais:

- a) As tintas de óleo nos madeiramentos, guardas de varandas, caleiros, tubos de queda e caixilharias;
- b) O alvaiade, com ou sem pigmentos, nos rebocos.
- c) Os edifícios deverão subordinar-se à utilização de cores que mantenham o equilíbrio cromático, nomeadamente:
  - Nas paredes só pode ser aplicado o branco, o branco-sujo e o ocre ;
  - nos madeiramentos e elementos em ferro, só podem ser aplicados o castanho-escuro, o castanho avermelhado, o vermelho “ sangue-de-boi “ e o verde “ loureiro“;
- d) Não são permitidas inscrições pintadas que ofendam o ambiente urbano e a pintura das construções;
- e) A pintura das edificações não pode executar-se sem que a CMG / GTL aprove as cores a empregar;

f) Deverá encarar-se a remoção de cores dissonantes, devendo a CMG / GTL auxiliar os proprietários e / ou moradores na escolha das novas cores.

## **CAPITULO VI**

### **Artigo 28.º**

Definição Funcional

Funções:

- a) O R/C dos edifícios poderá ser ocupado pelo sector terciário;
- b) A restante área dos edifícios terá que ser destinada a habitação;
- c) Apenas quando se demonstre impossível o cumprimento das alíneas a) e b) deste artigo, pela exiguidade da área, será admitido outro tipo de ocupação (sujeito a licenciamento prévio);
- d) Exceptuam-se deste artigo, os edifícios destinados albergar serviços de Organismos Públicos.

## **Apêndices**

Pág. 91: **Figura 27** – Planta medieval de 1569 (a relação da praça com o eixo viário principal)

Fonte: Marta Peters Arriscado de Oliveira Guimarães ad radicem montis Latito; pag: 15

Pág. 97: **Figura 34** – Desenho técnico da Praça de Santiago e Praça Maior – Largo da Oliveira

Fonte: Produção Própria

Pág. 100: **Figura 36** – Desenho técnico da Praça de Santiago e Praça Maior – alterações propostas

Fonte: Produção Própria

Pág.101: **Figura 37** – Desenho técnico do banco proposto

Fonte: Produção Própria

Pág.102: **Figura 38** – Esquema simbólico – signos identitários

Fonte: Produção Própria